



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO**

IANE CAMPOS MARTINS

**OS ESCRITOS EDUCACIONAIS DE JOÃO CRAVEIRO COSTA E A ESCOLA
NOVA EM ALAGOAS NAS DÉCADAS DE 1920 A 1930: INTERRELAÇÃO ENTRE
IDEIAS E PRÁTICAS**

MACEIÓ – AL

2014

IANE CAMPOS MARTINS

**OS ESCRITOS EDUCACIONAIS DE JOÃO CRAVEIRO COSTA E A ESCOLA
NOVA EM ALAGOAS NAS DÉCADAS DE 1920 A 1930: INTERRELAÇÃO ENTRE
IDEIAS E PRÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa História e Política da Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elione Maria
Nogueira Diógenes

MACEIÓ – AL

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M386e Martins, Iane Campos.

Os escritos educacionais de João Craveiro Costa e a escola nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930: interrelação entre ideias e práticas / Iane Campos Martins. – 2014.

144f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 123-129.

Anexos: f. 130-144.

1. Educação a distância. 2. Ambiente Virtual de Aprendizagem. 3. UAB. 4. Pedagogia. 5. Ensino Aprendizagem. I. Título.

CDU: 37(813.5)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

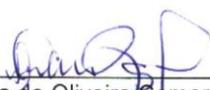
IANE CAMPOS MARTINS

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 15 de abril de 2014.

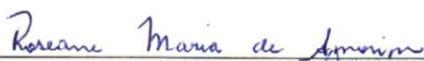
Banca Examinadora:



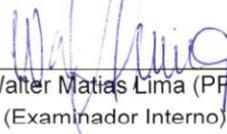
Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (PPGE-UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Sonia de Oliveira Camara Rangel (PPGE-UERJ)
(Examinadora Externa)



Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (CEDU-UFAL)



Prof. Dr. Walter Matias Lima (PPGE-UFAL)
(Examinador Interno)

Aos meus pais:
Ivalmeu Alves Martins &
Ana Caires Campos
Ao meu esposo:
Inaldo Júnior

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus pela vitória e conforto nos momentos difíceis durante a caminhada.

Aos meus pais pela vida e aos irmãos: Isnan, Iva e Ilsa que mesmo à distância sempre me apoiaram incondicionalmente.

Ao amado esposo Inaldo Júnior pelo apoio e paciência durante a trajetória.

À querida sobrinha Geane por seu carinho e atenção ao longo da jornada.

À orientadora Dra. Elione Diógenes pela confiança, apoio e colaboração no desenvolvimento do trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas pelo acolhimento e discussões essenciais ao trabalho.

À Prof.^a Dra. Graça Loiola por ter me apresentado a obra de Craveiro Costa e pelo compartilhamento de saberes.

À Prof.^a Dra. Roseane Amorim pela contribuição nos momentos difíceis na fase inicial do trabalho e pela credibilidade em relação ao meu trabalho.

Ao Prof.^o Dr. Wilson Sampaio pela leitura do esboço inicial do trabalho.

À Prof.^a Dra. Sônia Camara por ter aceitado o convite para compor a banca e sua atuação como co-orientadora do trabalho, com indicações de bibliografia, sugestões e contribuições ao trabalho.

Ao Prof.^o Dr. Walter Matias pela contribuição referente à metodologia da pesquisa na disciplina Pesquisa em Educação e redação final do trabalho.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em especial, ao Sr. Presidente Jayme de Altavila que tornou possível a consulta aos arquivos da Instituição, e a preciosa colaboração da funcionária Maria Júlia na localização dos materiais pesquisados.

Sem ser pedagogo ou coisa que com isso se pareça, tendo-me simplesmente na conta de um homem de boa vontade e convencido de que concorrer para o desenvolvimento da educação popular é o maior serviço que se pode prestar ao Brasil.

Craveiro Costa

RESUMO

O objetivo da nossa pesquisa foi analisar os escritos educacionais de João Craveiro Costa (1874-1934) sua prática como diretor escolar, bem como os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930. O estudo recortou esse período pela produção do autor sobre a educação e, pelo contexto nacional de renovação dos métodos escolares no debate entre a escola tradicional e a Escola Nova. Como referência para o desenvolvimento do trabalho, utilizamos a obra de Craveiro Costa: “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas” (1931). Além dos escritos do autor, consultamos relatórios da Diretoria da Instrução Pública, Leis e Decretos publicados em periódicos locais como: a “*Revista de Ensino*” que circulou de (1927 a 1931), “*A Notícia*” (1930-1931) e “*Jornal de Alagoas*” (1930-1934). O material pesquisado encontra-se no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Loja Maçônica Virtude e Bondade. As questões centrais que nortearam a pesquisa foram os escritos educacionais de Craveiro Costa produzidos nas décadas de 1920 a 1930 e a repercussão dos ideais da Escola Nova em Alagoas. Como base teórico-metodológica para a escrita do trabalho e análise do material pesquisado, recorreremos à Escola dos Annales que possibilita ao historiador utilizar meios para interpretar o silêncio das fontes oficiais a exemplo dos periódicos pesquisados. A consulta aos arquivos foi feita em busca de vestígios que nos permitam reconstruir a história sob o ponto de vista de Marc Bloch através da obra “Apologia da história ou o ofício de historiador” (2001), em que chama à atenção sobre a problematização das fontes. Para contextualizar historicamente o período, utilizamos Vidal (2011) e Veiga (2007); Os princípios da Escola Nova: Dewey (1959; 2011), Azevedo (1958; 1976), Lourenço Filho (2002) e Teixeira (1994); Alagoas nas décadas de 1920 e 1930 Verçosa (2006), e Tenório (2009). Para analisar o lugar da produção de Costa, utilizamos Certeau (1982). Craveiro Costa foi um crítico da educação verbalista. De acordo com seu pensamento, a educação alagoana voltava-se à formação dos filhos da elite política e econômica para que pudessem exercer o “mando”. A educação não atendia aos anseios das classes menos favorecidas economicamente, como os filhos dos cortadores de cana, da cozinheira, do carroceiro, do pescador, do artífice, do camponês, do soldado de polícia; enfim, do povo pobre alagoano. Como defensor de uma escola pública gratuita e democrática, capaz de despertar na criança desde cedo o amor pelo trabalho, Costa acreditava que seria necessário a escola romper com o caráter meramente instrucional, materializado na memorização de conteúdos vazios e sem relação com a realidade, e formar o indivíduo para as funções práticas da vida moderna.

Palavras-chave: João Craveiro Costa. Escola Nova em Alagoas. Ensino Profissional.

ABSTRACT

The objective of our research was to analyze the educational writings of João Craveiro Costa (1874-1934) his practice as school director, and the ideals of the New School in Alagoas in 1920s and 1930s. The study clipped this period, the production of the author on education and the national context of renovation of school methods in the debate between traditional school and New School. As a reference for the development of the study, we used the work of Craveiro Costa: "Public Education and Cultural Institutions Alagoas" (1931). In addition to the writings of the author, consult reports to the Board of Education, Laws and Decrees published in local journals as the "Journal of Education" that circled (1927-1931), "The News" (1930-1931) and "Journal Alagoas "(1930-1934). The research material is in the collection of the Historical and Geographical Institute of Alagoas and Masonic Virtue and Goodness. The central questions that guided the research were the educational writings of Craveiro Costa produced in the 1920s and 1930s and the impact of the ideals of the New School in Alagoas. The theoretical and methodological basis for the written work and analysis of research material, we turn to the Annales school which enables the historian to use means to interpret the silence of official sources of such journals surveyed. The query was made to files in search of traces that allow us to reconstruct the story from the point of view through the work of Marc Bloch "Apology of history or the work of the historian" (2001), which calls attention to the problematic sources . To historically contextualize the period used Vidal (2011) and Veiga (2007). The principles of the New School: Dewey (1959, 2011), Azevedo (1958, 1976), Lourenço Filho (2002) and Teixeira (1994). Alagoas in the 1920s and 1930s Verçosa (2006) and Tenorio (2009). To analyze the place of production of Costa used Certeau (1982). Craveiro Costa was a critic of pedantic education. According to their thinking Alagoas education returned to the training of the children of the political and economic elite so they could exercise the "send". Education did not meet the aspirations of the less privileged classes as children of the cane cutters, the cook, Cartwright, the fisherman, the craftsman, the peasant, the soldier police, finally, the poor people Alagoas. As an advocate of a free and democratic public school, able to wake up early in the child's love for the work; Costa believes the school was necessary to break with the purely instructional character materialized on memorizing empty contents and no relation to reality, and form the individual to the practical functions of modern life.

Keywords: João Craveiro Costa. New School in Alagoas. Vocational Education.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Imagem 1 – Craveiro Costa..... | 22 |
| Imagem 2 – Memória histórica sobre a Instrução Pública e as Instituições Culturais..... | 54 |
| Imagem 3 – Contracapa da Revista de Ensino de 1927..... | 88 |
| Imagem 4 – Grupo Escolar D. Pedro II..... | 99 |
| Imagem 5 – Grupo Escolar Diégues Júnior..... | 105 |
| Imagem 6 – Classe pré-escolar do Grupo Diégues Júnior..... | 109 |
| Imagem 7 – Circular de criação da Diretoria Geral de Estatística do Estado de Alagoas... | 143 |
| Imagem 8 – Alunos do Grupo Escolar Diégues Júnior..... | 144 |
| Imagem 9 – Formatura no Grupo Escolar Messias de Gusmão em São Luís do Quitunde. | 145 |
| Imagem 10 – Homenagem d’A Notícia ao Primeiro Centenário da ImprensaAlagoana..... | 147 |
| Imagem 11 – Capa da edição comemorativa do primeiro aniversário d’ A Notícia..... | 148 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Impressos com atuação de Craveiro Costa como: colaborador, diretor e redator entre 1893 a 1904..... | 33 |
| Quadro 2 – Obras de Craveiro Costa..... | 45 |
| Quadro 3 – Programa do Curso de Aperfeiçoamento para Professores..... | 84 |
| Quadro 4 – Demonstrativo de Matrícula da Escola Normal de 1921 a 1930..... | 85 |
| Quadro 5 – Receita e despesa estaduais em relação às despesas com o ensino no decênio 1921- 1930..... | 93 |
| Quadro 6 – Prédios Escolares existentes em Maceió em 1930..... | 100 |
| Quadro 7 – Estatística dos Grupos Escolares de Maceió e do interior no segundo semestre de 1929..... | 101 |
| Quadro 8 – Quadro Comparativo do 1º Semestre de 1930..... | 102 |
| Quadro 9 – Estatística dos Grupos Escolares de Maceió e do interior em 1931..... | 103 |
| Quadro 10 – Despesas estaduais com o ensino no decênio de 1921-1930..... | 146 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1 JOÃO CRAVEIRO COSTA: TRAJETÓRIA E VIDA PROFISSIONAL..... | 22 |
| 1.1 A trajetória na imprensa alagoana: aspectos políticos..... | 26 |
| 1.2 A maçonaria na vida social e no pensamento de Craveiro Costa..... | 36 |
| 1.3 O ofício de historiador do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano..... | 39 |
| 1.4 O escritor e sua produção..... | 41 |
| 2 O LUGAR DA PRODUÇÃO DE CRAVEIRO COSTA: ALAGOAS DOS ANOS 1920 E INÍCIO DE 1930..... | 49 |
| 2.1 O contexto histórico, político e econômico de Alagoas dos anos de 1920 a 1930..... | 49 |
| 2.2 A Instrução Pública de Alagoas em 1931..... | 51 |
| 2.3 A função social da escola na concepção de Craveiro Costa..... | 55 |
| 2.4 O ensino profissional no Brasil e em Alagoas: perspectiva histórica..... | 59 |
| 2.5 O ensino profissional sob a ótica de Craveiro Costa..... | 62 |
| 3 OS IDEAIS DA ESCOLA NOVA EM ALAGOAS NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930..... | 67 |
| 3.1 Os fundamentos da escola nova e sua instalação no Brasil..... | 67 |
| 3.2 As reformas educacionais no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930..... | 71 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 3.3 | A Sociedade Alagoana de Educação como espaço de debate e aperfeiçoamento dos professores da escola primária e secundária em Alagoas..... | 75 |
| 3.4 | A Revista de Ensino como meio de divulgação dos novos processos de escolarização em Alagoas..... | 87 |
| 3.5 | A renovação escolar em Craveiro Costa..... | 93 |
| 3.5.1 | A construção da Primeira Casa Escola de Alagoas: Grupo Escolar D. Pedro II..... | 97 |
| 3.5.2 | A atuação de Craveiro Costa na direção dos grupos escolares Diégues Júnior e D. Pedro II (Escola Modelo)..... | 104 |
| 3.5.3 | A Criação do Jardim de Infância e a adoção do Método Montessori no Grupo Escolar Diégues Júnior..... | 107 |
| 3.5.4 | O Grupo Escolar D. Pedro II como referência dos novos processos de ensino de Alagoas em 1930..... | 116 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 124 |
| | REFERÊNCIAS..... | 127 |
| | ANEXOS..... | 134 |

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar os escritos educacionais do alagoano João Craveiro Costa (1874-1934) sua prática como diretor escolar, bem como os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930.

Como referencial, utilizamos o livro de Craveiro Costa “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & outros ensaios” (2011); além de artigos escritos pelo autor, Relatórios da Diretoria da Instrução Pública, Leis e Decretos publicados na *Revista de Ensino* (1927-1931); e nos jornais “*A Notícia*” (1930-1931) e, “*Jornal de Alagoas*” (1930-1934), usados como fonte histórica da pesquisa. A obra “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas”¹ (1931) foi organizada sob encomenda do ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos do governo Getúlio Vargas, que ao assumir o poder em 1930, procurou fazer o levantamento da situação da educação em todo o Brasil. No estado de Alagoas, o trabalho ficou sob a responsabilidade de Craveiro Costa que, em 1931, foi designado pelo governo estadual como Correspondente da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Para análise da obra educacional de Costa, e do debate em torno da renovação dos processos de escolarização, utilizamos ensaios publicados na *Revista de Ensino*; na qual Costa escreveu sobre inúmeros temas como a prática docente, o magistério feminino, o processo de avaliação, a educação moderna, a escola no meio rural, o ensino profissional, a participação dos pais na obra educativa da escola, entre outros. Nesses artigos, o autor demonstrou a influência da concepção de educação que estava em discussão no cenário educacional brasileiro. A utilização dos periódicos de educação como fonte de pesquisa tem sua importância na História da Educação, porque representou uma tendência da imprensa escrita dos anos de 1920, como resultado da ampliação do mercado de impressos no país voltados para a educação.

A análise dos periódicos educacionais, como um reflexo das discussões sobre a implantação do novo projeto educacional, foi feito por Mate (2002) para a qual o diálogo com

¹ Obra reeditada em 2011, sob a coordenação editorial de Élcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loiola Madeira, com a inclusão de uma segunda parte contendo uma reportagem jornalística e 15 artigos publicados por Costa na *Revista de Ensino* (1927-1931).

as [...] “revistas de educação levou-nos a descobrir certo continuum em relação aos projetos pedagógicos que vinham desde os anos 20 esquadrinhando os espaços educacionais e fabricando outras formas para seu funcionamento” (MATE, 2002, p.80).

Durante a análise dos escritos educacionais de Costa, identificamos a influência dos ideais da Escola Nova e estabelecemos o vínculo de tais ideais com o debate pedagógico realizado no contexto em que o autor escreveu e atuou no campo da educação, entre as décadas de 1920 a 1930. A concepção pedagógica de Costa contrapõe-se aos métodos da escola tradicional, e nesse aspecto, defendeu a necessidade de remodelar o ensino, baseado em aspectos teóricos e memorizantes com a finalidade de preparar os alunos para os exames de final de ano, sem apresentar relação com a realidade do aluno. Costa defendia a educação ativa e um ensino que apresentasse um fim utilitário para atender às novas exigências da vida moderna.

Para analisar a repercussão dos ideais da Escola Nova, em Alagoas, entre as décadas de 1920 a 1930, realizamos um breve estudo sobre o movimento e suas bases históricas, levando em consideração o momento histórico em que a corrente pedagógica se instalou no Brasil. Segundo Veiga (2007, p. 217),

desde a última década do século XIX, os movimentos de renovação da pedagogia e da prática escolar estiveram sintonizados com as novas dinâmicas da sociedade: o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias, a extensão do modo de vida urbano, o trabalho industrial, as novas profissões, a consolidação do capitalismo, a heterogeneidade social.

As mudanças citadas foram retratadas por Costa quando o mesmo escreveu sobre a educação em Alagoas, o que a princípio demonstra uma sintonia de seu pensamento com as transformações ocorridas na sociedade brasileira em decorrência dos fatos mencionados.

A escolha do tema da pesquisa ocorreu após o contato inicial com a obra “Instrução Pública e Instituições Culturais & outros ensaios” (2011), durante a disciplina Historiografia da Educação: Teoria, Método e Fonte II, na condição de aluna especial do Mestrado do PPGE/UFAL. A partir daquele momento, despertou nosso interesse para o aprofundamento da concepção de educação defendida por Costa, em tal obra, e em outros escritos educacionais do autor. Nesse sentido, após aprovação na seleção do Mestrado, iniciamos a pesquisa com o objetivo de recuperar escritos do autor de pouca circulação ao grande público, que foram publicados na *Revista de Ensino* entre 1927 a 1931, nos jornais *A Notícia* (1930-1931) e *Jornal de Alagoas* (1930-1934); para os quais, o autor escreveu sobre educação. Vale

ressaltar, que o estudo da obra de Costa (1931) foi relevante por se tratar do primeiro trabalho produzido em Alagoas que contempla a História da Educação desde o período colonial até 1931, trabalho este, organizado sob as diretrizes do Presidente Getúlio Vargas. O acesso às fontes consultadas possibilitou a análise de dados e informações sobre a História da Educação alagoana, que até o momento da pesquisa ainda não havia sido objeto de estudo, principalmente, no que se refere à apropriação e circulação dos ideais da Escola Nova em Alagoas entre as décadas de 1920 a 1930, assim como, o trabalho desenvolvido por Costa como gestor dos Grupos Escolares Diégues Júnior (1922) e D. Pedro II (1929), este último, inaugurado em 1881 como a primeira Casa Escolar de Maceió.

O contexto histórico nacional compreendido entre o final da década de 1920 e início de 1930 relaciona-se ao momento em que as elites agrárias tradicionais perderam espaço para a nascente burguesia industrial. No período, ocorre também o crescimento da classe média que se constituiu a partir do desenvolvimento da vida urbana, o que possibilitou uma série de mudanças no âmbito político, econômico e social. Tais mudanças, [...] “integraram o contexto político de crise das oligarquias e que culminou na Revolução de 1930 e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder”. (VEIGA, 2007, p. 254). Diante das mudanças provocadas no cenário brasileiro, e como reflexo da posição do país no cenário internacional, foi necessária uma remodelação da educação para atender às novas exigências da sociedade a fim de adequar-se às demandas exigidas naquele momento.

A monografia apresentada ao Diretor da Diretoria de Informações e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Teixeira de Freitas, recebeu inicialmente a denominação “O ensino Público em Alagoas – sua evolução e seu estado atual” (1931). Em 1931, quando foi publicada pela Imprensa Oficial foi intitulada “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas”. Outra contribuição do autor no campo educacional, objeto de análise do trabalho, foram os ensaios publicados na *Revista de Ensino* (1927-1931), a qual foi criada como um órgão oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública de Alagoas em 1925, tornando-se posteriormente veículo de divulgação da Sociedade Alagoana de Educação, a partir de 1930. Costa, também escreveu vários ensaios e reportagens sobre educação os quais foram veiculados nos periódicos *A Notícia* (1930-1931), e *Jornal de Alagoas* (1930-1934), consultados durante a pesquisa.

O grupo de intelectuais que trabalhou para a implantação de mudanças no sistema de ensino alagoano nas décadas de 1920 a 1930, entre os quais, Craveiro Costa, embora sem

obter unanimidade, conquistou adeptos na tentativa de solucionar os problemas relacionados à educação do Estado.

Costa constituiu-se em um estudioso da História de Alagoas, de sua estatística, economia e dos problemas educacionais. Seu primeiro livro “Indicador Geral do Estado de Alagoas” publicado em 1902 foi organizado junto com Torquato Cabral. Costa ficou responsável pela VII parte do livro sobre a Instrução Pública. No referido livro, o autor já apresentou sua defesa pelo ensino profissional para formar as classes trabalhadoras. Em “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas” (1931), o autor apresentou os dados estatísticos sobre o ensino primário, secundário, profissional e superior de acordo com a exigência do Ministério da Educação. No referido trabalho, Costa não se restringiu a apresentar os números sobre a instrução, pois, analisou os dados e evidenciou sua concepção pedagógica vinculada ao ideário da Escola Nova. Costa escreveu sobre educação em jornais locais e na *Revista de Ensino* entre 1927 a 1931, na qual atuou como diretor. O autor escreveu para a *Revista de Ensino* ensaios sobre metodologia de ensino, o magistério, a escola moderna, o ensino de História-Pátria, avaliação, celibato feminino e outros temas sobre educação. O periódico educacional foi criado com o intuito de oferecer informação aos professores e divulgar os novos processos de ensino. Publicavam-se na *Revista de Ensino*, planos de aula, ensaios de professores da Escola Normal de Maceió, do Liceu Alagoano e dos Grupos Escolares da capital e divulgavam-se trabalhos de autores do cenário local, nacional e internacional com temas relacionados à Escola Nova. O periódico possuía uma sessão denominada Noticiário com a finalidade de manter os educadores informados sobre os assuntos que eram de interesse da categoria, além de estabelecer um constante debate entre a escola considerada tradicional e a escola ativa.

Em 1927, quando a *Revista de Ensino* começou a circular, estava no comando do governo estadual, o jornalista Pedro da Costa Rêgo (1924-1928), e à frente da Diretoria da Instrução Pública, Adalberto Afonso Marroquim.

A leitura da obra educacional de Costa, identificação e análise das influências teóricas, que permearam seus escritos sobre educação, as mudanças ocorridas no contexto político, econômico, social e educacional em Alagoas, entre as décadas de 1920 a 1930, concretizou-se por meio de pesquisa bibliográfica sobre a produção de Costa no campo da educação, bem como de autores que escreveram a respeito da Escola Nova e da História da Educação nacional e alagoana. A contextualização histórica do período fundamentou-se em Veiga

(2007) e Vidal (2011). A discussão sobre os ideais da Escola Nova baseou-se em Dewey (1959; 2011), Azevedo (1958; 1976), Lourenço Filho (2002) e Teixeira (1994). O estudo da História de Alagoas nas décadas de 1920 a 1930, em Verçosa (2006) e Tenório (2009). Para analisar o lugar da produção de Costa, utilizamos Certeau (1982).

O trabalho foi desenvolvido através de consulta a fontes impressas que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde existe acervo sobre a produção de Costa, na *Revista de Ensino* (1927-1931) e nos artigos e reportagens publicadas em jornais para os quais escreveu sobre educação, bem como a utilização da obra de maior relevância produzida pelo autor “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & Outros Ensaios” (2011). Além dos escritos do autor, a consulta aos periódicos citados permitiu o acesso a relatórios da Diretoria da Instrução Pública, Leis, Decretos e imagens produzidas durante as décadas de 1920 a 1930.

Nesta pesquisa, o caminho percorrido para responder a problemática definida no trabalho de análise dos escritos educacionais de Craveiro Costa, e os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930 foi a Escola dos Annales².

Marc Bloch em “Apologia da História ou O ofício de historiador” (2001) chama atenção dos pesquisadores a respeito dos documentos, pois estes:

[...] não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo diria causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado (BLOCH, 2001, p. 83).

Segundo o autor o passado não transmite a idéia de rigidez, pois para ele, os documentos são vestígios que quando interrogados condicionam a análise, aumentando ou diminuindo a importância de determinado texto extraído do passado.³

² A proposta apresentada pela corrente francesa para reconstrução do tempo histórico, que rompeu com o caráter narrativo da história tradicional, foi a história-problema em que “a organização da pesquisa é feita pelo problema que a suscitou; este vai guiar na seleção dos documentos, na seleção e construção das séries de eventos relevantes para a construção de hipóteses” (REIS, 2000, p. 25). A utilização da Escola dos Annales é resultado de nossa formação como historiadora no tratamento das fontes, e interpretação dos documentos como “vestígios do passado”, Bloch (2001). Dessa forma, analisamos os materiais pesquisados, procurando interrogá-los e trazer à tona os “vestígios” deixados por Craveiro Costa e os ideais da Escola Nova em Alagoas, nas décadas de 1920 e 1930.

Ao questionar a corrente histórica positivista, baseada em acontecimentos e feitos de grandes heróis, a Escola dos Annales também renovou o conceito de fonte histórica, que não ficou restrita a documentos oficiais, uma vez que “todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncio das fontes. Os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas” (REIS, 2000, p. 23). Nesse sentido, a utilização dos periódicos consultados, durante a pesquisa, constituiu-se uma possibilidade de análise e interpretação dos fatos, a partir do que era produzido para alcance do grande público, sem, no entanto, apresentar o caráter oficial dos documentos.

Durante a busca e coleta das fontes para a realização do trabalho sobre os escritos educacionais produzidos por Costa, e os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930, pesquisa esta, realizada nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, relacionamos tal experiência ao que foi descrito por Farge (2009) em “O Sabor do Arquivo”, no qual a autora trabalhou com documentos policiais do século XVIII.

Segundo Farge (2009, p. 15) “a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte”. Com o intuito de encontrar materiais que ajudasse a responder a problemática da pesquisa, fez-se necessário uma leitura paciente e rigorosa para não deixar escapar qualquer informação sobre os indícios escolanovistas em Alagoas durante o período estudado.

O contato inicial com os impressos consultados, alguns deles já danificados pela ação do tempo, com páginas desgastadas, sensíveis ao toque das mãos e, na medida em que a pesquisa ganhou fôlego, começaram a surgir elementos que nos levaram a relacionar Costa ao movimento da renovação escolar, ocorrido no Estado, de forma mais significativa, no final da década de 1920 e início de 1930. Esse processo de descoberta das fontes relaciona-se ao sentimento descrito por Farge (2009) “que depuram o pensamento, aplainam o espírito de satisfação e aguçam a curiosidade”. (FARGE, 2009, p. 59). A cada visita aos arquivos da Hemeroteca do Instituto Histórico havia um sentimento de satisfação em trazer à tona uma

³ Assunto tratado em artigo de nossa autoria escrito em parceria com Elione Diógenes intitulado: “A Renovação Escolar: Ditos e Significados em João Craveiro Costa” (2013) Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf>>

parte da História da Educação de Alagoas que até o momento da pesquisa ainda não havia sido estudada.

A partir das descobertas sobre Costa e seu envolvimento com o movimento da Escola Nova em Alagoas, procuramos analisar o lugar da produção do autor e, nesse sentido, nos reportamos a Michel de Certeau em “A Escrita da História” (1982), especificamente no capítulo “A operação historiográfica”. Nesse, podemos contextualizar a produção histórica dos autores e relacionar “a sua relação com um lugar, o do sujeito” (CERTEAU, 1982, p. 57), para compreender o sentido implícito das ideias defendidas.

Para Certeau (1982, p. 57), “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência”. Para buscar esse referencial na obra de Costa, analisamos a concepção pedagógica do autor em “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & Outros Ensaio” (2011), em seus escritos sobre Educação na *Revista de Ensino* e também nos ensaios que foram publicados nos jornais pesquisados.

A escolha das fontes, assim como o recorte que é feito para o trabalho, segundo Certeau (1982) está sujeita às ações do lugar social onde o indivíduo está inserido. Desde a metodologia empregada à seleção dos documentos utilizados, sejam eles de caráter oficial ou não, expressa o ponto de vista do historiador com relação à utilização das fontes. Nesse aspecto, quando decidimos lançar mão de fontes jornalísticas e de um periódico voltado para a educação, como a *Revista de Ensino*, ocorreu especialmente em função da relevância que tais veículos impressos exerceram em toda a trajetória profissional do autor pesquisado, assim como, a importância do periódico educacional para divulgação dos ideais da Escola Nova em Alagoas. Outro aspecto refere-se à natureza e à riqueza das informações contidas na imprensa escrita que é produzida para o grande público e, por isso, apresenta um caráter menos formal ao tratar assuntos do cotidiano de uma determinada época. Embora a utilização de fontes não oficiais apresente um campo maior de possibilidades para interpretação do período estudado, foi necessário realizar o cruzamento com os diversos vestígios deixados à época, para garantir o rigor necessário à pesquisa científica.

A pesquisa realizada com base em periódicos tem se tornado relevante para o trabalho de recuperação da História da Educação, porque oferece um rico material a ser estudado permitindo um contraponto em relação aos documentos oficiais. Apesar da riqueza do acervo consultado, é necessário “situar as fontes como feixes de relação, como resultado de

conflitos e de negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar” (VIEIRA, 2007, p. 14).

Sobre o papel da imprensa e de intelectuais no Brasil na década de 1920, Vieira (2007, p. 18) afirma que: “o jornal assume uma posição de destaque no processo de luta política e ideológica. Liberais, conservadores, anarquistas, comunistas, fascistas fizeram da imprensa o púlpito privilegiado para o exercício do proselitismo político”. Em Alagoas, a imprensa escrita assumiu desde sua fundação em 1831, um caráter político marcado pelas disputas partidárias entre os grupos da política situacionista e opositora.

Segundo Tenório (2009, p. 32), “a imprensa alagoana sempre teve feição político-partidária”. Imerso nesse cenário, Costa escreveu em vários jornais da capital que serviram como espaço privilegiado para divulgar seu pensamento a respeito da política, economia, estatística, sociedade e educação.

Para a realização da pesquisa sobre a temática desenvolvida é importante ressaltar nosso vínculo com o Grupo de Pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas, que permitiu o compartilhamento das “descobertas”, assim como, a discussão para o andamento do trabalho.

Em suma, salientamos que o trabalho aqui proposto traz contribuições significativas no que diz respeito à ampliação de pesquisas relacionadas à História da Educação alagoana, pois faremos a análise da obra educacional de Costa, considerado atualmente um referencial para os pesquisadores da educação local, bem como, da circulação dos ideais da Escola Nova em Alagoas no período compreendido entre as décadas de 1920 a 1930.

Para o desenvolvimento do trabalho estruturamos a dissertação em três capítulos e por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre a pesquisa.

No primeiro capítulo reconstruímos o percurso do jornalista e historiador, do estatístico, do economista e contador Craveiro Costa. Analisamos a sua trajetória desde seu nascimento, em Maceió, no ano de 1874, sua inserção no mundo do trabalho com dez anos de idade, até ocupar o cargo de Contador da Recebedoria Central, em 1924, e Diretor Geral de Estatística do Estado de Alagoas em 1931. Com o intuito de refazer a trajetória de Costa na imprensa escrita de Alagoas, fez-se necessário estabelecer a relação desse veículo de comunicação com determinados fatos políticos ocorridos no estado, que nos ajudou a identificar a posição política, adotada por Costa, em alguns dos periódicos para os quais

escreveu e atuou como editor e redator. Analisamos sua concepção política através da participação no Clube Danton⁴ como um republicano radical. A influência dos ideais da maçonaria em sua trajetória de vida. O trabalho desenvolvido como sócio do antigo Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, entre 1926 a 1931, no qual prestou serviços relevantes como historiador, redator e colaborador da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano* e na organização do acervo documental da Instituição. Por fim, apresentamos o escritor e sua produção.

No segundo capítulo analisamos o lugar da produção de Costa no contexto político, econômico e social de Alagoas dos anos de 1920 a 1930. Analisamos sua atuação como correspondente da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, quando organizou a monografia intitulada “O ensino Público em Alagoas – sua evolução e seu estado atual” (1931). Analisamos qual a função social da escola na concepção de Costa e as influências teóricas que permearam seus escritos sobre educação, em sua crítica ao ensino verbalista e a defesa pelo ensino profissional.

No terceiro capítulo analisamos os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930, os fundamentos da Escola Nova e sua instalação no Brasil, assim como, as Reformas Educacionais no Brasil no período mencionado. Analisamos a fundação da Sociedade Alagoana de Educação em 1929, feita sob a recomendação da Federação Nacional de Educação como espaço de debate e aperfeiçoamento dos professores da escola primária e secundária em Alagoas e a circulação da *Revista de Ensino* (1927-1931) como meio de divulgação dos novos processos de escolarização em Alagoas. O periódico educacional tornou-se um veículo de propagação da Escola Ativa com metodologias de ensinar e aprender segundo os parâmetros da Escola Nova. Analisamos a renovação escolar em Costa. Estudamos a construção da primeira Casa Escola de Alagoas. Analisamos a atuação de Costa na direção dos Grupos Escolares Diéguas Júnior e D. Pedro II. A criação do Jardim de Infância e adoção do Método Montessori em Maceió em 1922. Por fim, estudamos o Grupo Escolar D. Pedro II como referência dos novos processos de ensino em Alagoas na década de

⁴ Georges Jacques Danton (1759-1794) participou do governo revolucionário francês durante a fase da República Jacobina (1793-1794), marcada pela implantação de uma série de medidas radicais para eliminar os inimigos da revolução. No período foram criados o Comitê de Salvação Pública e o Comitê de Segurança Geral. Um Tribunal Revolucionário julgava sumariamente os anti-revolucionários. Danton foi julgado e condenado à guilhotina em 5 de abril de 1794. Sob inspiração do movimento revolucionário francês, constituiu-se em Alagoas um grupo de republicanos radicais com participação de “Fileto Marques, Goulart de Andrade, Sinfrônio Magalhães da Silveira, Hugo Jobim, Craveiro Costa, Luiz Silveira, Boaventura de Abreu, Gabriel Jatubá, Cariolano de Amorim” (COSTA, 1931, p. 123).

1930. No percurso da pesquisa encontramos dificuldades com relação à consulta aos dados e documentação produzida nos Grupos Escolares durante a gestão de Costa e, por isso, o trabalho de análise das informações foi realizado a partir de matérias e reportagens encontradas nos periódicos pesquisados.

Ao término do trabalho apresentamos nossas considerações finais sobre o pensamento de Costa, que escreveu sobre diversas áreas do conhecimento como: política, história, contabilidade, estatística e educação, bem como, a repercussão dos ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930.

1 JOÃO CRAVEIRO COSTA: TRAJETÓRIA E VIDA PROFISSIONAL

Imagem 1- Craveiro Costa



Fonte: A Notícia, 1931.

Quanto à data de nascimento de João Craveiro Costa⁵, há controvérsia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o alagoano nasceu em Maceió em 22 de janeiro de 1871. O historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana, na Introdução do livro “A emancipação das Alagoas” (1967), nos informa que, Costa nasceu em 1869. Consultamos a ficha pessoal do autor nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Loja Maçônica Virtude e Bondade e verificamos que seu nascimento ocorreu em 22 de janeiro de 1874. Era filho de Levino José da Costa e Candida Amélia Craveiro Costa.

Costa não frequentou o curso secundário nem superior, privilégio que era reservado para uma pequena parcela da população alagoana da época, em geral pertencente à elite econômica e política de Alagoas. Foi um estudioso autodidata. Apesar das dificuldades encontradas conseguiu ocupar um lugar de destaque no seio da sociedade letrada alagoana pelo trabalho como jornalista político, redator, editor, historiador, contador, estatístico e educador.

O pensamento de Elias (1995) nos auxilia a estudar Costa, quando afirma que “para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações” (ELIAS, 1995, p.13). Nesse sentido, analisamos a posição ocupada por Costa no contexto social e cultural de Alagoas durante as décadas de 1920 e 1930, a fim de compreender quais eram as aspirações do homem que nasceu pobre e superou barreiras sociais para ocupar um lugar na sociedade alagoana. Pertencente a uma família de poucas posses e devido à morte prematura do pai, quando tinha apenas dez anos de idade, precisou

⁵ Durante o trabalho de consulta às fontes, o autor pesquisado era tratado, na maioria das vezes pela imprensa local como: “O Jornalista e Historiador Craveiro Costa”, (*Jornal de Alagoas, A Notícia*). Optamos por tal forma de tratamento por entendemos que condiz com a realidade temporal e espacial vivenciada por Costa, a qual nos informa, como o autor era reconhecido por seus pares.

trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família. Começou sua labuta como caixeiro-servente,⁶ sendo promovido posteriormente a auxiliar de comércio⁷.

A trajetória de Costa nos remete a uma vida difícil em que precisou transpor obstáculos para superar as dificuldades financeiras e a falta de formação superior, fatores estes, que não o impossibilitaram de fazer parte do grupo de intelectuais vinculados ao Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. A esse respeito, é significativo analisar as palavras proferidas pelo autor durante a conferência realizada no Instituto em 21 de abril de 1924, intitulada “Inconfidência Mineira”, publicada na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano* em 1926, em que afirma não ter conquistado “a honra de vossa companhia pelo mérito das minhas letras. Vós é que me surpreendestes com a vossa imposição, lobrighando na obscuridade intelectual em que tenho vivido talvez, o homem que o trabalho e o desfavor da fortuna tornaram prestadio” (COSTA, 1926, p. 39). Segundo a percepção do autor, seu ingresso na Casa das Alagoas não foi creditado ao seu mérito com as letras. Ciente da responsabilidade do trabalho como membro do Instituto, Costa desenvolveu seu perfil profissional relacionado à atividade jornalística quando afirmou aos presentes que “os frutos pêcos da minha inteligência espalham-se no jornalismo provinciano-trabalhos de existência efêmera, traçados sob a agitação das tormentas políticas, faltando-lhe aquela acurada e irrepreensível urdidura mental indispensável à duração das obras do pensamento” (COSTA, 1926, p. 39). Notamos, nas palavras de Costa, a consciência que sua aceitação para compor o rol de membros do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano foi creditada em grande parte à sua atividade como jornalista na imprensa alagoana, em que escrevia sobre política, economia, educação e assuntos do cotidiano da sociedade local; embora tenha admitido que suas publicações não possuíssem a devida lapidação pela intensidade do trabalho realizado para os jornais diários. Em 1923, quando ingressou no Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, Costa tinha publicado seu primeiro livro “Indicador Geral do Estado” em 1902, em parceria com Torquato Cabral. Tal informação demonstra que sua admissão como membro do Instituto, não ocorreu apenas pelo trabalho desenvolvido na imprensa escrita de Alagoas, mas também pela rede de sociabilidade criada com intelectuais alagoanos, ligados ao Instituto como Francisco de Paula Leite e Oiticica, Presidente da

⁶ O que varria, espanava e dava recados.

⁷ “O que auxiliava o guarda-livros na escrita e acompanhava os “despachos” (desentranhamento das mercadorias compradas em grosso) ao lado do despachante oficial da casa” (SILVEIRA, 1983, p. 35).

Instituição no período entre 1922 a 1927 e os consócios Demócrito Gracindo, Luiz de Mascarenhas e Guedes Lins, conforme foi registrado na sessão ocorrida em 18 de março de 1923, data da admissão de Craveiro Costa no Instituto. Após a leitura e aprovação da ata da sessão anterior,

o Dr. Demócrito Gracindo, com a palavra fez várias considerações sobre a necessidade de refazer-se o quadro social do Instituto, sendo secundado pelo Dr. Luiz de Mascarenhas e Guedes Lins, propondo à mesa a indicação dos nomes do bacharelando Anphilophio de Mello, J. Craveiro Costa e Conego Antônio valente, para sócios efetivos e Dr. Manoel Venceslao de Almeida, para sócio correspondente. Na forma dos Estatutos foi aprovada a proposta ficando deliberado que os sócios efetivos tomaram posse independente das formalidades exigidas pelos nossos Estatutos (Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, Ata da Sessão realizada em 18 de março de 1923).

Costa casou-se por duas vezes. O primeiro casamento ocorreu em 08 de janeiro de 1910 com Laura Guimarães Passos, irmã do poeta Guimarães Passos, que pertencia a uma família tradicional de Alagoas. Após contrair núpcias em Maceió, o casal passou a residir na cidade de Cruzeiro do Sul no Território do Acre. Longe de sua terra natal, Craveiro Costa conviveu com alguns entraves pessoais como a morte de Laura Passos em 1914 durante o parto do primeiro filho do casal que também não sobreviveu. Viúvo, Costa aproximou-se de Adelaide de Sampaio Figueiredo, grande amiga da falecida esposa e também, viúva do político e jornalista português José Figueiredo. A aproximação com a acreana tornou-se uma constante

quando a tarde ia caindo, escurecendo o céu acreano lá ia Craveiro para casa. Ao se aproximar da subida do morro em que ficava sua residência, ele sempre se deparava com a viúva [...] Aqueles encontros se tornaram um hábito do solitário do Acre. Aos poucos, foi nascendo uma paixão que virou amor (SILVEIRA, 1983, p.61).

Em 11 de dezembro de 1915 casou-se com Adelaide Figueiredo a qual já tinha duas filhas do primeiro casamento: Edmer e Idelta. De acordo com informações extraídas do Registro Civil de Costa, na ocasião do segundo casamento, estava com quarenta e um anos e Dona Adelaide vinte e dois anos de idade. Costa teve oito filhos. Rui, Suzana, Cid, João, Clóvis, Suzete, Margarida e Aloísio. Paulo de Castro Silveira que organizou uma biografia sobre Costa, publicada em 1983, traçou o perfil sócio-econômico do homem e do chefe de família e nos informa que:

na sua casa, o conforto ultrapassava o nível da classe média. A mesa era farta. Seus filhos vestiam bem. E o escritor estava sempre bem trajado. No verão, exibia seus ternos de linho branco importado. No inverno era vestido de boa casimira inglesa. Era de vê-lo solenemente de preto nas sessões litero-musicais do Instituto Histórico

e Geográfico de Alagoas, festas que reuniam o mais seletto auditório da velha Maceió ainda provinciana da década de 30... (SILVEIRA, 1983, p. 82).

Costa faleceu às 10 h e 30 m do dia 31 de agosto de 1934, com 60 anos idade, após sofrer um colapso cardíaco, durante o expediente na Diretoria Geral de Estatística do Estado de Alagoas, quando foi imediatamente transportado para o Hospital São Vicente onde veio a falecer.

Conforme Silveira (1983), a doença do filho mais novo Aloísio, causou-lhe profunda tristeza antes de sua morte. A criança tinha cinco meses de vida, quando foi examinada pela junta médica composta pelos médicos pediatras, Théo Brandão, Abelardo Duarte e José Pontes Bahia, os quais emitiram o seguinte diagnóstico: “o menino para o resto da vida seria um anormal, com um cérebro infantil” (1983, p. 129). A esse respeito, Suzana Craveiro Costa, filha do jornalista e historiador, em depoimento a Silveira (1983), afirmou que o choque provocado pelo diagnóstico da doença do irmão Aloísio, na véspera da morte de Costa abalou o sono do pai que “não dormiu a noite. E sua máquina de escrever, não quebrou, naquele dia, o silêncio da madrugada” (SILVEIRA, 1983, p. 129).

A imprensa alagoana noticiou com pesar a morte do jornalista, historiador e ex-Diretor do Departamento de Estatística do Estado de Alagoas, como demonstra a nota publicada no dia 1º de setembro de 1934, pelo jornal arquidiocesano de Maceió “*O Semeador*”.

Consoante noticiamos ontem, a nossa cidade foi fortemente abalada com a dolorosa notícia de haver falecido o distinto e estimado patrício João Craveiro Costa, grande jornalista, historiógrafo de valor a quem Alagoas e as letras pátrias muito devem (*O Semeador* apud SILVEIRA, 1983, p. 150).

O governo do interventor Osman Loureiro (1934-1940) prestou homenagem a Costa e decretou ponto facultativo nas repartições públicas para que os funcionários pudessem assistir ao sepultamento do ilustre alagoano. As despesas com os funerais de Costa foram custeadas pelo Estado.

O historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana, estudioso de Costa, escreveu na introdução do livro “A emancipação das Alagoas” (1967) a respeito do estranho silêncio do Instituto Histórico sobre a morte de Costa.

Dia em que se realizou, por sinal, uma sessão ordinária daquela Instituição de Cultura, silêncio apenas quebrado por uma fugaz menção à lutuosa ocorrência, em ata da citada reunião e por uma outra quatro meses após, feita por L. Lavenère em

discurso de aniversário do Instituto, em 2 de dezembro do mencionado ano de 1934 (1967, p. 10).

Segundo Sant'Ana (1967), a provável razão para o silêncio sobre o nome do jornalista e historiador foi respondida por José Barbosa Neto, que representou Alagoas no Congresso de Estatística no Rio de Janeiro em 1938: “Craveiro Costa, sociólogo, panfletário, cronista, historiador, economista, pedagogo, assumira as proporções de um gigante, de cuja sombra se sentiam inquietos os que ainda hoje tremem à simples evocação de sua memória” (BARBOSA NETO, apud SANT'ANA, p. 12).

1.1 A trajetória na imprensa alagoana: aspectos políticos

Para refazer a trajetória de Craveiro Costa na imprensa de Alagoas, utilizamos como referência o ensaio do autor, que tem como título: “Cem anos de jornalismo: memória histórica sobre o jornalismo em Alagoas” publicado em 1931 pela *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, no qual retratou a história da imprensa alagoana desde a sua fundação em 1831, pelo presidente da província Manoel Lobo de Miranda Henriques, até o primeiro centenário em 1931. Segundo Costa a criação da Imprensa por Miranda Henriques ocorreu

pela necessidade de um elemento de transmissão das ideias que agitavam o país, fosse o porta-voz do pensamento preponderante naquele período de organização política e puzesse a população em contato com as realidades daquela hora nacional. Esse elemento só podia ser a imprensa. E Miranda Henriques fez vir para Alagoas a primeira tipografia (COSTA, 1931a, p. 87-88).

No referido ensaio, o autor reconstruiu a história da imprensa alagoana e apresentou sua trajetória como jornalista, redator e editor de alguns jornais para os quais trabalhou.

O *Jornal de Alagoas* publicou em 06 de janeiro de 1923 um ensaio de Costa denominado “Hábitos a Proscrever” em que o autor reporta-se ao início de sua carreira na imprensa através das páginas do *Gutenberg*. De acordo com as informações do referido ensaio, Costa iniciou sua carreira no jornalismo aos 19 anos de idade.

Quando- já decorrem uns trinta annos eu iniciei o meu treino jornalístico, rabiscando palavras soltas no falecido *Gutenberg* e logo, armando-me eu próprio de cavalleiro andante da Republica, tracei ardentes artigos patrioticos no *O REBATE*, do Apostolado Republicano chimerica aggremação que se propunha com Dario Cavalcanti, Costa Leite, Virgilio Antotino, Fileto Marques, Goullart de Andrade,

Luiz Silveira, Gabriel Jatuba, Boaventura de Abreu e outros sonhadores á impossibilidade de ‘republicanizar a Republica’ (COSTA, 1923a)⁸.

No livro “A Imprensa Alagoana no Arquivo de Pernambuco (1899-1900)”, publicado pela Fundação Educacional de Maceió, em 1977, organizado pelo padre Pedro Teixeira Cavalcante, encontramos a informação que, durante a pesquisa sobre a coleção de jornais alagoanos, existente no Arquivo Público de Pernambuco, chamou à atenção do pesquisador, o aparecimento de nomes conhecidos da imprensa alagoana como Angelo Neto, Joaquim Diégues, Luis Lavenère e Craveiro Costa⁹.

Para discorrer sobre a trajetória de Costa na imprensa alagoana, e a relação com os acontecimentos políticos, tratamos inicialmente do conturbado governo de Manoel Gomes Ribeiro “que foi agraciado no regime anterior com o título nobiliárquico de Barão de Traipu” (TENÓRIO, 2009, p. 70), o qual foi eleito para o executivo estadual em 16 de setembro de 1894. A instabilidade política, e as divergências com seus adversários contribuíram para sua deposição em 1º de maio de 1895, porém, “no dia seguinte o Governo Federal manda reempossar o Governo, o que se fez sem a menor manifestação de hostilidade” (COSTA, 1983, p. 165). A recondução do Barão de Traipu ao poder pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) garantiu sua permanência no cargo, no entanto, “para evitar esse estado de anarquia, que a sua presença no governo causava no Estado, a 14 de janeiro de 1896” (TENÓRIO, 2009, p. 70), resolveu entregar o poder ao seu substituto legal o coronel José Vieira de Araújo Peixoto, que permaneceu a frente do governo até o fim do mandato. Com a vitória eleitoral do médico provedor da Santa Casa, Manoel José Duarte (1897-1899), “tendo como vice o coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco, proprietário na Zona da Mata” (TENÓRIO, 2009, p. 72), as divergências políticas continuaram com menos intensidade, mas “a imprensa oposicionista manteve uma linha de crítica constante” (TENÓRIO, 2009, p. 72).

Durante o período governado por Manoel José Duarte (1897-1899), o Partido Republicano Federal sofreu uma cisão “e forma-se no estado o agrupamento que se chamou Concentração” (COSTA, 1931, p. 123). O referido agrupamento político surgiu em Alagoas como reflexo da insatisfação local a respeito da orientação nacional do chefe político Francisco Glicério sobre “a fusão dos elementos oposicionistas e governistas, em abril de

⁸ COSTA. Craveiro. Hábitos a proscrever. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 1923.

⁹ Segundo Cavalcante (1977, p. 14) “Craveiro Costa foi redator de “*O Arrebol*”. O autor nos informa que era um “periódico Literário, Crítico e Noticioso” (CAVALCANTE, p. 19), de Matriz de Camaragibe, cidade do interior de Alagoas. Apesar de não termos encontrado outra fonte para referendar tal informação, decidimos manter a referência para conhecimento do leitor.

1896, resultando a organização do Partido Republicano Federal de Alagoas” (COSTA, 1931a, p.122). A coligação gerou a insatisfação de partidários que não aceitaram “os termos impostos pelo chefe da situação dominante em Alagoas, e continuaram a combater o governo e, conseqüentemente a fusão que agora o amparava” (COSTA, 1931a, p. 122). A *Gazeta de Alagoas* que fez campanha contra o Barão de Traipu, “foi então substituída pela *A TRIBUNA* (07 de setembro de 1896), que ficou como órgão do Partido Republicano Federal, sob a chefia de Angelo Neto” (COSTA, 1931a, p. 122).

Ao tratar da fundação do *Quinze de Novembro*, ocorrida em 1º de setembro de 1897, que era dirigido por Manoel Melkisedec de Farias Maia e pelos redatores Costa Leite, Dario Cavalcanti e outros políticos; Costa afirma que eram “auxiliados por alguns rapazes que estavam aparecendo promissora e na imprensa, entre os quais Goulart de Andrade, Hugo Jobim, Coelho Cavalcanti (João Barafunda), Craveiro Costa e Fileto Marques” (COSTA, 1931a, p. 123). O *Quinze de Novembro* surge para contrapor-se *A Tribuna*, que se tornou veículo do Partido Republicano Federal de Alagoas.

O Orbe, fundado em 1879, a princípio procurou não interferir nas questões políticas entre o Partido Conservador e o Liberal, no entanto, o periódico não “resistiu à tentação da política e passou a defender os interesses do Partido Conservador, pela pena adestrada de Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior” (COSTA, 1931a, p. 115).

Costa nos informa que “ao iniciar-se a campanha abolicionista e a propaganda republicana, de 1881 a 1889, apareceram em Alagoas muitos jornais” (COSTA, 1931a, p. 115), que tiveram vida efêmera e saíram de circulação com o fim das campanhas. Dentre aqueles que se destacaram, está o *Gutenberg* que surgiu em 08 de janeiro de 1881, como órgão da Associação Tipográfica Alagoana. Esse jornal conseguiu reunir em suas páginas grandes expoentes da cultura alagoana como “Euzebio de Andrade, Carlos Valente, Augusto Satiro, Virgillio Antonino, Costa Leite e tantos outros que eram da vanguarda da propaganda abolicionista e republicana”. (COSTA, 1931a, p. 116). O *Gutenberg* saiu vitorioso das duas campanhas mencionadas e na visão de Costa, tornou-se um legítimo representante da democracia. Em 1902, o *Gutenberg* passou a ser dirigido por Eusébio de Andrade e a redação era formada por “Goulart de Andrade, Boaventura de Abreu, Hugo Jobim e Craveiro Costa (Gavarni)” (COSTA, 1931a, p. 116). O jornal circulou por 30 anos e desapareceu “a 24 de dezembro de 1911” (SANT’ANA, 1987, p. 57).

Quando escrevia no *Gutemberg* para evitar represálias usava o pseudônimo Gavarni, “como se em Alagoas um nome fictício fosse esconderijo para qualquer um que se opunha aos poderes políticos e sociais estabelecidos” (VERÇOSA; MADEIRA, 2011, p. 214). Segundo Silveira a escolha do pseudônimo usado por Costa pode ser explicada pela “admiração que possuía pelo grande caricaturista francês, o célebre autor de ‘As Lorettes Envelhecidas’, (1983, p. 149)”. Abelardo Duarte, também comparou Costa a Guilherme Chevalier: “e como o caricaturista francês celebrou-se pelo traço mordaz, fazendo do fusain¹⁰ e do bico da pena verdadeiros escapelos, o nosso GAVARNI procurou, na prosa, fazer o mesmo com a pena” (DUARTE, apud SILVEIRA, 1983, p. 148).

A atividade desenvolvida por Costa como jornalista possui estreita relação com o cenário político alagoano. Após a mudança do regime político ocorrido em 15 de novembro de 1889, constituiu-se em Alagoas um grupo de republicanos radicais dispostos a lutar pelo cumprimento dos ideais pregados pelos republicanos nos campos político, social e econômico. Com tal objetivo, Costa participou do Clube Danton ”formado pelo grupo radicalista, com intuítos francamente revolucionários” (COSTA, 1931a, p. 124). Os republicanos radicais foram buscar na Revolução Francesa a inspiração para o movimento que era “formado por moços idealistas, crentes na necessidade de republicanizar a República” (COSTA, 1931a, p.123). O grupo era composto por “Fileto Marques, Goulart de Andrade, Sinfrônio Magalhães da Silveira, Hugo Jobim, Craveiro Costa, Luiz Silveira, Boa Ventura de Abreu, Gabriel Jatubá, Cariolano de Amorim aos quais se juntaram oficiais do exército e outros elementos independentes” (COSTA, 1931a, p. 123). Ao falar sobre a organização do Clube Danton, Costa afirma que:

Formavam eles uma especie de carbonaria, adotando um simbolismo complicado, com iniciação entre punhais e pistolas, e um código cabalísticos para as convocações pela imprensa a reuniões extraordinárias. Reuniam-se no mirante do sobrado do Barão de Jaraguá, á praça do Pedro II, no atelier fotográfico de Gabriel Jatubá e algumas vezes na calçada do farol, á luz do luar. Cada um adotava um nome de guerra; Sifronio era Marat, Goulart, Saint Just, Jobim, Robespierre, Fileto, Danton, Craveiro um tanto jacobino, ficara mesmo pelo Brasil, era Pedro Ivo... (COSTA, 1931a, p. 123).

Segundo Costa, durante o governo de Francisco Manoel dos Santos Pacheco (1899-1900), que assumiu o mandato em substituição ao titular Manoel José Duarte, quando informado sobre a existência do Clube Danton, “parece não ter dado grande importância à

¹⁰ Carvão de madeira do tronco do evônimo, que serve para desenhar.

denúncia. Devia ser coisas de rapazes” (COSTA, 1931a, p. 124). O assunto só ganhou repercussão após a denúncia recebida pelo governador sobre a existência do Clube Republicano. Confirmou-se a participação de alguns oficiais do exército que foram presos “entre os quais, se bem nos lembramos, João Saraiva, nesse tempo alferes” (COSTA, 1931a, p. 124). Após tal incidente, os jovens rapazes “acharam prudente agirem a descoberto e vieram para a imprensa com um manifesto declarando que se reuniam para acertarem as bases da fundação de um clube patriótico, que já se achava fundado e se intitulava Apostolado Republicano” (COSTA, 1931a, p. 124).

Após a divulgação na imprensa da fundação do Apostolado Republicano,

foram convidados alguns elementos de responsabilidade política nas fileiras da Concentração e vieram republicanizar a República, Dario Cavalcanti, Costa Leite, Miguel Omena, Miguel Palmeira, Virgilio Antonino, Sampaio Marques e outros (COSTA, 1931a, p. 124).

A participação de Costa no Apostolado Republicano, e dos demais membros, que expressaram o objetivo tácito de “republicanizar a República”, pode ser explicada a partir da análise feita por Carvalho (1987) a respeito da República que “passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo” (CARVALHO, 1987, p. 161). A configuração da política alagoana após a mudança do regime político em 1889, gerou insatisfação daqueles que, assim como Costa, nutria uma expectativa pela democratização da política local.

Tenório (2009) ao tratar do período inicial da República em Alagoas afirma que:

As disputas constantes que se travavam, de forma clara ou furtiva, transformaram a década de 90 numa era política tempestuosa, que não resultara de um confronto de projetos conflitantes para beneficiar a população nem de rivalidades com o finado regime da realeza. Não houve um enfrentamento entre monarquistas e republicanos, [...] houve, sim, questões que se transformavam em ódios mortais, brigas apaixonadas de facções e indivíduos interessados em assegurar sua primazia na instalação da nova ordem institucional (TENÓRIO, 2009, p. 57).

O Rebate surgiu em 06 de abril de 1899 como órgão do Apostolado Republicano. Costa e os demais participantes do movimento utilizaram as páginas deste semanário para confrontar a política dominante. Na composição da equipe dos primeiros redatores estavam: Dario Cavalcanti, Miguel Omena, Hugo Jobim, Goulart de Andrade e Craveiro Costa. Goulart de Andrade, Hugo Jobim e Craveiro Costa participaram do Apostolado Republicano, e também, trabalharam nos periódicos: *O Gutemberg* e *Quinze de Novembro*.

Na visão de Costa, a imprensa local possuía uma feição apostolar “pelo menos *O REBATE* era uma espécie de bíblia política transcendente e venerável lida aos domingos pelos crentes e regeneradores vários” (COSTA, 1923a)¹¹. Segundo o autor, “prevalecia na imprensa o partidarismo arrogante e sanhudo, intolerante e feroz, a que não escapava a mais jurada neutralidade...” (COSTA, 1923a)¹².

Com a vitória eleitoral de Euclides Vieira Malta, que assumiu o comando em 12 de junho de 1900, iniciou o período da história política alagoana conhecida como Oligarquia Malta (1900-1912). Durante o primeiro governo de Euclides Malta (1900-1903) a imprensa adversária foi dispersa e “apenas alguns radicais, que não faziam propriamente a política partidária, presos ao lema pleonástico de Joaquim Murtinho de “republicanizar a República”, abrigaram-se às colunas do *Jornal de Debates*, que continuava franco-atirador” (COSTA, 1931a, p. 125). O *Jornal de Debates* surgiu em junho de 1900 como um jornal independente, mas transformou-se no principal opositor da referida oligarquia. Entre os republicanos mais radicais que combatiam o governo através do *Jornal de Debates* aparecem Virgílio Antonino, Rodrigues de Melo, Carlos Pontes, José Duarte Sobrinho e Craveiro Costa. O impresso possuía uma coluna livre denominada: Partidários da Pátria em que “escreviam eles quase diariamente, sendo os mais assíduos Rodrigues de Melo e Craveiro Costa” (COSTA, 1931a, p. 125).

Com o objetivo de permanecer no comando político de Alagoas o governador Euclides Malta “fez uma jogada perigosa, mas calculada” (TENÓRIO, 2009, p. 83), pois seis meses antes do término de seu mandato se afastou do governo para permitir que seu irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta, concorresse ao pleito eleitoral subsequente. A manobra realizada por Euclides Malta provocou o rompimento político com seu sogro, o Barão de Traipu e a cisão do partido republicano. Segundo Costa (1931a, p. 125) “o velho político considerava um atentado à moral republicana ser o Sr. Euclides Malta substituído no governo pelo seu próprio irmão”. A partir desse episódio o *Jornal de Debates* tornou-se “o veículo dos princípios de moralidade republicana apregoados pelo Barão de Traipu” (COSTA, 1931a, p. 125).

Durante o processo, que resultou na substituição de Euclides Vieira Malta por seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta, provocou no Estado uma dissidência política liderada pelo Barão de Traipu composta pelos opositores que se diziam fiéis ao decoro político. Para

¹¹ COSTA, Craveiro. Hábitos a proscrever. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 1923a.

¹² *Ibidem*.

defender o ideário do novo grupo, sob a liderança do Barão de Traipu, foi apresentado ao público alagoano em 16 de setembro de 1904 o “*CORREIO DE ALAGOAS*, sob a direção de Angelo Neto e Craveiro Costa, cabendo a este quase exclusivamente, a missão redatorial”. (COSTA, 1931a, p. 125). O periódico contou ainda com a colaboração de Elias Sarmiento, Franco Jatubá, Carlos Pontes, Fernandes Tavares, Luiz Franco e outros.

A *Tribuna* tornou-se o veículo principal na defesa do governo e “para fazer frente às duras acusações da imprensa adversária, Euclides adquiriu equipamentos modernos e importados para o jornal [...] que passou a ser o mais bem dotado do Estado” (TENÓRIO, 2009, p. 83). Diante da situação política que colocava de um lado, os defensores da oligarquia Malta; e de outro, seus opositores, “*O GUTEMBERG* continuava a dizer-se neutro e o *JORNAL DE DEBATES* terminou obscuramente os seus dias, francamente maltista” (COSTA, 1931a, p.126).

Costa utilizou a imprensa escrita para defender suas convicções políticas ligadas ao radicalismo republicano. Inicialmente através das páginas do *Gutenberg*, e posteriormente, no *Quinze de Novembro*, *Jornal de Debates*, *O Rebate* e *Correio de Alagoas*.

Para identificar os jornais da fase inicial da carreira de Costa como jornalista político, assim como, o nome de outros companheiros que compartilharam a direção e redação de impressos com o autor elaboramos o quadro que segue:

Quadro 1 - Impresses com atuação de Craveiro Costa como: colaborador, diretor e redator entre 1893 a 1904

| Jornal | Fundação | Direção | Redação |
|--------------------|------------------------|--------------------------------------|---|
| O Orbe | 2 de março de 1879 | | Craveiro Costa (1900). |
| O Gutemberg | 8 de janeiro de 1881 | | Eusébio de Andrade (1892); Goulart de Andrade, Boaventura de Abreu, Hugo Jobim e Craveiro Costa (1902). |
| Quinze de Novembro | 1º de setembro de 1897 | Manoel Melkisedec de Farias Maia | Costa Leite, Dario Cavalcante auxiliados por: (Goulart de Andrade, Hugo Jobim, Coelho Cavalcanti, Craveiro Costa e Fileto Marques). |
| O Rebate | 6 de abril de 1899 | | Dario Cavalcanti, Miguel Omena, Craveiro Costa, Hugo Jobim e Goulart de Andrade. |
| Jornal de Debates | Junho de 1900 | Dr. Saturnino Santa Cruz de Oliveira | Drs. Virgílio Antonino de Carvalho e Antônio Candido; Vieira e Craveiro Costa (1903). |
| Correio de Alagoas | 16 de setembro de 1904 | Angelo Neto e Craveiro Costa | Craveiro Costa |
| | | | |

Fonte: Autora, 2014.

José Murilo de Carvalho em “A formação das Almas” (1990) estudou o imaginário da República no Brasil, e identificou três grupos que apresentaram projetos para substituir o governo monárquico pela República. O 1º grupo foi representado pelos proprietários rurais ligados ao Partido Republicano Paulista, “para esses homens, a República ideal era sem dúvida a do modelo americano” (CARVALHO, 1990, p. 24), que restringia a participação popular na implantação e no governo republicano. A 2ª corrente era representada pela versão jacobina que considerava o regime imperial um sinônimo de atraso, privilégio e corrupção. Sem o controle do poder econômico esse grupo era atraído por “apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados” (CARVALHO, 1990, p. 26). A 3ª versão foi representada pelos positivistas, que ofereceram um arsenal teórico “com armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso” (CARVALHO, 1990, p. 27).

No ensaio “Hábitos a Proscrever” (1923a), Costa fez uma avaliação do período em que bancou o apóstolo e chegou à seguinte conclusão:

parece que convencido da inocuidade da minha missão messiânica, passei-me com as minhas frágeis armas e a minha insignificante bagagem para o partidarismo combatente, a malhar de rijo na execração política do maltismo florescente, pelo JORNAL DE DEBATES, primeiro, e pelo Correio de Alagoas, com Angelo Neto e Guedes Gondin, depois (COSTA, 1923a)¹³.

No referido ensaio, Costa analisou sua participação no Apostolado Republicano, e a missão de “republicanizar a República” como um republicano radical da versão jacobina, que se constituiu em Alagoas uma década após a proclamação da República no governo de Manoel dos Santos Pacheco (1899-1900). Costa e os demais participantes do Clube Danton, apresentaram as mesmas características da versão jacobina no combate ao regime monárquico, ou seja, defendiam maior participação política, mas não conseguiram apresentar um projeto consistente e ficou restrito ao campo das ideias.

Os constantes embates políticos, travados pela imprensa alagoana, principalmente a partir da ascensão da Oligarquia Malta (1900-1912), contribuíram para que o cronista político Craveiro Costa se ausentasse do Estado “para fugir da violência política que se desencadeou nesse governo contra os adversários” (VERÇOSA; MADEIRA, 2011, p. 214). Em 19 de fevereiro de 1903, Costa parte para o Amazonas, e retorna em 30 de julho do mesmo ano. Durante sua estada em Manaus escreveu uma série de reportagens sobre a região. De volta à Maceió em 1904, “colabora no Jornal *Correio de Alagoas* vindo a ser seu diretor” (SILVEIRA, 1983, p. 185).

Costa residiu em “São Paulo e depois no Rio de Janeiro¹⁴ por cinco anos, onde exerceu a atividade de contador ou guarda-livros como se chamava na época” (VERÇOSA; MADEIRA, 2011, p. 214). A função exercida como guarda-livros lhe proporcionou conhecimentos sobre contabilidade, que foram largamente utilizados no serviço público de Alagoas. Costa “foi nomeado Administrador da Recebedoria Central em 11 de janeiro de 1921” (SILVEIRA, 1983, p. 128); a partir de 1924, assumiu o cargo de Contador da Recebedoria Central do Estado. Ainda segundo Silveira, “em 21 de novembro de 1928 foi nomeado em caráter efetivo Contador Geral do Estado (1983, p. 128)”. Em 1929, auxiliado

¹³ COSTA, Craveiro. Hábitos a proscrever. Jornal de Alagoas. Maceió, 1923a.

¹⁴ Segundo Silveira (1983, p. 185) Em 1909, “parte no primeiro embarque para o Rio de Janeiro, em 13 de abril, em face de ter sido removido por acesso do cargo de oficial de administração dos Correios. Vai servir em São Paulo”. A data mencionada por Silveira (1983) não confere com outras informações obtidas em outras passagens do livro, pois o mesmo afirma que Craveiro Costa foi nomeado em 1907, Inspetor Escolar no Alto Juruá.

pelo guarda-livros, Samuel Bulhões Vieira da Silva, adotou o método das partidas dobradas na Contadoria Central do Estado.

Costa foi responsável pela instalação da Diretoria Geral de Estatística do Estado de Alagoas¹⁵, criada pelo Decreto nº 1538, de 10 de setembro de 1931, da qual foi o primeiro Diretor. Segundo matéria publicada na edição nº 11 da *Revista Brasileira de Estatística* em 1942, “a nova repartição, cujo nome bem correspondia ao espírito que o seu diretor lhe impregnou, foi transformada, com sua morte, em seção de estatística da Secretaria da Fazenda, restaurando-se posteriormente com a denominação de Diretoria Geral de Estatística” (*Revista Brasileira de Estatística* apud SILVEIRA 1983, p. 84).

Antes de se estabelecer definitivamente em Alagoas, Craveiro Costa parte novamente em direção ao Acre, terra que o acolheu e onde prestou serviços relevantes.

Os anos em que permaneceu no Acre viveu-os com intensidade na vida pública, política e intelectual. Num tempo em que a escola era artigo de luxo e dela poucos podiam desfrutar e quase inexistia Craveiro Costa ajudou a fundar os primeiros grupos escolares do Juruá (MELO)¹⁶.

Após o período em que permaneceu no Acre, Costa voltou a Maceió em 1922 e começou a escrever no *Jornal de Alagoas*, que iniciou suas atividades em 31 de maio de 1908, no qual publicou inicialmente uma série de artigos intitulados “A Conquista do Deserto Ocidental”, que foram reunidos posteriormente no livro “O Fim da Epopeia” publicado, pela primeira vez, em 1924, pela Tipografia Fernandes.

A imprensa, portanto, foi o palco privilegiado utilizado por Costa para divulgar seu trabalho não apenas como jornalista, panfletário ou cronista político, mas também, como historiador, contador, economista e educador. Além dos impressos já mencionados no decorrer do trabalho, Costa também atuou nos seguintes jornais: *Correio Mercantil*, *Folha Caixeiral*, *O Malhete*, *Gazeta de Alagoas* e *A Notícia*. Esse último utilizado como fonte da pesquisa, surgiu em 14 de outubro de 1930 com a divisa liberal de “pugnar pelos interesses do povo e, principalmente os do Estado, os da lavoura e os coletivos” (*A Notícia*, 1931). De acordo com matéria publicada em 1931, Bernardes Júnior,

¹⁵ A circular de criação da Diretoria Geral de Estatística do Estado de Alagoas pode ser consultada em Anexo C.

¹⁶ MELO, Isaac. O legado de Craveiro Costa ao Acre antigo. Disponível em: <<http://almaacreana.blogspot.com>>. Acesso em: 06 de novembro de 2013.

arrebanhou para *A Notícia* as penas mais fulgurantes, sem distinção de credos políticos como se pode deduzir dos que colaboraram e colaboram: Luiz Lavenère, Jaime d'Altavila, Ranulfo Goulart, Rodrigues de Melo, Manuel Loureiro, Américo Melo, Moreno Brandão, Aurino Maciel, Alfredo de Maia, Emilio de Maia e J. Roberto e para fechar com chave de ouro entregou a direção a Craveiro Costa (*A Notícia*, 1931).

O surgimento do periódico *A Notícia*, teve relação direta com o momento político nacional ocasionado pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1930, governante pelo qual Craveiro Costa demonstrou simpatia política. Naquele contexto, Getúlio Vargas representava a possibilidade de democratizar a cena política, que até então era dominada pelas forças oligárquicas nacionais dos estados de São Paulo e de Minas Gerais na fase da história brasileira conhecida como política do Café-com-Leite. Craveiro Costa trabalhou no referido jornal como diretor e redator-chefe entre 09 de maio a 26 de novembro de 1931, no qual publicou inúmeros ensaios sobre história, política, economia, educação, além de inúmeras reportagens.

1.2 A maçonaria na vida social e no pensamento de Craveiro Costa

Com o intuito de compreender os ideais de Costa estudamos sua atuação como membro da maçonaria, com grande significado na vida e no pensamento de Costa. Ser aceito no rol de membros da instituição significava ser aprovado socialmente, uma vez que para ser admitido o candidato precisa atender requisitos tais como: idoneidade moral, econômica e intelectual, sendo necessário comprovar bons costumes e gozar de boa reputação na sociedade local. Craveiro Costa foi admitido inicialmente na Loja Maçônica Deodoro da Fonseca de Maceió em 24 de junho 1901. Posteriormente transferiu-se para a Loja Capitular Virtude e Bondade, na qual ingressou em 24 de junho de 1905. Na referida Loja, ocupou várias funções sendo eleito para ocupar o cargo de Venerável Mestre entre os anos de 1905 a 1906.

Segundo consta nos registros da Loja Capitular Virtude e Bondade, Costa se afastou em 1907 e foi readmitido em 29 de julho de 1922, ano de seu retorno do Acre e da retomada de suas atividades como membro da Loja, na qual fez parte da Comissão de Beneficência entre 1922 a 1923. De 1923 a 1924 torna-se Orador e de 1924 a 1925 volta a Comissão de Beneficência e ao cargo de Venerável da Loja.

Nos arquivos da Loja Virtude e Bondade encontramos um registro que demonstra a preocupação de Costa com a infância de Alagoas. Tal preocupação aparece nas palavras proferidas por Costa quando ocupou o cargo de Secretário Geral da referida Loja, ocasião em

que a mesma colocou à disposição do Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Alagoas a quantia de vinte contos de réis, por empréstimo e sem cobrança de juros, destinada à obra de filantropia e patriotismo do Instituto. Em agradecimento ao gesto dos confrades da irmandade maçônica, Costa faz o seguinte agradecimento: “com as seguranças do meu apreço e da minha admiração pela compreensão perfeita dos vossos deveres com a infância de Alagoas, ou seja, já para com o próprio futuro de nossa terra, subscrevo-me Patrício e Amigo Craveiro Costa”. (COSTA, 1925)¹⁷.

Quando foi transferido para o Acre levou a carta de recomendação da Loja Virtude e Bondade e passou a freqüentar a Loja Fraternidade Acreana de Cruzeiro do Sul, na qual chegou ao grau máximo de número 33, que corresponde ao Servidor da Ordem da Pátria e da Humanidade.

O discurso que proferiu em 29 de junho de 1923, na Loja Capitular Virtude e Bondade, nos dá a dimensão do envolvimento da maçonaria na vida política brasileira e como Craveiro Costa se identificava com os ideais da instituição.

No Brazil, a Maçonaria fez a independência; a abolição deve-lhe inestimáveis serviços e o maior deles foi, sem dúvida, a lei que alforriou o ventre da escrava, compromisso do Visconde do Rio Branco, então Grão Mestre, perante uma assembleia maçônica, que apelar para a sua posição de chefe do gabinete; a Republica foi uma das suas aspirações liberaes e Bocayuva, Grão Mestre do Lavradio, conspirou contra a monarquia (COSTA, 1923b, p, 12-13).

Durante sua estada no Acre como membro da Loja Maçônica Fraternidade Acreana de Cruzeiro do Sul, Costa procurou levar educação aos confins amazônicos onde “plantou os alicerces do futuro em plena selva, e que como grande educador levava aos brasileiros daquela região a escola de que eles tanto necessitavam para se tornarem independentes”. (SILVEIRA, 1983, p. 95). Defensor da educação popular Costa não perdeu a oportunidade de colocar em prática seus ideais em terras acreanas, e procurou contemplar os trabalhadores dos seringais localizados no interior da floresta amazônica, com dificuldades de acesso, e onde o poder público ainda não havia chegado.

Segundo Silveira (1983), Costa prestou serviços relevantes à educação através da Loja Fraternidade Acreana de Cruzeiro do Sul no Acre. Em 1917, era fundada a Escola Professor

¹⁷ Documento assinado por Craveiro Costa, em 25 de agosto de 1925, quando ocupava o cargo de Secretário Geral da Loja Capitular Virtude e Bondade.

Luiz Tavares de Almeida na cidade de Cruzeiro do Sul. Este estabelecimento funcionava no seringal Tatajuba, transferindo-se depois para o Pote Peteis. No mesmo ano, foi fundada a Escola Saldanha da Gama. Ainda em 1917, o jornalista foi homenageado com a fundação da Escola Craveiro Costa, onde funcionava um “curso noturno, e os alunos todos adultos eram seringueiros do ‘Seringal de Iracema’ (SILVEIRA, 1983, p. 95)”. Em 1920, fundaram-se as Escolas Saldanha Marinho, Thomaz Cavalcante e Macedo Soares.

Consultamos a ficha pessoal de Costa na Loja Virtude e Bondade em Maceió e tivemos acesso ao discurso de posse ao cargo de Venerável da Virtude e Bondade, proferido em 29 de junho de 1923. A conferência “do historiador causaria excelente impressão, tanto que a referida Loja deliberava publicá-lo para propaganda maçônica” (SILVEIRA, 1983, p. 91). O discurso foi impresso pela oficina gráfica da Casa Ramalho.

Durante o discurso, Costa fez a defesa da maçonaria que durante a década de 1920 sofreu uma campanha difamatória, quando “seus adeptos tachados de ateus foram cruelmente satirizados” (SILVEIRA, 1983, p. 92). Como integrante de uma ordem cujo ideal é o aperfeiçoamento intelectual, social e moral do homem, percebemos que tais princípios exerceram influência em sua personalidade e nos escritos produzidos pelo autor. No discurso, Costa chama à atenção de toda a irmandade maçônica para o envolvimento com os problemas do Brasil.

Eles ahi estão, senhores, conseqüentes, quazi todos, desses cinco anos de sangue e horror em que engolfou o mundo: problema operário, com as suas varias soluções; o problema da paz universal, velho sonho da Maçonaria; o problema da situação juridica da mulher... Entre nós, pricipalmente, o problema do alcoolismo, o problema da alfabetização do povo, o problema da proteção á infância, o problema eugênico da raça... (COSTA, 1923b)¹⁸.

Costa demonstra em seus escritos uma preocupação com questões relacionadas à educação do povo, o controle dos vícios, como o alcoolismo; a proteção à infância e ao problema da eugenia¹⁹. Os temas que foram abordados no referido discurso foram uma constante em seus escritos. Ao tratar sobre a educação do homem do campo afirma que “o sertanejo continua o mesmo homem de cem anos passados: a escola não lhe tem imprimido outros hábitos de vida, não lhe tem banido os estigmas que o deprimem, não o tem tornado um fator inteligente de progresso” (COSTA, 2011, p. 116).

¹⁸ COSTA, Craveiro. Discurso. Loja Capitular e Bondade. Maceió, 1923b.

¹⁹ Ciência que se ocupa com o estudo e cultivo de condições que tendem a melhorar as qualidades físicas e morais de gerações futuras, especialmente pelo controle social dos matrimônios (Dicionário Michaelis).

Costa acreditou no ideal de que a educação é responsável pelo desenvolvimento do país e, por isso, deve preparar o trabalhador para assumir seu papel como força produtiva. Nesse sentido, defendeu a remodelação do ensino para adequar-se à realidade econômica nacional.

1.3 O ofício de historiador do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano

Entre as atividades exercidas por Costa no jornalismo, na contabilidade, em economia, em estatística e na educação, uma das quais demonstrou grande paixão foi pelo ofício de historiador. Costa teve participação ativa no círculo da intelectualidade alagoana que compunha o rol de membros do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano²⁰, fundado em 02 de dezembro de 1869 durante a presidência do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. O Instituto foi o terceiro a ser criado no Brasil. Quando foi inaugurado, existiam no país apenas duas instituições do gênero, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Corte (1838), e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1862).

A admissão de Costa no Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano ocorreu em 18 de março de 1923. Foi empossado como sócio efetivo em 11 de setembro de 1923. De acordo com a ata da referida sessão foram empossados junto com Craveiro Costa: o Cônego Antônio Valente, Jayme d' Altavila e Hermínio Barroca. Durante o cerimonial de posse os referidos consócios aguardaram na sala de espera e foram conduzidos ao salão nobre do Instituto,

onde foram recebidos de pé e saudados em breves palavras pelo Sr. Presidente, que fez em relevo a aquisição dos brilhantes valores feita pelo Instituto que tinha a fortuna de poder contar com eles para a perfeita segurança da sua eficiencia e resguarda-lo do esmorecimento na existência dos futuros embates pela glória de seu destino (Ata da Sessão de 11 de setembro de 1923, Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano).

Costa foi eleito em 23 de junho de 1926, o 4º Secretário Perpétuo do Instituto. Tomou posse como sócio correspondente em 05 de novembro de 1931. Em 20 de novembro de 1931, renunciou ao cargo de Secretário Perpétuo²¹. É patrono da cadeira nº 48.

²⁰ O nome do Instituto Histórico, que era Arqueológico e Geográfico Alagoano, desde sua criação em 2 de dezembro de 1869, “passou a partir de 1932, a denominar-se Instituto Histórico de Alagoas, mas em 27 de fevereiro de 1971 com a aprovação de modificações no estatuto, a denominação primitiva passou ser de Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas” (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: Dados Históricos, 2008, p. 28.

²¹ Não conseguimos acessar os registros do Instituto Histórico para esclarecermos quais os motivos levaram Costa a renunciar ao cargo de Secretário Perpétuo.

Encontramos informações nos registros pessoais de Costa, na Loja Capitular Maçônica Virtude e Bondade, que após sua renúncia ao cargo de Secretário Perpétuo do Instituto, solicitou um empréstimo no valor de trezentos mil réis “para auxílio ao Irm. Craveiro Costa, conforme deliberação da Loj.. em sessão de 24 deste mez” (Arquivo da Loja Maçônica Virtude e Bondade). Em declaração assinada por Craveiro Costa em 30 de novembro de 1931, consta o recebimento da quantia de seiscentos mil réis para auxiliar sua viagem em tratamento²².

O historiador Abelardo Duarte, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, ocupante do cargo de Secretário Perpétuo entre os anos de 1944 a 1992, proferiu um discurso em dezembro de 1969, em comemoração ao centenário do referido Instituto. Que, em suma, “evoca, neste momento, pela minha palavra, os nomes daqueles saudosos confrades que ocuparam as funções de Secretário Perpétuo” (DUARTE, 2008, p. 146). Dentre os quais, aparece o nome de Craveiro Costa, de João Francisco Dias Cabral, de Luiz Joaquim Costa Leite, de Luiz de Mascarenhas e de Luiz Lavenére Wanderley, sucessor de Craveiro Costa. Ao mencionar o trabalho desenvolvido por Costa como membro do Instituto, Duarte afirma que o mesmo “foi o protótipo do historiógrafo; possuía todas e mais apreciáveis qualidades que fazem um historiador; inteligência, apreensão perfeita dos assuntos, objetividade, e técnica esmerada” (DUARTE, 2008, p. 151). Como sócio da Instituição, um dos primeiros trabalhos desenvolvidos por Costa foi promover a reestruturação da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano* em que “inestimável serviço prestou Craveiro Costa, reiniciando a publicação de nossa Revista em 1924, e que se achava suspensa desde 1916. Fê-lo juntamente com Orlando Araújo e Hermínio Barroca”, (DUARTE, 2008, p. 152). Em 1925 Costa era redator da revista junto com o professor Moreno Brandão e o Dr. Anfilófilo Melo. Em 1926 compartilhou a redação com Anfilófilo Melo e o Cônego Antônio Valente.

No ofício de historiador era comum trabalhar aos domingos, feriados e dias santos.

Vasculhou os arquivos desta Casa, os Cartórios públicos, buscando o encadeiamento dos episódios históricos [...] Na Biblioteca Nacional procedeu a mais exaustiva pesquisa bibliográfica e de manuscritos até hoje realizada sobre assuntos pertinentes às Alagoas na fase de nossa formação. Conseguiu para este Instituto cópia da planta da vila de Maceió, mandada riscar por Melo Póvoas (DUARTE, 2008, p. 151).

²² Tal informação nos leva a pensar que o afastamento do Instituto pode ter sido para cuidar de sua saúde, no entanto, não acessamos material suficiente para confirmar tal justificativa.

Quando ocupou o cargo de Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, entre 1923 a 1931, Craveiro Costa foi responsável pela organização dos arquivos para facilitar o acesso dos pesquisadores ao acervo da instituição e prestou um grande serviço com

seu enorme trabalho de reorganização do arquivo do Instituto e publicação do Catálogo da secção de documentos por ordem cronológica e episódios históricos; Catálogo biográfico dos Sócios efetivos e Catálogo dos Sócios beneméritos, correspondentes e honorários (DUARTE, 2008, p. 152).

Manuel Diéguas Júnior, que escreveu a orelha do livro “A Conquista do Deserto Ocidental” (1973) afirma que “Craveiro Costa era: um historiador. Tinha a paciência de procurar o documento, de o ler, de o interpretar; sabia tirar as observações decorrentes do que o texto poderia sugerir” (DIÉGUES JÚNIOR, 1973).

Como sócio do Instituto e acesso direto ao acervo da Instituição, Costa escreveu inúmeros ensaios sobre a História de Alagoas, que foram publicados pela *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*.

De acordo com o programa dos trabalhos do Instituto para o ano de 1929, publicado pela *Revista de Ensino*, Costa participou da comissão para identificar lugares e monumentos históricos em Penedo, Porto Calvo e Alagoas. Além de Costa, fizeram parte da comissão o Dr. José Barbosa Júnior, Prof^o. Moreno Brandão, Dr. Venceslau de Almeida e Dr. Anfilóbio de Melo. Participou, ainda, da excursão a Serra da Barriga para identificação do Quilombo dos Palmares. Esta comissão foi composta pelo Dr. Orlando Araújo, Cônego Antônio Valente, J. L. Ferreira Pinto, Professor Auryno Maciel e Dr. Jorge de Lima.

O Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano realizou uma série de Conferências em comemoração a 112º aniversário de autonomia política de Alagoas, realizada entre os dias 07 a 16 de setembro de 1929. Costa participou da comissão organizadora com o Professor Auryno Maciel, Dr. Joaquim Diéguas, Professor Moreno Brandão, Dr. Anfilóbio Melo e outros. A participação nas comissões citadas evidencia o envolvimento de Costa como historiador do Instituto.

1.4 O escritor e sua produção

Costa escreveu sete livros. O primeiro a ser publicado em 1902, pela Tipografia Comercial, foi “Indicador Geral do Estado de Alagoas”, organizado em parceria com

Torquato Cabral. A obra foi um trabalho de estatística com subsídios geográficos e econômicos sobre Alagoas. Para a escrita do livro, Craveiro Costa contou com a colaboração de vários autores alagoanos.

A história fica por conta do Dr. Diégues Júnior, a Geografia de autoria de Hugo Jobim, a Agricultura é analisada pelo Dr. Affonso de Mendonça, trazendo os anexos da exportação nos anos de 1887 a 1888 até 1902. [...] A parte de higiene é do Dr. Alfredo Rêgo, a de Administração e Finanças do Estado, do Dr. Euzébio de Andrade. [...] Craveiro, estudioso dos problemas da educação, escreve a VII Parte, denominada de Instrução Pública (SILVEIRA, 1983, p. 27).

No “Indicador Geral do Estado de Alagoas” (1902), Costa apresentou quadros estatísticos sobre Alagoas e tornou-se um dos precursores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Brasil.

Após seu retorno a Maceió em 1922, Costa começou a publicar no *Jornal de Alagoas*, escritos sobre o povo acreano reunidos, posteriormente no livro “O fim da Epopeia” com primeira publicação em 1924, prefaciada por Abguar Bastos. Em 1973, foi reeditado pela Companhia Editora Nacional, na série Brasileira com o título “A Conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do Território do Acre”, em convênio com o Instituto Nacional do Livro e Ministério da Educação e Cultura em homenagem ao Centenário de Plácido de Castro, com prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis.

Costa também escreveu: “História das Alagoas: um resumo didático” de 1928, publicado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, que foi prefaciado por Auryno Maciel, seu companheiro no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, na *Revista de Ensino* e na Sociedade Alagoana de Educação.

A obra “História das Alagoas” foi adotada como livro didático nas escolas públicas pelo Conselho de Ensino, durante a reunião realizada nos dias 28 e 31 de julho de 1930. Entre os participantes estavam o Diretor da Instrução Pública Miguel Batista, Dr. Santos Ferraz, Dr. Cerquinho Nunes, Dr. Eduardo da Silveira, Craveiro Costa, professores Hygino Belo, João Bernardino da Costa e Celina Batinga. Na ocasião, “o Conselho tomou conhecimento dos programmas do ensino primário, aprovando-os, e mandou adoptar: História das Alagoas do Sr. Craveiro Costa, como livro obrigatório nos terceiro e quarto annos” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 79).

O livro “Alagoas em 1931: inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais” foi publicado em 1932 pela Imprensa Oficial. Manuel Diégues Júnior em “O Banguê nas Alagoas” (2012), obra na qual analisa a influência da economia açucareira na vida e na cultura alagoana, ao mencionar o trabalho de Costa afirma que:

Alagoas em 1931 é uma fonte preciosa para conhecimento das Alagoas nos seus diversos aspectos. Esclarecido e culto, orientado pelos melhores métodos de pesquisa e interpretação, Craveiro Costa soube imprimir a este seu trabalho um caráter informativo não só útil senão ainda ilustrativo. Daí encontram-se em suas páginas subsídios importantes para o conhecimento do passado e do presente da economia de Alagoas, em especial do açúcar. (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 251).

O autor escreveu “O Visconde de Sinimbu - Sua Vida e Sua Atuação na Política Nacional (1840-1889)”, livro biográfico sobre o estadista e bacharel João Lins Vieira Cansansão do Sinimbu (1810-1906), publicado em 1937 pela Companhia Editora Nacional. Costa encontrou sérias dificuldades para publicação desta obra e não viveu o suficiente para receber a avaliação da crítica nacional pela escrita do trabalho. Consultamos a ata da sessão de 06 de outubro de 1931 ocorrida no Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, onde consta o registro de que o escritor ofertou os originais da obra à Casa das Alagoas. Na ocasião, o consócio Auryno Maciel apresentou e justificou uma proposta no sentido do Instituto mandar publicar o trabalho. O assunto foi amplamente discutido, tendo se manifestado sobre o mesmo os consócios Guedes de Miranda, Carlos de Gusmão, Auryno Maciel, Barreto Cardoso e Quintela Cavalcante. Após o debate sobre a responsabilidade da publicação do livro pelo Instituto, Guedes de Miranda se pronunciou para que fosse “nomeada uma comissão para proceder à leitura do mesmo e em seguida dar seu parecer” (Ata da sessão realizada em 06 de outubro de 1931). Após o impasse a respeito da publicação da biografia, a ideia de formar uma comissão para emitir o parecer sobre o trabalho foi rejeitada, sendo formada outra comissão para junto ao governo do Estado tratar a respeito do assunto. Tal comissão era composta pelo professor Luiz Lavenère, o Dr. Carlos de Gusmão, Dr. Guedes de Miranda e o Dr. Auryno Maciel (Ata da sessão realizada em 06 de outubro de 1931). Percebemos que dificuldades de ordem econômica foram impostas pelo Instituto e pelo governo do Estado para publicação da obra, que só foi concretizada após três anos da morte de Costa, em 1937.

O livro “Maceió”, obra póstuma publicada em 1939, pela Livraria Olympio Editora foi uma iniciativa do prefeito Eustáquio Gomes, para comemorar o Centenário da elevação de Maceió, a cidade e capital de Alagoas. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira foi convidado

pela prefeitura de Maceió para fazer a revisão do trabalho e “como diretor interino do antigo Departamento de Estatística, promover, no Rio, a edição do trabalho de Craveiro Costa, fazendo-o acompanhar de notas e um estudo complementar pelo Sr. Manuel Diegues Junior” (FERREIRA, 2001, p. 8). Em 1981, a obra ganhou uma 2ª edição pela SERGASA e em 2001, foi reeditada pelas Edições Catavento.

O historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana, durante sua administração do Arquivo Público de Alagoas, organizou a obra “A Emancipação das Alagoas”, publicada no ano de 1967 “destinada a assinalar o transcurso do Sesquicentenário da Emancipação Política de Alagoas” (SANT’ANA, 1967, p. 19). O ensaio que dá título ao trabalho de autoria de Costa foi publicado inicialmente no *Jornal de Alagoas* em 16 de setembro de 1923.

No campo educacional o trabalho de maior relevância de Costa foi “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas”, de 1931. Esse trabalho foi organizado de acordo com as instruções elaboradas pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação. O livro é dividido em quatro partes. A parte I, intitulada: “Fatores culturais da Colônia”, que aborda a origem do ensino em Alagoas; que antes da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal em 1759 era privativo dos conventos. Destaca também a evolução do ensino primário, a moderna finalidade da escola, o ensino secundário, o ensino normal, a criação do Curso Rural em 1930; a Inspeção Escolar e as Instituições Culturais de Alagoas, com destaque para o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Na parte II, o autor tratou do Ensino Público Estadual: organização, condições de funcionamento e estatística. A parte III é intitulada Ensino Municipal: alguns dados gerais sobre o decênio de 1921-1930. E, por fim, na IV parte o autor trata sobre o Ensino primário particular: alguns dados gerais no decênio de 1921 a 1930. O referido trabalho tornou-se uma importante fonte de consulta na atualidade para os estudiosos da história da educação em Alagoas. Para sistematizar a produção do escritor, elaboramos o quadro que segue:

Quadro 2 - Obras de Craveiro Costa

| Título | Editora | Ano de Publicação | Reedição |
|--|---|-------------------|----------------------------|
| “Indicador Geral do Estado de Alagoas” | Tipografia Comercial | 1902 | |
| “O fim da Epopeia” (1ª ed.). “A Conquista do Deserto Ocidental” (2ª ed.) | Tipografia Fernandes/ Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. | 1924 | 2ª ed. 1973 |
| “História das Alagoas: um resumo didático” | Companhia Melhoramentos de São Paulo. | 1928 | 2ª ed. 1983 |
| “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas” | Imprensa Oficial/ EDUFAL | 1931 | 2ª ed. 2011 |
| “Alagoas em 1931: inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais” | Imprensa Oficial | 1932 | |
| “O Visconde de Sinimbu- sua vida e sua atuação na Política Nacional (1840-1889)” | Companhia Editora Nacional | 1937 | |
| “Maceió” | Livraria Olympio Editora; SERGASA; Edições Catavento | 1939 | 2ª ed. 1981 3ª ed. 2001 |

Fonte: Autora, 2014.

A publicação das obras: “Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas”, em 1931, e “Alagoas em 1931: inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais” em 1932,

desgostaram os profissionais da política, porque eles haviam contado ao povo uma história diferente. Daí possuir inimigos gratuitos, invejosos e covardes, que não podendo desmentir o estatístico ou o economista, as caladas, aos cochichos, procuravam desvalorizar a obra “craveriana”. Mas ainda hoje, muitos, tantos têm de recorrer a ela, roteiro seguro de um passado, documentário fiel que não vem sendo contestado porque foi registrado friamente através dos números (SILVEIRA, 1983, p. 82).

Ainda, conforme Silveira:

sem as fórmulas usadas por José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos através de seus romances, Craveiro Costa também nos seus ensaios fez aquilo que, Assis Brasil chama de “denúncia social”, quando clama contra a injustiça, sem contudo pregar mudanças de governos ou aderir a credos exóticos (SILVEIRA, 1983, p. 85).

A partir da análise de Silveira (1983), podemos afirmar que os referidos trabalhos de Costa causaram incômodos a políticos alagoanos por terem demonstrado a realidade no campo da política, da economia, da educação e, sobretudo, a respeito da desigualdade social existente no Estado.

Na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Costa publicou ensaios sobre a História nacional e de Alagoas: “O patriarca do Instituto” (1924), “A confederação do Equador”, “Província de Alagoas” (1925), “A 1ª Assembléia Provincial” (1925), “Os Inquéritos censitários em Alagoas” (1925), “D. Pedro II” (1925), “A Inconfidência Mineira” (1926), “Maceió, seu desenvolvimento histórico” (1927), “Maceió, seu desenvolvimento: Inquéritos históricos, sociais e econômicos” (1928), “Calabar perante a história moderna” (1928), “O Visconde de Sinimbu” (1930), primeira versão da biografia do estadista alagoano publicada em 1937 pela Companhia Editora Nacional de São Paulo, “Os deputados alagoanos nas cortes portuguesas” (1930), “Deodoro e o Imperador” (1930) e “Cem anos de jornalismo: Memória histórica sobre o jornalismo em Alagoas” (1931) em que faz um estudo sobre a origem da imprensa alagoana e sua relação com a política.

Na *Revista de Ensino*, o autor publicou ensaios entre 1927 a 1931: “O canto nas escolas” (1927), “Ensino de História Pátria” (1927), “Educação Cívica” (1927), “Domingos Moeda” (1927), “A escola rural” (1927), “A proclamação” (1927), “A terra arável: plano de aula em escola rural” (1927), “A escola moderna” (1927), “Diéguas Júnior” (1927), “A evolução intelectual de Alagoas” (1927) “A escola isolada” (1927), “Deve a professora casar?” (1927), “Exames e examinadores” (1927), “Sociedade Pernambucana de Educação” (1930), “Cruzada Pedagógica de Alagoas: o ensino público em Pernambuco” (1930), (entrevista concedida inicialmente ao *Jornal de Alagoas*), “Círculo de pais e professores”, (1931), “Escolas mistas” (1931), “Escola mista” (1931).

Durante a pesquisa na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, encontramos escritos de Costa ainda não conhecidos pelo público sobre diversas temáticas. No *Jornal de Alagoas* encontramos “A Educação popular” (1923) e “A moderna concepção da escola” (1930). No jornal *A Notícia*, conseguimos três ensaios sobre educação: “A moderna finalidade da Escola I” (1931), “A moderna finalidade da escola II” (1931) e “Caça ao diploma” (1931). Em *A Notícia* encontramos um ensaio sobre política intitulado “As carpideiras do constitucionalismo” (1931), “Rumo aos campos” (1931), (economia alagoana),

“Pela saúde do povo” (1931), (educação sanitária) e “Limites entre os estados: Pernambuco-Alagoas” (1931), (história).

Em 1920, Costa pronunciou uma Conferência intitulada “Simbolismo e Ação Social da Maçonaria” que o “Grande Oriente do Brasil no seu Jornal Oficial publicou por determinação do Conselho Geral da Ordem” (SILVEIRA, 1983, p. 96). O Grande Oriente do Brasil, segundo José Castellani²³ – que exerceu atividades como: médico, escritor, jornalista, e historiador maçônico – a maçonaria participou ativamente dos momentos decisivos da História do Brasil, como o dia do ‘Fico’ em 09 de janeiro que antecedeu a Independência em 1922, a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889.

Auryno Maciel (1895-1950), prefaciador do livro “O Visconde de Sinimbu- sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889)”, ao falar sobre o estilo de escrita do autor da obra afirma que:

Craveiro Costa foi essencialmente jornalista; e as suas letras, quando alçavam o colo num assunto menos fácil, não procuravam outro estilo para deixarem a impressão de que estava falando o doutor. Ele não era doutor. Tinha, porém, uma inteligência privilegiada. Os assuntos mais intratáveis ganhavam nas suas mãos uma utilidade de azougue. A história, a geografia e a estatística eram as suas musas (MACIEL, 1937, p. 12).

Ser membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, de tradição positivista, referendada pelo rigor das pesquisas, exerceu influência no trabalho de Costa como historiador. A consulta às fontes na condição de membro da Casa das Alagoas era feita de forma criteriosa. Em seu trabalho como historiador, Costa não se restringia à mera descrição histórica dos fatos passados com ênfase nos acontecimentos políticos, uma vez que, analisa o lado material e social para interpretar a História. Tais aspectos foram demonstrados em “A emancipação das Alagoas”, publicado em 1967 pelo Arquivo Público de Alagoas, no qual segundo as palavras de Moacyr Medeiros de Sant’Ana, Costa “era inteiramente contrário à opinião dos dois maiores historiadores contrerrôneos que lhe antecederam: Tomaz Espíndola e Moreno Brandão” (SANT’ANA, 1967, p. 9). Para o primeiro a emancipação política de Alagoas ocorreu devido à preocupação da monarquia portuguesa “em pôr os habitantes desta comarca ao abrigo dos ódios e opressões pernambucanas” (ESPÍNDOLA, apud SANT’ANA, 1967, p. 10). Para o segundo, a emancipação de Alagoas foi uma tentativa de “enfraquecer

²³ CASTELLANI, José. Os Primeiros Tempos e a Luta pela Independência. Disponível em: <<http://bibliot3ca.wordpress.com/historia-do-gob/>>. Acesso em: 26 de março de 2014.

Pernambuco, amesqui-nhando-lhe a vastidão territorial, e galardoar os serviços prestados por Alagoas na debelação do movimento de 1817, o rei D. João VI resolveu-se a separar a antiga comarca da indômita capitania, dando-lhe os foros de independente” (BRANDÃO, 2004, p. 69).

Para Costa, a autonomia de Alagoas em 1817 ocorreu por “fatôres de progresso material, social e político, a emancipação foi um fato natural, infugível, e dar-se ia com a revolução de 6 de outubro ou sem ela” (COSTA, 1967, p. 40).

Auryno Maciel, que também prefaciou “História das Alagoas” (1983), apresentou suas considerações sobre o historiador Craveiro Costa.

O Sr. Craveiro Costa não discute se a historia é arte ou ciência: e essa feição superior do seu processo supõe nelle um historiador emancipado da velha historia – arrumação de factos e datas, e para quem a função do historiador não é explicar a historia pelos factos, mas os factos pela historia. Historia – sciencia, portanto (MACIEL, 1983, III).

Maciel fez um retrospecto a respeito dos trabalhos já produzidos por Costa. Sobre o “O Fim da Epopéia” (1924) afirma que “a sua historia do Acre é dos nossos livros fortes, quero dizer, dos nossos livros sérios, onde o pensamento clamante do sociólogo se exprime com a elegância harmoniosa e sympathica” (MACIEL, 1983, V).

2 O LUGAR DA PRODUÇÃO DE CRAVEIRO COSTA: ALAGOAS DOS ANOS 1920 E INÍCIO DE 1930

2.1 O contexto histórico, político, econômico e social de Alagoas dos anos de 1920 a 1930

A década de 1920 foi caracterizada por uma série de mudanças no contexto político, econômico, social, cultural, nacional e internacional. O período foi fortemente marcado pelo crescimento do nacionalismo exacerbado em países europeus como Alemanha e Itália, abalados com o fim da primeira guerra (1914-1918) e pela tentativa do continente europeu recuperar-se economicamente das perdas durante o conflito. Por outro lado, os Estados Unidos surgiram como nova potência econômica. A construção do ideal de uma nação desenvolvida economicamente e com um sistema político com garantia da liberdade individual foi considerado um modelo a ser seguido por outras nações, porém, em pouco tempo o país sofreu um grande abalo proveniente da crise econômica gerada a partir da queda da Bolsa de Nova York em 1929 com repercussões em todo o mundo.

A crise econômica mundial também afetou o Brasil que vivenciava internamente o fim do domínio político das oligarquias estaduais de São Paulo e de Minas Gerais que teve início durante o governo de Prudente de Morais (1894-1898), através da chamada Política dos Governadores também conhecida por República dos Coronéis.

Inserida neste contexto, Alagoas sentiu os reflexos da crise econômica internacional. De acordo com Verçosa (2006), o setor de produção ligado à economia do açúcar em Alagoas apresentou um período de crescimento dos preços do produto no mercado internacional durante a Primeira Guerra, porém no final da década de 1920 “os preços caem de tal forma [...] que muitos plantadores acham melhor soltar o gado no canavial do que moer suas canas, visto que o produto, quando vendido não pagaria o custo de sua produção” (VERÇOSA, 2006, p. 111).

Entre os anos de 1900 a 1912, a política alagoana ficou sob o comando do grupo comandado por Euclides Vieira Malta, predomínio que foi interrompido em 1913, com a vitória do Coronel Clodoaldo da Fonseca, irmão do Marechal Deodoro da Fonseca, ao governo estadual. Fernandes Lima apareceu como vice na chapa sendo eleito governador em 1918.

Segundo Verçosa (2006, p. 109) “assumindo o Governo do Estado em 1913, Clodoaldo da Fonseca constituirá um grupo que, com alguns arranjos, terá o controle do poder político até 1930”. O Coronel Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima pertenciam ao Partido Democrata e abrigaram em torno de si “importantes frações da oligarquia local, com setores urbanos ligados a ela e à influente colônia alagoana do sul” (TENÓRIO, 2009, p. 99).

A partir da ascensão de José Fernandes de Barros Lima ao governo em 1918, a hegemonia política do estado, antes controlada pelos proprietários rurais do Sul, foi transferida para os “proprietários do Norte açucareiro” (TENÓRIO, 2009, p. 107). Apesar de promover algumas transformações no cenário político “as mudanças ocorridas são cosméticas, para que tudo continue a ser como era. Nada muda na essência. O ‘Caboclo Indômito’ ocupou por duas vezes o Palácio dos Martírios” (TENÓRIO, 2009, p. 107) entre 1918 a 1924.

A administração de Fernandes Lima abriu caminho para o retorno de Costa ao Estado natal, após o longo período de sua permanência no Acre. Em 1922, a convite do governador, o jornalista e historiador voltou a Alagoas para assumir o cargo de Administrador da Recebedoria Central.

Após o término do mandato de Fernandes Lima, foi eleito como governador Pedro da Costa Rego. Segundo Tenório (2009, p. 108), a escolha do “jornalista alagoano Costa Rego, radicado no Sul e de grande prestígio intelectual, evidencia um sinal de esgotamento da hegemonia política da elite rural e de transformações no horizonte”. Neste governo, o movimento em prol da renovação escolar foi intensificado por intelectuais como Adalberto Marroquim que estava à frente da Diretoria da Instrução Pública e foi responsável pela fundação da *Revista de Ensino* em 1925.

Em substituição a Costa Rego (1924-1928), foi eleito o “jornalista Álvaro Corrêa Paes, que a despeito de ser um homem pacato e bom, sua administração foi contrastada por uma época de violências, de perseguição aos jornalistas” (ALBUQUERQUE, 1989, p.158). A vitória eleitoral de outro jornalista para o governo do Estado “mostra a substituição do patriarcado rural na ribalta por membros da classe média” (TENÓRIO, 2009, p. 108).

Em Alagoas, a repercussão do movimento que conduziu Getúlio Vargas ao governo federal, em 1930, ocorreu “sem maiores confrontos, com o Governador Álvaro Paes fugindo pelas portas dos fundos do Palácio. A população adere em massa à nova situação, enfeitando-

se de lenços vermelhos e dando vivas aos novos senhores do poder” (VERÇOSA, 2006 p. 131). Getúlio Vargas assume a política nacional com a promessa de promover mudanças no quadro político e social. Costa escreveu um artigo que foi publicado no jornal *A Notícia* intitulado: “As Carpideiras do Constitucionalismo” (1931) em que analisou a política nacional antes do movimento político responsável pela condução de Vargas ao poder. Segundo Costa

o país andava fora da orbita constitucional, que a negação das atribuições de soberania do Congresso arrastava inevitavelmente a negação dos direitos individuais e coletivos; que as inomináveis violências do poder executivo, repercutindo fragorosamente no estrangeiro, rebaixavam o Brasil e influíam funestamente no seu credito e nas suas relações externas. [...] Veio a Revolução e com ela a ditadura mais liberal do mundo em todos os tempos. O governo precisa de poderes amplos para cuidar seriamente de reconstituição econômica, financeira e moral do país” (COSTA, 1931b)²⁴.

A percepção de Costa sobre o momento político brasileiro, no início da administração de Getúlio Vargas, demonstra que o mesmo assumiu uma postura otimista no que diz respeito aos rumos da política nacional, ao defender que o governo federal precisava de amplos poderes para promover a reestruturação do país.

No que diz respeito à educação, Verçosa (2006) reproduziu um trecho da mensagem de Fernandes Lima proferida em 1922, que nos ajuda a entender a situação da educação alagoana nos anos iniciais da década de 1920. Segundo o governador “a instrução pública, entre nós, está a precisar de inadiável e radical reforma” (LIMA, apud VERÇOSA 2006, p. 115). Sob influência do ideário reformista da década de 1920, Costa posicionou-se em defesa de um ensino pragmático, principalmente, para aqueles que precisavam de uma escola primária que tivesse um fim utilitário, ou seja, uma escola que preparasse o aluno para o trabalho.

2.2 A instrução pública de Alagoas em 1931

Em 1931, Costa foi nomeado correspondente do Ministério da Educação e Saúde Pública em Alagoas para realizar um levantamento sobre a instrução no Estado para atender a solicitação de Francisco Campos, ministro da Educação do presidente Getúlio Vargas. Naquele momento, o objetivo do Ministério da Educação era verificar a situação em que se encontrava a educação em todas as unidades da federação. Em Alagoas, Costa ficou responsável para realizar o levantamento sobre a Instrução Pública do Estado. Esse trabalho

²⁴ COSTA. Craveiro. As Carpideiras do Constitucionalismo. *A Notícia*, Maceió, 1931b.

foi realizado através da monografia intitulada “O Ensino Público em Alagoas: sua evolução e seu estado atual” (1931).

A *Notícia* publicou em 21 de agosto de 1931 a correspondência do Diretor Geral do Ministério da Educação e Cultura, Teixeira de Freitas, dirigida a Costa. As palavras iniciais de Teixeira de Freitas foram as seguintes:

Tenho o prazer de expedir-vos com o presente officio todos os papeis necessários ao desempenho das vossas novas atribuições como correspondente desta Diretoria Geral nessa Capital, função essa a qual, a pedido de S. Ex. o Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública, fostes em boa hora designado pelo digno Governo desse Estado.

Desses papeis, alguns destinam-se a dar-vos a conhecer a importância da comissão que fostes chamados a desempenhar, como agente de ligação entre a administração federal e a estadual, para o fim do levantamento das estatísticas escolares e da assistência medico-sanitária, outros fixam as instruções, tanto gerais como especiais, a que vos deveis cingir, correspondendo, os restantes, aos formulários cujo preenchimento vos é confiado (*A Notícia*, 1931)²⁵.

De acordo com o conteúdo da carta de Teixeira de Freitas, a monografia organizada por Costa obedeceu a um roteiro estabelecido pelo Ministério da Educação, através de formulários e instruções para a execução do trabalho.

Segundo o Diretor Geral do Ministério da Educação, era necessário naquele momento reunir dados estatísticos sobre a situação do ensino nos estados da federação para ser discutido durante a realização da IV Conferência Nacional de Educação no Rio de Janeiro em 1931. Em 21 de agosto de 1931, o jornal *A Notícia* publicou uma nota com informações relativas ao programa da IV Conferência Nacional, realizada entre os dias 13 e 20 de dezembro de 1931, com o tema “As grandes Diretrizes da Educação Popular”, o qual veio anexado ao material enviado a Craveiro Costa para servir como parâmetro na organização da monografia sobre a instrução em Alagoas. Tal fato explica a urgência na entrega do trabalho para o mês de agosto de 1931.

Exige essa providencia a próxima reunião nesta Capital, a 12 de outubro vindouro, e sob os auspícios deste Ministério da 4ª Conferência Nacional de Educação. De fato tornada essa Conferência quasi oficial, e devendo ela (ver o programa anexo) debater teses relacionadas com a organização do ensino primário, normal e técnico-profissional, bem assim como a elaboração das estatísticas escolares em geral, carece o Ministério de documentar-se pelo órgão desta Diretoria Geral, sobre as atuais condições dos Estados no que relaciona com os citados assuntos (*A Notícia*, 1931).

²⁵ Ministério da Educação e Saúde Pública. *A Notícia*. Maceió, 1931.

Teixeira de Freitas recomendou a Costa que apresentasse o levantamento sobre os ensinos primário, normal, e técnico profissional; e, se possível, que fossem apresentados os dados referentes ao período de 1926 a 1930.

Por conseguinte, e sem prejuízo do programa de trabalho que vos traçam as instruções enviadas, solicito o concurso da vossa boa vontade e competência, traduzido na elaboração e remessa, por todo o mes de Agosto, proximo, de uma breve mas documentada monografia, estudando a situação geral desse Estado, no que concerne a organização e aos resultados dos tres ramos do ensino acima referidos, a saber, o primário, o normal e o técnico-profissional, bem assim no que diz respeito ao levantamento das estatísticas escolares em geral, acompanhadamente dos dados que elas acusarem pra o Estado em conjunto, e segundo as especificações indispensáveis á sua boa interpretação, em cada um dos anos do quinquênio 1926-30, ou ao menos, si tanto não for possível, no ano de 1930 (*A Notícia*, 1931)²⁶.

Pelo programa da IV Conferência de Educação, uma das questões discutidas teve como tema: “Como deverá a futura Constituição brasileira outorgar à União dentro das prescrições consagradas pela pedagogia moderna a faculdade de intervir na difusão do ensino primário, base indiscutível da prosperidade imediata do país?” (*A Notícia*, 1931). Outra discussão que fez parte do programa da Conferência apresentava o seguinte tópico: “Como organizar na Capital e nos Estados o ensino profissional de forma a garantir (sem transformar as oficinas em meros departamentos industriais) a inteira eficácia do trabalho creador da riqueza futura da nação?” (*A Notícia*, 1931). O programa discutido na IV Conferência Nacional de Educação foi ao encontro com pensamento de Craveiro Costa na defesa do ensino profissional como solução para resolver o problema educacional das massas populares.

De acordo com a exigência do Ministério da Educação, o levantamento sobre a educação em Alagoas deveria ser entregue em agosto de 1931. Com relação ao prazo estipulado, Costa não apenas cumpriu o cronograma estabelecido pelo Ministério da Educação, como foi o primeiro Correspondente dos estados a organizar e entregar a monografia no prazo de dezenove dias.

Em 21 de setembro de 1931, *A Notícia* publicou outra correspondência de Teixeira de Freitas para Costa, acusando o recebimento da monografia “O Ensino Público em Alagoas-sua evolução e seu estado atual”. Reproduzimos um trecho da carta que foi escrita em 11 de setembro de 1931.

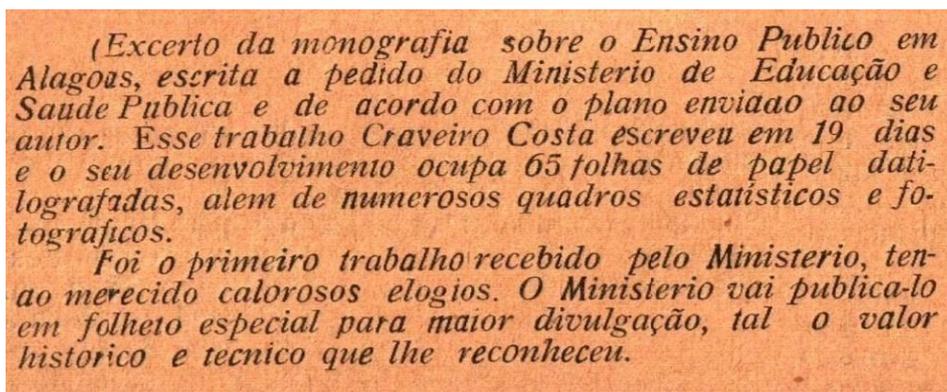
²⁶ Ministério da Educação e Saúde Pública. *A Notícia*. Maceió, 1931.

É com a mais viva satisfação que consigno a circunstancia de ser a vossa contribuição a primeira apresentada pelos correspondentes, primazia que em nada prejudica o valor da memória a qual revela na sua feitura e conteúdo, a exata compreensão do espírito que ditou os preceitos estabelecidos para que a atividade dos correspondentes se desenvolvesse harmonicamente e os seus resultados oferecessem a coerência precisa, tendo em vista o ulterior enquadramento num apanhado geral referente a toda a República (*A Notícia*, 1931)²⁷.

Verçosa; Madeira (2011, p. 11), afirmam que o estilo adotado por Costa na organização do trabalho em 1931, “transformou o que poderia ser uma escrita de cunho meramente burocrático, num texto agradável e de alcance maior do que o pretendido pela encomenda”, pois a monografia não ficou restrita à apresentação de números estatísticos sobre o ensino de Alagoas. O autor cumpriu o objetivo proposto ao apresentar os dados sobre os ensinos primário, secundário, normal, profissional e superior de Alagoas, e fez também uma análise crítica a respeito da situação em que se encontrava a educação do Estado. A concepção pedagógica de Costa estava de acordo com o ideal renovador em defesa da educação pública e gratuita para todos.

Em reconhecimento ao trabalho apresentado ao Ministério da Educação, Costa foi homenageado na edição, que comemorou o primeiro aniversário d’*A Notícia* em 14 de outubro de 1931, através da matéria intitulada “Memória histórica sobre a Instrução Pública e as Instituições Culturais”; com a divulgação da primeira parte do trabalho entregue ao governo federal.

Imagem 2 - Memória histórica sobre a Instrução Pública e as Instituições Culturais



Fonte: *A Notícia*, Maceió, 14, outubro, 1931.

²⁷ Correspondência de Teixeira de Freitas para Craveiro Costa em 11 de setembro de 1931.

A referida matéria, também destacou os trabalhos de Costa como historiador, pelos livros: “História das Alagoas” (1928) e “Visconde de Sinimbu”; obra, na época, ainda inédita. De acordo com o conteúdo da matéria, a homenagem ao diretor do periódico foi feita à sua revelia. A capa da edição comemorativa pode ser visualizada em anexo H.

Craveiro Costa vive mais para seus ideais de grandeza da terra alagoana do que para si mesmo. É esta a razão porque nós, os seus companheiros da *A NOTICIA*, querendo render-lhe, á sua inteira revelia, as homenagens do nosso carinho, no dia em que esta folha, a que a sua celebração de eleito tem dado tanto prestígio, não podemos obter um seu retrato atual para ilustrar esta pagina, sendo obrigados a servir nos do que ai está, aureolado pela nossa estima e a nossa admiração ao chefe amigo e dedicado (*A Notícia*, 1931)²⁸.

As palavras redigidas pelos colegas ao diretor e redator-chefe d’*A Notícia* demonstram a admiração que Costa despertava no ambiente de trabalho pelos ideais que defendia; principalmente, na área do jornalismo da história e educação.

2.3 A função social da escola na concepção de Craveiro Costa

No intuito de compreender o pensamento educacional de Costa, analisamos sua concepção sobre a função social da escola. Segundo Costa, para cumprir sua função social a escola deve oferecer aos menos favorecidos economicamente a oportunidade de se prepararem para ocupar um lugar na sociedade. Na visão do autor, a educação é capaz de regenerar a sociedade. Costa analisou de forma crítica a realidade vivenciada em Alagoas durante os anos de 1920 a 1930, através do ensaio publicado em 1927 pela *Revista de Ensino* intitulado “A Escola Rural”. Para Costa, a organização da escola rural, com a preocupação “exclusiva de ensinar a ler e escrever” (COSTA, 2011, p. 116), contribuía para perpetuar a força política local; pois, “o Jeca que, por saber garatujar o nome, o chefe político da localidade fez o eleitor, para aqueles pleitos intrincados em que os defuntos não votam ou prestígio se manifesta pela força indiscutível do cacete...” (COSTA, 2011, p. 116-117). Conhecedor da política alagoana, Costa não economizou palavras para expressar o repúdio às práticas dos chefes políticos locais na condução do pleito eleitoral. A escola rural na concepção de Costa deveria preparar “a criança do campo para” uma vida mais proveitosa, torne-a um indivíduo capaz de utilidade consciente, como força produtora do trabalho, e não o matuto, bronco cavador da terra, que não pode competir com o colono europeu [...] A escola assim orientada teria a missão regeneradora que lhe devia competir (COSTA, 2011, p. 117).

²⁸ Memória histórica sobre a Instrução Pública e as Instituições Culturais. *A Notícia*. Maceió, 1931.

Sob o ponto de vista de Costa, para a criança sertaneja, a escola deveria ir muito além da simples alfabetização, pois deveria tornar o aluno do campo útil para o trabalho.

Para Costa, defensor do ensino público, a escola deveria assumir um caráter mais democrático, e não ficar restrita ao preparo intelectual dos filhos da elite política e econômica, mas deveria atender prioritariamente as classes menos favorecidas economicamente; para os quais, de acordo com sua concepção, a escola pública foi criada.

A Escola publica corresponde a um serviço de assistência que o governo instituiu em proveito das classes pobres. E por isso mesmo, um instituto essencialmente democrático.

A escola publica foi criada precisamente para os filhos do carroceiro, do pescador, do artífice, do camponês, da cozinheira, do soldado de polícia, da gente humilde, em suma, socialmente desprotegida, que não pode pagar a professores. Criou-se o governo para que esses burros de carga da sociedade pudessem também melhorar um pouco a sorte de sua prole, por meio da aquisição de conhecimentos indispensáveis á vida e da infancia de uma educação moral e civica capaz de modificar a educação domestica e imprimir no espírito juvenil da massa anonyma o cunho do dever e da responsabilidade para com a família, a sociedade e a pátria (COSTA, 1931c, p. 77).

Segundo o pensamento de Costa, a escola pública deveria atender ao filho do trabalhador que não tinha condições de pagar pelos estudos e, por isso, a escola deveria ir muito além de oferecer conhecimentos teóricos, pois a mesma tem uma finalidade social no que se refere à perspectiva econômica e à função moral e civilizatória dessa.

Gustavo Le Bom acentua lucidamente essa moderna feição da escola, como geratriz do caráter e centro de irradiação de utilidade social, quando diz que “o problema da educação é muito mais importante que da instrução, porque o carater dos homens mais que o saber, é que determina os êxitos da vida”. Le Bon, aliás, repete o conceito de Locke, que considerava a instrução uma parte muito secundaria da educação (COSTA, 1930a).²⁹

No fragmento verificamos a referência de Costa ao pensamento de John Locke (1632-1704) e Gustavo Le Bom (1841-1931), a respeito da instrução na moderna concepção da escola. Em ”Alguns pensamentos sobre a educação” Locke (2012) afirma que “a leitura, a escrita, a instrução, creio que tudo é necessário, mas não julgo que isso seja a parte principal da educação. [...] A instrução é necessária, mas deve ser colocada em segundo lugar, como um meio de adquirir qualidades mais elevadas” (LOCKE, 2012, p. 279-280). As qualidades elevadas mencionadas pelo filósofo inglês dizem respeito à formação do caráter, à aquisição

²⁹ COSTA, Craveiro. A moderna concepção da escola. Jornal de Alagoas, Maceió, 1930a.

de bons hábitos, aspectos fundamentais que “uma vez alcançado, a instrução pode ser adquirida por acréscimo e, a meu ver, em condições fáceis, simples de imaginar” (LOCKE, 2012, p. 280). A afirmação de Locke evidencia a preocupação com a educação prática em relação à formação intelectual; e, é nesse aspecto, que Costa se reporta ao filósofo para defender sua concepção. A crítica ao ensino intelectualista e a defesa do ensino utilitário foi uma constante nos escritos de Costa.

No processo de formação do *gentleman*, Locke (1632-1704) baseou-se em alguns princípios, entre os quais: “a prioridade da formação prático-moral em relação à intelectual e do critério da ‘utilidade’ das disciplinas a ensinar aos jovens” (CAMBI, 1999, p. 318). Além de Locke (1632-1704), os referenciais teóricos utilizados por Costa foram Rosseau (1712-1788), Montaigne (1533-1592), John Dewey (1859-1952), Édouard Claparède (1873-1940), Gustavo Le Bom (1841-1931), Maria Montessori (1870-1952) e Ovide Decroly (1871-1932).

A *Revista de Ensino* publicou em 1930 um artigo do professor José D. Calderaro intitulado “O exame e suas consequências”, no qual o autor afirma que: “cria, ademais, o exame este antagonismo de consequências didáticas fatais: o professor ensina para o exame a um aluno que se prepara para a vida” (CALDERARO, 1930, p. 26). A concepção de Calderaro foi utilizada por Costa para contrapor-se ao ensino que tem como objetivo principal a realização do exame sem levar em consideração a preparação para a vida.

Ao se pronunciar sobre o ensino intelectualista, e a defesa de uma escola que pudesse formar para o trabalho, Costa afirma que:

O tempo da escola intelectualista passou. Agora a missão principal da escola é a educação visando despertar na infância o amor ao trabalho pelo desenvolvimento das inclinações apreciáveis que existem em todos os meninos para que, homens, possam ter uma noção exata da sua utilidade na existência coletiva (COSTA, 1930a).³⁰

Outro aspecto que aparece com frequência nos escritos de Costa é sua preocupação com a formação do caráter moral do indivíduo, fator considerado imprescindível no desenvolvimento do cidadão, consciente de seus deveres com a família e com a pátria. Na defesa do caráter como preponderante na preparação para a vida, Costa reporta-se a Gustavo Le Bom para quem “o problema da educação é muito mais importante que da instrução,

³⁰ COSTA, Craveiro. A moderna concepção da escola. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 1930a.

porque o caráter dos homens mais que o saber, é que determina os êxitos da vida” (LE BON apud COSTA, 1930a)³¹.

Conforme o pensamento de Costa, a escola antiga oferecia uma formação inicial que se reduzia a ensinar a ler, a escrever e a contar. O autor argumenta que:

A escola primária oficial tem de formar o homem da nação e da raça. Nesse conceito do homem formado para a nação e para a raça, homem de ação construtora e fisicamente constituído nos preceitos da eugenia, deve estar a escola moderna. Não pode ser outra a concepção educativa do Estado (COSTA, 1930a).³²

Para Costa, a escola deve “preparar o homem e formar o cidadão – o homem capaz de produzir, capaz de se colocar eficientemente na vida, útil a si mesmo e ao seu país; o cidadão com uma noção exata da pátria, consciente dos seus direitos e dos seus deveres.” (COSTA, 2011, p.130).

Os escritos educacionais de Costa apresentam uma influência do positivismo funcionalista do sociólogo Emile Durkheim, embora não tenha feito menção direta ao francês. Bontempi Júnior fez um estudo sobre a presença de Emile Durkheim (1858-1917) na historiografia brasileira e afirma que “na história da educação brasileira, apenas um grande autor declarou sua filiação teórica a Durkheim, e esse autor foi Fernando de Azevedo” (2001, p. 49).

Ao falar sobre a importância das instituições de ensino na preparação das crianças e jovens, para ocupar sua função na sociedade; e ao tratar do ordenamento social, Costa demonstra a influência do positivismo funcionalista do filósofo francês. Durkheim é adepto de uma linha de homogeneidade social, e, para isso lança mão de meios coercitivos para moldar a sociedade que em sua concepção é mais importante que o indivíduo³³.

Podemos vislumbrar que há identificação do pensamento de Costa com o positivismo de Durkheim (1858-1917), quando ressalta a importância de ensinar à criança desde cedo os valores necessários para formar um cidadão ordeiro, com o objetivo de servir a pátria. Segundo Costa, o papel desempenhado pela família é fundamental na formação do indivíduo,

³¹ COSTA, Craveiro. A moderna concepção da escola. Jornal de Alagoas, Maceió, 1930a.

³² Ibidem.

³³ A relação entre o pensamento de Durkheim e Costa foi tratada em artigo de nossa autoria intitulado: “Positivismo e Escolanovismo em Craveiro Costa: notas sobre o ensino de História” (2011). Disponível em: <www.urca.br/.../trabalhos_aprovados>.

pois “do lar deriva a ideia de Pátria. Em cada família, meninos, existe a miniatura de uma Nação” (COSTA, 2011, p. 107).

O funcionalismo de Durkheim (1858-1917) encontra-se presente no pensamento de Costa quando este analisa a função que cada indivíduo deve exercer na sociedade.

A sociedade cresce e prospera; já são milhares de pessoas que se fixaram em certo território, umas trabalhando a terra e criando os rebanhos, para que haja fartura; outros, cuidando das indústrias e desenvolvendo o comércio, para que haja riqueza e haja expansão das relações sociais, ainda outros entregues ao exercício de diversas profissões liberais. É o trabalho coletivo, a cooperação material de todos os habitantes, fazendo a riqueza e a felicidade desse território (COSTA, 2011, p. 107).

Costa demonstra grande preocupação com a posição que o Brasil ocupava no cenário internacional como um país agroexportador. Para sair dessa condição, segundo o autor era necessário o trabalho coletivo para promover o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a educação das massas adquire importância central para erradicar o baixo índice de escolaridade da população, preparar para o mercado de trabalho e promover a ordem social.

A escola era o local ideal para ensinar a criança a desenvolver hábitos saudáveis, com o intuito de preservar a saúde física e mental dos alunos; e, para cumprir tal propósito era essencial a participação da família, da comunidade, do município e do estado.

2.4 O ensino profissional no Brasil e em Alagoas: perspectiva histórica

A educação profissional no Brasil desde suas origens possuía um caráter assistencialista, e “em meados da década de 1840, foram construídas dez casas de Educandos e Artífices em dez capitais de províncias” (CORDÃO, 2005, p.44). Em Alagoas no ano de 1854, foi criado o Colégio de Educandos e Artífices, para atender aos órfãos e desvalidos, funcionando também como internato.

Segundo Santos; Silva (2008, p. 94), “naquela instituição podia ficar até 40 alunos. “Admitidas de sete a doze anos, as crianças aprendiam a ler, escrever e contar”. Nas duas oficinas instaladas em 1857 ensinavam-se as artes de alfaiate e sapateiro. Costa nos informa que “havia também o ensino de música vocal e instrumental” (COSTA, 2011, p. 69). Em 1859, o governo provincial recebeu autorização para “transformar o educandário em escola agrícola, mas em 1861, pela Lei nº. 371, de 05 de julho, foi o colégio extinto” (COSTA, 2011, p.70). Outra instituição, voltada para o ensino técnico-profissional em Alagoas, foi o Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1884 “com a intenção de instruir a camada popular, os artistas, a

classe operária” (SANTOS; SILVA, 2008, p. 98), funcionava no período noturno e ”nele aprendia-se topografia, encadernação, marcenaria, alfaiataria, além de um curso de letras” (COSTA, 2011, p. 70).

Em 1900, durante o governo de Euclides Vieira Malta, o Liceu de Artes e Ofícios foi reorganizado e sua finalidade foi desviada. Conforme a afirmação de Costa, o Liceu foi transformado em “viveiro de amigos do governo que desejavam ser contribuintes do Montepio dos Servidores do Estado. Foi fechado sumariamente em 1915 (COSTA, 2011, p. 70).

Ao analisar as instituições que se propunham a oferecer ensino profissional em Alagoas, Costa mencionou o Orfanato São Domingos e o Asilo das Órfãs, instituições beneficentes que foram criadas com o intuito de ofertar educação profissional e “apesar dos grandes benefícios que prodigalizam ainda não encaram seriamente a educação profissional” (COSTA, 2011, p. 70). O Orfanato São Domingos foi criado pelo Professor Domingos Moeda para educar crianças pobres. A segunda instituição foi criada para acolher órfãs, dos filhos de soldados que combateram na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Em 1906, o ensino profissional sofreu significativa modificação quando deixou de ser atribuição dos órgãos de “assistência social e de proteção aos órfãos e menores abandonados, passando a Pasta para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio” (CORDÃO, 2005, p. 45). A nova orientação do ensino profissional encontra explicação diante da realidade econômica, vivenciada pelo Brasil no início do século XX, na preparação de trabalhadores para atender ao mercado de trabalho em expansão diante do crescimento da nascente indústria brasileira. A partir de então, consolidou-se no Brasil a concepção de formação profissional com o objetivo de atender os ‘setores produtivos’, através da oferta do ensino comercial, industrial e agrícola.

A Escola Agro técnica de Satuba “foi implantada em 30 de agosto de 1911 para oferta de cursos técnicos da área agrícola” (IFAL)³⁴. Segundo Costa “sua finalidade foi desvirtuada durante cinco anos, transformando-se em escola de aprendizes e artífices, de fins puramente industriais” (2011, p. 70). Costa fez pesadas críticas ao governador Álvaro Paes, por ter

³⁴ IFAL, História. Disponível em: <<http://www2.ifal.edu.br/portal/ifal/reitoria/historia>> Acesso em: 5 de novembro de 2013.

deixado o ensino agrícola no mais completo abandono, onde: “floresciam as oficinas de marcenaria, ferraria e mecânica, sapataria, alfaiataria, industrialmente exploradas, tendo dado em 1928 uma renda de mais de 170 contos”. [...] “Havemos todos de convir que, desse jeito, não se formam lavradores e não se pode fixar o homem ao solo” (COSTA, 2011. P. 71).

As Escolas de Aprendizes e Artífices, instituídas pelo Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, de acordo com o Art. 2º foram criadas para o ensino profissional primário e gratuito. O objetivo das Escolas era:

formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos techicos necessários aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso até o número de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais (DECRETO nº 7.566, 1909)³⁵.

Em 1909, o estado de Alagoas foi contemplado com a criação de uma Escola de Aprendizes e Artífices por iniciativa do governo federal. Segundo a avaliação de Costa, funcionava “regularmente e com proveito” (2011, p. 71). Defensor do ensino técnico-profissional considerava insuficiente o número de escolas que ofereciam ensino técnico em Alagoas.

Em mensagem proferida no ano de 1930, a respeito do ensino profissional em Alagoas, o governador Álvaro Paes (1928-1930) afirmou que: “ainda não temos estabelecimentos de ensino profissional e urge creá-los para que o custo da nossa produção, pela acção de bons operários armados de conhecimentos úteis e de uma techica mais adiantada, possa supportar o embate dos nossos concorrentes, hoje bem mais aparelhados do que nós” (PAES apud BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 29). O concorrente que foi mencionado pelo governante, refere-se ao do estado de Pernambuco, que adotou reformas no sistema de ensino sob a liderança de Antônio Carneiro Leão entre os anos de 1928 a 1930, com a implantação de mudanças na instrução pernambucana de acordo com o ideário da Escola Nova.

³⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909> Acesso em: 5 de novembro de 2013.

De acordo com a análise de Costa, o ensino profissional em Alagoas ainda precisava de bases seguras e bem definidas para formação das profissões técnicas tão necessárias ao desenvolvimento do Brasil.

2.5 O ensino profissional sob a ótica de Craveiro Costa

Costa foi um grande opositor da educação livresca e intelectualista. Na visão do autor, tal educação era voltada para os filhos da elite política e econômica de Alagoas e, por isso, não conseguia atender aos filhos dos trabalhadores que precisavam de um ensino de base utilitária. Para Costa, a escola organizada segundo os moldes tradicionais, com conteúdos mnemônicos, precisava ser modificada para ofertar um ensino com o intuito de atender aos menos favorecidos economicamente, uma vez que:

A escola, assim orientada, formava, quando muito, o embrião de um doutor, de um padre ou de um funcionário público, do filho ditoso de Pais abastados que podia prosseguir nos seus estudos. Do menino pobre, condenado a procurar, ele próprio, mal saído da infância, os meios de subsistência, nada fazia, porque, na realidade, não criava um indivíduo verdadeiramente apto à utilidade e à nobreza da vida (COSTA, 2011, p. 129).

Conforme o pensamento de Costa a formação para o trabalho era necessária para que o indivíduo se tornasse apto e útil ao desenvolvimento do país. Em sua concepção, a oferta de escolas profissionais ainda não era realidade no Brasil e em Alagoas,

porque a escola não educa o homem para o trabalho, ensinando-lhe praticamente as coisas necessárias à vida. A escola apenas memoriza uns tantos conhecimentos, que se perdem mais tarde, porque o lavrador, o artífice, o pescador, o homem das camadas populares não encontra oportunidade de utilizar o que aprendeu na escola (COSTA, 2011, p. 55).

A justificativa de Costa para tal concepção está relacionada à necessidade de formar trabalhadores com o intuito de promover o desenvolvimento econômico do Brasil no cenário internacional. No artigo “Escola Isolada”, o autor afirma que “a educação popular ainda não tomou a orientação do ensino profissional” (COSTA, 2011, p. 165). Costa ressalta a importância do estado ofertar uma educação para a vida útil, porque “só é realmente rico o país que se basta a si mesmo, isto é, que produz para as suas necessidades internas e supre em escala abundante as carências mundiais do consumo de utilidades” (COSTA, 2011, p. 165).

Em “Caça ao Diploma”³⁶, publicado n’A *Notícia* em 1931, Costa argumenta em defesa do ensino técnico-profissional, em oposição ao ensino intelectualista que em sua visão era voltado para a formação de “doutores”, com intuito de ocupar os cargos da burocracia estatal. Para desenvolver seu ponto de vista, o autor utiliza como exemplo sua trajetória pessoal³⁷; e afirma que quando “andava pelo fim do mundo, que deve ser a Amazônia, um meu amigo muito dileto, médico e professor de medicina, quis convencer-me que eu me encontrava de arranjar um diploma” (COSTA, 1931d)³⁸. Costa narrou o fato ocorrido durante sua permanência na capital amazônica.

Havia nesse tempo em Manaus (creio que ainda existe) uma Universidade, com todos os cursos. Ela diplomava em odontologia, farmácia, medicina, direito, agronomia, engenharia e não sei que mais. O meu amigo era professor e reitor da Universidade. Eu estive assim com um diploma no bolso a escolher.

O povo, na sua infalível sabedoria, chamava a imensa fábrica jaqueira e eu, talvez por essa irônica qualificação popular, recusei o diploma: não quis ser uma jaca a mais no meu país.

Depois nunca tive a supertição do diploma, porque acho que as profissões sobre que repousam o desenvolvimento da capacidade econômica brasileira o dispensam. O que elas estão a exigir, gritando aos governos, é exatamente aquilo que nos falta – o preparo técnico para fazer as coisas.

Saber fazer as coisas é o problema capital do Brasil. Em geral abundam os que dizem como as coisas devem ser feitas, mas rareiam os que as saibam realizar integralmente, eficientemente (COSTA, 1931d)³⁹.

A análise do ensaio evidencia que a dispensa do diploma superior e a defesa pelo ensino profissional, por Costa, ocorre porque, em sua visão as profissões técnicas são as verdadeiras responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país. No artigo citado, além da defesa pela formação técnica, o autor fez uma crítica aos idealizadores da Faculdade de Direito de Alagoas, ao afirmar que esta, seria mais uma instituição voltada para a formação intelectualista como demonstra o fragmento:

Acho – e desculpem-me meter nisso o meu bedelho- que os dignos conterrâneos que tiveram a ideia da fundação de um curso jurídico em Alagoas, teriam andado mais acertadamente se cogitassem de uma escola profissional, que tivesse mecânicos, agricultores, eletricitistas e mesmo sapateiros e alfaiates. A Academia, se vingar, nos poderá dar, daqui a seis ou sete anos, candidatos à burocracia, mas não nos dará

³⁶ COSTA, Craveiro. Caça ao Diploma, *A Notícia*, Maceió, 1931d.

³⁷ Craveiro Costa foi um estudioso autodidata, o que a princípio explica porque considerou desnecessário obter um diploma de nível superior, uma vez que teve a oportunidade de obter tal formação, mas relutou diante da oferta feita pelo professor e reitor da Universidade de Manaus, que inclusive, dispensou-o da obrigatoriedade em frequentar regularmente as aulas, sendo necessário apenas marcar presença na Universidade uma vez no ano para prestar o exame.

³⁸ COSTA, Craveiro. Caça ao Diploma, 1931d.

³⁹ *Ibidem*.

agrônomos, serralheiros, maquinistas, veterinários, industriaes, lavradores capazes de conduzir a nossa lavoura a outros destinos. Será mais uma escola do verbalismo categrático, do ensino hierático das teorias, á caça ao diploma, que faz do intelectual um mendicante (COSTA, 1931d)⁴⁰.

Costa se opôs à Faculdade de Direito por considerar que seria mais uma instituição de ensino voltada para atender principalmente os filhos da elite econômica de Alagoas com pretensões de exercer o mando político e os cargos da burocracia estatal, possibilidade esta, distante da realidade vivida pela massa trabalhadora que muitas vezes não passava do ensino primário. A concepção de Costa expressa no ensaio “Caça ao Diploma” (1931) apresenta relação com sua trajetória de vida pessoal e com os ideais da Escola Nova. A formação para o trabalho foi uma das principais bandeiras dos representantes do movimento, indicada como solução para os problemas nacionais.

Para Costa, o importante era garantir ao trabalhador uma educação que fosse capaz de atender às necessidades imediatas do homem do campo ou da cidade, especialmente, para aqueles de condição social menos favorável. A escola deveria oferecer conhecimento que pudesse ser aproveitado no trabalho com a lavoura, no comércio ou na indústria. A análise do pensamento de Costa demonstra o alinhamento com os ideais da Escola Nova na crença que tinha no poder da educação como meio de vencer os problemas sociais brasileiros como o analfabetismo, os vícios e as doenças.

O projeto da escola voltada para o trabalho foi defendido por Fernando de Azevedo, um dos maiores representantes do movimento da Escola Nova no Brasil. Em “Novos caminhos e novos fins” (1958), o autor estabeleceu três princípios para a escola: escola única, escola do trabalho e escola para a comunidade, “a escola única ‘que prepara hoje e assegura para amanhã a unidade dos cidadãos’ é a pedra angular do novo edificio” (AZEVEDO, 1958, p. 73). O projeto da escola única que foi apresentado no Distrito Federal em 1927 estabelecia o dever de ofertar educação obrigatória e gratuita por 07 anos, porém por razões econômicas, esse período foi reduzido para 05 anos. Ao falar sobre a organização da escola do trabalho baseado no *learning-by-doing*, Azevedo (1958) afirma que “a escola, de um auditório que era, passou a ser um laboratório, em que o mestre ensina os alunos pelo trabalho, de que participa, estimulando, orientando e praticando com eles todas as atividades escolares, meramente educativas ou de finalidade utilitária” (AZEVEDO, 1958, p. 73). A escola do trabalho tem como finalidade transformar o espaço escolar em instrumento de estímulo ao trabalho e

⁴⁰ COSTA, Craveiro. Caça ao Diploma, 1931d.

promover a integração com o meio social, concepção vinculada ao educador norte-americano John Dewey (1859-1952).

Segundo Pinto (1986, p. 46), o pensamento filosófico do pragmatismo “constitui a primeira contribuição original dos Estados Unidos da América para a filosofia ocidental”. O termo pragmatismo “deriva da mesma palavra grega *prágma*, que significa ação, do qual vêm as nossas palavras ‘prática’ e ‘prático’”. Foi introduzido pela primeira vez em filosofia por Charles Peirce, em 1878. Em um artigo intitulado “Como tornar claras as nossas idéias”. (JAMES, 1974, p. 10). O pragmatismo rompe com a dualidade entre o conhecimento teórico e o prático, daí a importância da experiência que se torna “o fundamento do conhecimento, uma vez que é a partir dela que conhecemos as coisas, ou seja, pelas interações estabelecidas pelo homem e seu entorno” (TONIETO; FÁVERO, 2001, p. 81).

Para Dewey (2011, p. 22), “a unidade fundamental da nova Filosofia da Educação tem como base a ideia de que há uma relação íntima e necessária entre processos de experiência real com a educação”, na filosofia do pragmatismo o homem é um ser prático e o conhecimento é obtido através da experiência, porém para o autor a crença de que a verdadeira educação é baseada na experiência não significa que toda experiência seja educativa, pois “experiência e educação não são diretamente equivalentes uma a outra” (DEWEY, 2011, p. 27). Conforme o pensamento do filósofo, na educação tradicional, muitos alunos se sentem desestimulados porque o processo da aprendizagem não apresenta relação com a vida fora do ambiente escolar, realidade esta, que gera uma experiência negativa.

O pensamento de John Dewey⁴¹ foi amplamente divulgado no Brasil por Anísio Teixeira para quem:

a escola não mais poderia ser a instituição segregada e especializada de preparo de intelectuais ou ‘escolásticos’, mas deveria transformar-se na agência de educação dos trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem e dos trabalhadores da ciência nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia (TEIXEIRA, 1994, p. 45).

⁴¹ A primeira obra de John Dewey, traduzida no Brasil por Godofredo Rangel foi: “Como Pensamos” em 1933. O livro “Democracia e Educação”, foi traduzido no Brasil em 1934 por Anísio Teixeira e Godofredo Rangel. As obras mencionadas “foram publicadas como parte da coleção ‘Atualidades Pedagógicas’, da Companhia Editora Nacional, lançada em 1931” (SOUZA, 2011, p. 26). A partir de tais informações podemos inferir que Craveiro Costa, quando fez referência a Dewey no ensaio “Ensino de História-Pátria” (1927), pode ter lido trabalhos do norte-americano em inglês ou teve contato com o pensamento do autor, através do círculo de intelectuais alagoanos.

Nos escritos de Costa percebemos a influência do pragmatismo de John Dewey (1859-1952), na defesa de um ensino utilitário, com interação entre as necessidades imediatas dos alunos e as condições objetivas. Além do ensino pragmático, a concepção de educação defendida por Dewey em “Democracia e Educação” (1916) serviu de inspiração para a formação de uma sociedade democrática, onde todos indistintamente devem ter direito à educação, condição esta que, na visão dos escolanovistas, possibilitava a garantia da igualdade de direitos. Costa era um liberal e como tal, acreditava no ideário de que a educação é capaz de proporcionar igualdade de oportunidades, a democratização da sociedade e preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

No ensaio intitulado “A Educação popular” publicado em 1923 pelo *Jornal de Alagoas*, Costa analisou o índice de analfabetismo da população brasileira, que contava com trinta milhões de habitantes, entre os quais “apenas uns seis milhões sabem ler e escrever” (COSTA, 1923c) ⁴², conforme a concepção do autor, tal realidade comprometia o exercício do regime democrático. O pensamento de Costa vai ao encontro das propostas reformistas do início da década de 1920, quando o problema da Instrução Pública foi discutido com maior ênfase. Era necessário promover a alfabetização das crianças em idade escolar e ofertar o ensino primário às massas populares. Além da finalidade pedagógica, a escola deveria promover a integração do indivíduo ao meio social através do trabalho. Como solução ao problema da educação popular, Costa defende

uma solução rápida e da qual surja um povo apto para o trabalho pela educação técnica, em todos os ramos da atividade produtiva, encaminhando para os campos e para as fabricas, com passagem pela escola e pela officina [...] O grande problema do Brazil é o da educação popular, despejada de noções abstratas, rumando a inteligência nacional ás fontes imensas da produção e da riqueza (COSTA, 1923c) ⁴³.

Costa defendia um ensino de base utilitária com o intuito de preparar os indivíduos das classes menos favorecidas economicamente para o trabalho, uma vez que em sua visão, a educação verbalista era voltada para a formação da elite econômica e política de Alagoas.

⁴² COSTA, Craveiro. Hábitos a proscrever. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 1923c.

⁴³ *Ibidem*.

3 OS IDEAIS DA ESCOLA NOVA EM ALAGOAS NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

3.1 Os fundamentos da escola nova e sua repercussão no Brasil

A renovação pedagógica “ganhou a feição de uma revisão crítica dos meios e recursos tradicionais de ensino, admitindo-se como função geral do processo educativo o desenvolvimento individual de capacidades e aptidões” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 59). O movimento da Escola Nova ou Progressiva é identificado por sua crítica à escola tradicional, cujo ensino se organiza em função da transmissão de conteúdos por meio da palavra e da memória. A Escola Nova tem como base um ensino funcional com ênfase na liberdade e individualidade do aluno.

O conceito de ensino tradicional é utilizado aqui como um sistema baseado na transmissão dos conteúdos, produzidos pelas gerações anteriores, em que o aluno assume um papel passivo na recepção dos conhecimentos. Na obra “Experiência e Educação”, publicada pela primeira vez em 1938, Dewey (1859-1952), afirma que “o surgimento da Educação Nova ou escolas Progressivas é produto do descontentamento com a educação tradicional” (DEWEY, 2011, p. 20-21). No ensino tradicional “os professores são os agentes através dos quais o conhecimento e as habilidades são transmitidos e as regras e condutas são reforçadas” (DEWEY, 2011, p. 20). O movimento pela renovação escolar opunha-se aos métodos tradicionais baseados em conteúdos sem relação com a vida cotidiana dos alunos.

A Escola Nova propôs maior atenção aos processos de aprendizagem do que aos produtos/conteúdos até então valorizados, fazendo assim clara oposição e crítica ao tradicionalismo pedagógico, que até então era hegemônico e marcado por uma cultura educacional que os escolanovistas acusaram de verbalista e enciclopédica. O escolanovismo foi animado por experiências e descobertas na área de educação ocorridas nos Estados Unidos da América, sobretudo graças ao trabalho do filósofo John Dewey, que entendia que o processo educativo formal precisava ter finalidade prática, preparando os indivíduos para agirem concretamente na sociedade (SILVA, 2004, p. 1-2).

Segundo Dewey (1959, p. 11) a educação “é uma atividade formadora ou modeladora – isto é, modela os seres na forma desejada de atividade social”. A matriz Deweyana esteve presente em reformas com tendências escolanovistas em vários estados brasileiros. A escola exerce um papel fundamental na formação do indivíduo para assumir as funções da vida moderna, “portanto, a escola elevava-se à instituição social especialmente preparada para

influir na direção mental e moral das crianças e dos jovens alunos, igualmente do corpo técnico” (ARAÚJO, 2011, p. 149).

O suíço Adolfe Ferrière (1879-1960) fundou na cidade de Genebra em 1899 o Bureau Internacional des Écoles Nouvelles, “primeira organização oficial do movimento da Educação Nova e que tinha como objetivo, entre outros, reunir materiais referentes às experiências no campo do nascente movimento da Escola Nova” (PERES, 2005, p. 116). A capital suíça tornou-se um centro divulgador das idéias novas sobre educação. Em 1912, Ferrière “foi ainda, um dos fundadores, juntamente com Pierre Bovet e Edouard Claparèd, do Institut Jean Jacques Rosseau” (PERES, 2005, p. 116), com a finalidade de investigar as ações pedagógicas com classes de experimentação e laboratórios para o estudo da criança.

Durante a realização do I Congresso Internacional da Educação Nova em Calais na França, em 1921, Ferrière ajudou a criar “a Ligue Internacional Pour l’Éducation Nouvelle, um dos órgãos mais importantes de divulgação das idéias da Escola Nova” (PERES, 2005, p. 116). Ferrière foi o redator dos trinta pontos da Escola Nova, “publicados pela primeira vez no livro de Faria Vasconcelos, Une École Nouvelle em Belgique (1915)” (PERES, 2005, p. 116). A elaboração dos trinta pontos da Escola Nova foi “o resultado do registro das experiências e dos contatos de mais de quinze anos com “Escolas Novas autênticas” (FERRIÈRE, apud PERES, 2005, p. 116)”.

No Brasil, a publicação do livro “Introdução ao Estudo da Escola Nova” (1930), de Lourenço Filho, tornou-se uma referência para divulgação do movimento escolanovista. O autor foi o responsável pela tradução dos 30 pontos para identificação das Escolas Novas, que foram estabelecidos em 1919, durante uma reunião realizada em Calais.

Entre os 30 pontos aprovados em Calais, e traduzidos por Lourenço Filho, enumeramos aqueles que nos permitem uma visão geral sobre os preceitos da Escola Nova.

Quanto à organização Geral:

A Escola Nova é um laboratório de pedagogia prática. Procura desempenhar o papel de explorador ou iniciador das escolas oficiais mantendo-se ao corrente da Psicologia moderna, a respeito aos meios de ensino de que se utilize, e das necessidades modernas da vida espiritual e material.

Entre os trabalhos manuais, o de marcenaria ocupa o primeiro lugar, porque desenvolve a habilidade e a firmeza manuais, o sentido de observação exata, a sinceridade e governo de si mesmo. A jardinagem e a criação de pequenos animais

entram na categoria das atividades ancestrais que toda criança ama, e deveria ter ocasião de exercitar.

Quanto à formação intelectual:

Em matéria de educação intelectual, a Escola Nova procura abrir o espírito por uma cultura geral da capacidade de julgar, mais do que a acumulação de conhecimentos memorizados. O espírito crítico nasce da aplicação do método científico, observação; hipótese, comprovação, lei.

O ensino está baseado em geral sobre os interesses espontâneos da criança; de quatro a seis anos, idade dos interesses disseminados ou idade do jogo; de sete a nove anos, idade dos interesses empíricos; dos dezesseis ao dezoito anos, idade dos interesses abstratos complexos; psicológicos, sociais e filosóficos.

Quanto à formação moral:

A educação moral, como a intelectual, deve exercitar-se não de fora para dentro, por autoridade imposta, mas de dentro para fora, pela experiência e prática gradual do sentido crítico e da liberdade. Baseando-se nesse princípio algumas Escolas Novas têm aplicado o sistema de república escolar. Uma assembléia geral, formada pelo diretor, professores e alunos e, às vezes, por pessoal alheio, constitui a direção efetiva da escola. O código de lei será organizado por elas, conselhos de ensino atuais. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 249-252).

De acordo com Lourenço Filho (2002), a proposta de renovação escolar apresentou duas fases, sendo que a primeira foi realizada através da “aplicação de novos conhecimentos da biologia e da psicologia relativos ao crescimento da criança, seus estágios de maturação, organização das capacidades de aprender e diferenças individuais” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 59). Com relação à segunda fase “foi influenciada pelos estudos sociais e uma nova filosofia por eles inspirada” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 59).

A renovação dos métodos educativos acompanhou, em seu bojo, os estudos da psicologia e da biologia a fim de melhorar o conhecimento a respeito da cognição e do comportamento da criança. A esse respeito Veiga (2007) afirma que:

desde o final do século XVII pensadores como Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Froebel afirmaram que as crianças tinham necessidades específicas, mas foram as pesquisas da biologia e da psicologia que fundamentaram cientificamente essas concepções pedagógicas. (VEIGA, 2007, p. 210).

Em “A Escola sob medida”, Édouard Claparède destaca o estudo da biologia e da psicologia como auxiliares na arte de educar. A criança passa a ter maior importância; e, o educador, ao “contrário de procurar transformar a criança em adulto, deve em vez disso, deixar as atividades próprias das crianças expandirem” (CLAPARÈDE, 1959, p. 164).

Claparèd (1959, p. 163) afirma que “hoje a luz começa a brilhar e compreende-se que só a ciência, principalmente a psicologia, poderá fornecer à arte da educação as técnicas que permitam, com alguma certeza, atingir as metas que ela se propõe”. Os estudos da psicologia e da biologia tornaram-se fundamentais, porque a “educação era considerada um processo de adaptação do comportamento a uma determinada situação social. Esta definição implicava que o comportamento dos alunos deveria ser condicionado para que os hábitos adaptativos pudessem ser adquiridos” (CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 36). A utilização da psicologia na educação foi importante para o movimento de renovação pedagógica, à medida que contribuía para “a descrição das variações psicológicas de acordo com a idade, a caracterização objetiva das similaridades humanas e das diferenças individuais e a construção de um modelo genético-funcional de explicação dos fenômenos psicológicos” (CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 36), na prática, os estudos da psicologia deveria auxiliar na “elaboração de métodos de ensino adequados aos processos de desenvolvimento mental das crianças” (CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 37).

O estudo do comportamento foi utilizado por Maria Montessori “por meio das idéias de instrução individualizada e do sistema analítico; por Decroly, com as classes seletivas e sistema global; e por Dewey, partindo do método de projetos e da concepção de escolas como comunidades embrionárias” (CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 37).

O movimento pela renovação escolar foi acompanhado por estudos científicos sobre o comportamento, oferecendo aos professores o suporte necessário para desenvolver o trabalho em sala de aula de acordo com a faixa de idade do aluno.

No Brasil, Lourenço Filho acrescentou ao modelo comportamentalista “o papel da hereditariedade sobre as capacidades de aprendizagem das crianças” (CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 37).

Lourenço Filho utilizou o estudo do comportamento quando foi diretor geral da Instrução Pública de São Paulo, em 1930. A grande preocupação do psicólogo educacional era com o fracasso escolar das escolas primárias. O trabalho com a psicologia aplicada ficou sob a responsabilidade de Noemi Silveira que promoveu “ensaios sistemáticos de organização de classes seletivas em todos os grupos escolares da capital de São Paulo” (LOURENÇO FILHO apud CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 42).

Em São Paulo, até 1931, os critérios que eram utilizados para distribuição dos alunos do ensino primário em classes, consideravam dois aspectos: a idade cronológica e o tamanho. Segundo Lourenço Filho, tais critérios eram insuficientes para garantir um bom aprendizado; e, para resolver o problema propôs o uso do teste mental ABC, “que se destinava a identificar os níveis de maturidade entre as crianças analfabetas, de modo que se pudesse detectar sua prontidão para a alfabetização” (LOURENÇO FILHO apud CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 41). Os estudos da psicologia experimental de Lourenço Filho utilizavam como base fatores hereditários, e o nível de maturidade “relacionado às mudanças nas estruturas biológicas e psicológicas do organismo que condicionam o aparecimento de certos comportamentos” (LOURENÇO FILHO apud CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 42). O teste ABC foi aplicado em São Paulo, em 1931, e no Rio de Janeiro em 1934. O resultado indicou que, nos bairros mais pobres a média dos alunos era mais baixa. Lourenço Filho afirma que “a variação dos resultados pelas circunscrições citadas dava-se à conta de variação das idades das crianças que procuravam as escolas” (LOURENÇO FILHO apud CAMPOS; ASSIS; LOURENÇO, 2002, p. 43). O autor descartou a possibilidade da origem social dos alunos exercerem alguma influência sobre os resultados.

3.2 As reformas educacionais no Brasil entre as décadas de 1920 a 1930

A década de 1920 foi marcada pela implantação de reformas educacionais com tendências escolanovistas em vários estados brasileiros. Camara (2011, p. 179) ao analisar o contexto das reformas no Brasil afirma que na década de 1920 “em meio às comemorações do centenário da Independência do Brasil, realizados em 1922, intelectuais organizaram manifestações, inquéritos e recenseamentos visando promover balanços e projeções quanto às possibilidades e perspectivas para o país”. Nesse cenário, a educação torna-se o instrumento para solucionar os problemas do “analfabetismo, da ignorância, da doença; promovendo, por meio da escola reformada, a educação da sociedade” (CAMARA, 2011, p. 180).

As reformas educacionais foram inspiradas em ideais liberais como a democratização da sociedade através da educação, da igualdade de oportunidades e da escola ativa. O escolanovismo foi estruturado como um movimento de renovação escolar ao adotar estudos avançados sobre a psicologia e a biologia, e colocar a criança no centro do processo educativo. Por outro lado, “foi constituindo-se como matriz que organizou formas de intervenção direta do Estado sobre a escola e a família. Esse aspecto provocou novas práticas no espaço escolar e nas relações instituídas entre Estado e escola, escola e sociedade, escola e

cidade, escola e família” (CAMARA, 2011, p. 180). Sob influência dos ideais renovadores, foram instituídas reformas na educação com a finalidade de promover a remodelação do modelo escolar vigente.

Em 1920, Antônio Sampaio Dória implantou em São Paulo, “a primeira e mais controvertida das malogradas iniciativas republicanas de inclusão social das populações brasileiras” (CARVALHO, 2011, p. 6), reforma que, na opinião de Azevedo “conduziu uma campanha contra velhos métodos de ensino, vibrando golpes tão vigorosamente aplicados a frente constituída pelos tradicionalistas que panos inteiros do muro da antiga escola deviam desmoronar” (AZEVEDO, 1976, p. 153). A reforma foi interrompida em 1921, após a exoneração de Sampaio Dória, motivada pela resistência ao projeto que “concentrava os seus melhores esforços na transformação de métodos e técnicas de ensino” (AZEVEDO, 1976, p. 153).

Conforme Carvalho “a importância que a historiografia educacional brasileira confere à Reforma faz justiça a seus intentos políticos e a seu impacto na redefinição dos termos do debate sobre política educacional que se processou no país, nas décadas de 1920 e 1930, no âmbito do que se convencionou chamar de movimento de renovação educacional” (2011, p. 6).

De acordo com Araújo (2011), a repercussão da reforma Sampaio Dória levou o governador do Ceará, Justiniano de Serpa (1852-1923), a solicitar ao governo de São Paulo um educador para implantar mudanças no sistema educacional no Estado nordestino. Lourenço Filho foi indicado e assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública no Ceará (1922-1924), quando realizou a reforma na educação do Ceará.

O pernambucano Antônio Carneiro Leão assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal entre os anos de 1922 a 1924, e tinha a pretensão de servir de base para todo Brasil, porém tal projeto ficou ofuscado pela reforma realizada no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1928 a 1930. Segundo Araújo (2011, p. 236), “já no livro Educação, de 1909, Carneiro Leão inclui um plano de instrução popular para o estado de Pernambuco”. Simpático ao *learning by doing*, a reforma Carneiro Leão ocorrerá durante o governo de Estácio Coimbra às vésperas da Revolução de 1930 quando “encontra terreno propício para florescer” (ARAÚJO, 2011, p. 236).

Anísio Teixeira implantou reformas educacionais na Bahia entre 1924-1928, quando esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública do estado. Defensor de uma “educação integral”, “combatia a educação baseada unicamente nos livros. O educador brasileiro estudou na Universidade de Colúmbia, em 1928, e se tornou o maior discípulo de John Dewey no Brasil. A concepção de educação de Anísio Teixeira recebeu influência do pensamento de Dewey com relação à idéia de que a educação seria capaz de proporcionar a todos os indivíduos as mesmas oportunidades. A experiência adquirida através dos cargos que ocupou como Diretor de Instrução Pública na Bahia (1924-1928), no Distrito Federal (1931-1935), e novamente na Bahia (1947-1951) proporcionou ao educador autoridade para analisar os problemas da educação brasileira. Em “Educação não é privilégio” publicado pela primeira vez em 1956, Teixeira reconheceu que “a escola comum, a escola para todos, nunca chegou, entre nós a se caracterizar, ou a ser de fato para todos” (TEIXEIRA, 1994, p. 56-57).

Francisco Campos foi o responsável pela introdução dos princípios da Escola Nova em Minas Gerais. No biênio de 1927-1928, quando foi secretário dos Negócios do Interior do referido estado, “enviou professores ao Teachers College da Universidade de Chicago e trouxe mestres estrangeiros para ensinar de acordo com os parâmetros da Escola Nova” (VEIGA, 2007, p. 257).

Segundo Azevedo (1976, p. 156) “em 1927, Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas Gerais, integrando-se resolutamente no movimento renovador de que assumiram a liderança nesse Estado, realizaram uma das reformas pedagógicas de maior alcance”. Fernando de Azevedo foi o responsável pela implantação das reformas com base nos princípios da Escola Nova no Distrito Federal. Ao analisar o significado da reforma, realizada na capital federal, no quadriênio de 1927-1930, quando esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública, afirma que:

nenhuma outra reforma, de fato produziu, no seio do magistério, tão intensa efervescência intelectual, nem conseguiu tão larga repercussão social num raio de ação e de influência que, rompendo os círculos profissionais, ultrapassou os limites da capital do país, para atingir a quase todos, se não a todos os Estados (AZEVEDO, 1958, p. 15).

O projeto pedagógico dos maiores representantes da Escola Nova no Brasil, como Antônio Carneiro Leão, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, encontrou respaldo teórico no pensamento de John Dewey e sua crença na educação como elemento de democratização. Para Dewey “o amor da democracia pela educação é um fato cediço. A

explicação superficial é que um governo que se funda no sufrágio popular não pode ser eficiente se aqueles que o elegem e lhe obedecem não forem convenientemente educados” (DEWEY, 1959, p. 93).

Segundo Pinto (1986, p. 14) “os reformadores não só reconheciam o papel da Educação como proclamavam sua eficiência e sua relevância, desde que restaurada em bases novas, com uma intensa revisão de valores e da mentalidade”. Importante destacar que os reformadores também buscaram inspiração em outras matrizes teóricas. Fernando de Azevedo em “Novos Caminhos e Novos Fins”, publicado pela primeira vez em 1931, obra na qual retrata a reforma realizada no Distrito Federal no quadriênio de 1927 a 1930, afirma na introdução do trabalho que a reforma foi baseada no espírito crítico e na ideia de unidade “que permitiram que na reforma, evidentemente inspirada pelas teorias de E. Durkheim, na França, de Kerschensteiner, na Alemanha, e, sobretudo, de J. Dewey, na América do Norte, se apresentam os princípios da educação nova” (AZEVEDO, 1958, p. 22).

Entre os autores, que foram citados por Costa, ligados ao movimento da Escola Nova no Brasil, o nome de Antônio Carneiro Leão, assim como, a reforma que realizou em Pernambuco (1928-1930), apareceram com mais frequência em seus escritos como referencial a ser seguido em Alagoas. Além dos elogios ao reformador, a proximidade entre os estados de Pernambuco e Alagoas, também contribuiu para que Costa e o grupo de intelectuais, que trabalhou em prol da renovação escolar em Alagoas, nas décadas de 1920 a 1930, pudessem acompanhar e conhecer de perto as mudanças introduzidas no sistema de ensino do Estado vizinho, principalmente, após a participação das professoras alagoanas em 1930, na Cruzada Pedagógica de Alagoas, realizada em Pernambuco, e que provocou mudanças no trabalho desenvolvido pelas professoras que participaram do curso de aperfeiçoamento.

No exercício do cargo de Contador Geral, e depois como Diretor Geral de Estatística do Estado de Alagoas, neste último, a partir de 10 de setembro de 1931, Costa fazia constantes viagens até Recife para representar o Estado. O jornalismo também contribuiu para Craveiro Costa manter-se informado sobre as notícias da capital pernambucana. Portanto, sob vários aspectos havia grande proximidade entre Alagoas e o Estado vizinho, o que permitia acompanhar a reforma implantada por Antônio Carneiro Leão em Pernambuco entre 1928 a 1930.

Não podemos esquecer também, da relação histórica estabelecida entre os dois estados desde o período colonial. Alagoas pertenceu a Pernambuco até 1817, ano da emancipação política do Estado. Historicamente, Pernambuco era um dos centros culturais mais procurados pelos filhos da elite política e econômica de Alagoas para completar os estudos superiores e conseguir o título tão almejado de bacharel em direito. Além de Pernambuco, Bahia era o destino mais procurado para a formação em medicina.

3.3 A Sociedade Alagoana de Educação como espaço de debate e aperfeiçoamento dos professores da escola primária e secundária em Alagoas

No final da década de 1920 e início de 1930, um grupo de intelectuais ligados à Escola Normal de Maceió e ao Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, liderou o movimento para remodelar o ensino em Alagoas de acordo com os parâmetros da Escola Nova. Entre os intelectuais, que acenaram para a necessidade de introduzir mudanças na educação alagoana, destacaram-se: Adalberto Afonso Marroquim, que ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública no governo Costa Rego (1924-1928), Sindrônio Augusto de Santa Maria, Diretor do Departamento Geral da Instrução Pública, no governo de Álvaro Paes (1928-1930), Miguel Archanjo Batista, Diretor da Instrução Pública em 1930, o jornalista e historiador João Craveiro Costa, Auryno Vieira Araújo Maciel, professor da Escola Normal, José Bernardes Júnior, professor da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, J. Travassos Vieira, professor do Aprendizado Agrícola de Satuba, Moreno Brandão e Higino Belo professores da Escola Normal, Luís de França Cerqueira, entre outros.

Bernardes Júnior publicou um ensaio na *Revista de Ensino* em 1930, intitulado “As idéas novas da instrução”, que nos ajuda a entender a renovação escolar em Alagoas durante a década de 1920 e início de 1930. O autor assinalou que, apesar de o Estado não possuir recursos financeiros suficientes para manter a Instrução Pública segundo as necessidades,

muito podem, porém, a boa vontade e o patriotismo, quando bem orientados. Já ahi está fundada a Sociedade Alagoana de Educação, a cuja frente se encontra um pugilo de lutadores como Luís de França Cerqueira, Sindrônio Augusto, Adalberto Marroquim, Auryno Maciel e Craveiro Costa, e de cuja atuação muito devemos esperar (BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 29).

Os intelectuais mencionados protagonizaram, em Alagoas, a partir da década 1920 e início de 1930, o movimento em prol da Escola Ativa, baseado na defesa de um ensino que

deveria respeitar a autonomia da criança, suas tendências, suas atividades manuais e espirituais, em oposição à escola tradicional de caráter memorizante.

Segundo Lourenço Filho (2002, p. 234) “a denominação escola ativa foi lançada, em 1917, num escrito do educador suíço Pierre Bovet, como tradução do nome alemão ‘Arbeitsschule’, literalmente escola do trabalho, criado em 1911” por Jorge Kerschensteiner.

A corrente pedagógica da Escola Nova recebeu um grande impulso no Brasil, a partir do trabalho desenvolvido pelos intelectuais, que fundaram no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Educação, em 1924. Paschoal Lemme (2004) ao analisar a importância da associação afirmou que a “ABE tornou-se dentro de pouco tempo, conhecida e respeitada em todo o País, especialmente nos meios culturais e de professores e educadores de maior expressão” (LEMME 2004, p. 91).

Conforme Azevedo (1976, p. 155), a Associação Brasileira de Educação “foi sem dúvida, um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução dos problemas educacionais”. Em Alagoas, a exemplo do que ocorreu no Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e outros estados da federação, o grupo de intelectuais já citados uniu esforços para discutir os problemas relacionados à educação alagoana na tentativa de solucioná-los. Tal movimento, em prol da renovação escolar, ganhou maior representatividade no Estado, a partir da fundação da Sociedade Alagoana de Educação, em 1929, durante o governo de Álvaro Corrêa Paes (1928-1930), o qual com apoio do Departamento Geral da Instrução Pública atenderam a solicitação do Presidente da Federação Nacional das Sociedades de Educação em 1929, José Augusto Bezerra de Medeiros, ex-diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Norte, para que o Estado fizesse parte da referida Federação. Conforme publicado na *Revista de Ensino* em 1929, a oficialização da Sociedade Alagoana de Educação ocorreu em 24 de novembro de 1929, data de aclamação dos primeiros diretores. A presidência ficou a cargo de Adalberto Afonso Marroquim e a vice-presidência com o Dr. Sindrônio Augusto de Santa Maria. Auryno Maciel, professor da Escola Normal, assumiu como 1º secretário e Luís de França Cerqueira como 2º secretário. A tesouraria ficou a cargo de Higino Belo, professor da Escola Normal de Maceió.

Após a instalação da Sociedade Alagoana de Educação, foi organizada uma série de atividades com o intuito de reestruturar as práticas de ensino dos professores de Alagoas. Em abril de 1930, Maceió recebeu a visita da professora Mercedes Dantas (diretora do Instituto Ferreira Vianna do Distrito Federal), que “foi enviada ao norte do país, em comissão, pela Federação Nacional das Sociedades de Educação e pela Directoria da Instrução Publica do Districto Federal, para verificar a obra educacional dos estados” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 84)⁴⁴. Durante a visita a Maceió, a professora primária atendeu ao convite da Sociedade Alagoana de Educação para ministrar palestra sobre os novos métodos de ensino. A palestra foi realizada no Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, com o tema: “A Escola Activa”, que obteve grande repercussão na capital e redondezas. Mercedes Dantas conclamou o professorado alagoano para “realizar a obra de entusiasmo que se reflectiu da sua palavra calorosa e arrebatadora” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 84).

A professora Mercedes Dantas falou sobre a importância da Escola Ativa como propulsora do progresso econômico do Brasil ao mencionar que

os factores desse progresso, que têm sido a incógnita perseguida por politicos legisladores, idealistas e pedagogos, estão na organização do trabalho. [...] O estandarte da Humanidade nova é a Escola Activa. Ella rasga desconhecidos horizontes ao educador. É a grande justiceira da criança. Une e integra e correlaciona a Vida á Escola (DANTAS, 1930, p. 3).

Mercedes Dantas recebeu elogios de vários intelectuais alagoanos que estavam à frente do movimento pela renovação pedagógica do Estado; mas, a princípio, Bernardes Júnior fez algumas ressalvas sobre os objetivos da visita da diretora do Instituto Ferreira Vianna, inclusive, recusou-se a comparecer ao Instituto Histórico para assistir a seu pronunciamento. O motivo da recusa em estabelecer contato com a professora pode ser explicado a partir deste trecho:

Há cerca de quinze anos, só nos preocupamos com cousas praticas que possam produzir algum resultado immediato para nós ou para a nossa terra. Se este propósito cada dia mais se arraiga no nosso espirito, como poderíamos, ver e ouvir dona Mercedes Dantas, que já conhecíamos de alguns volumes de literatura incontestavelmente boa? [...] “Não queremos historias com literatos (BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 27)”.

⁴⁴ Noticiário. Mercedes Dantas. *Revista de Ensino*, Maceió, nº 20, mar/abr, 1930, p. 84.

A primeira impressão sobre Mercedes Dantas foi desfeita, e mais adiante, o autor reconhece que não se tratava simplesmente da “literata que conhecíamos e de cujo contacto fugimos, receando o constrangimento que poderiam produzir-nos as suas idéas a respeito da instrucção” (BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 28). Segundo a informação que extraímos do Noticiário publicado na *Revista de Ensino* sobre Mercedes Dantas, a mesma “é autora de dois livros de crônicas, “Adão e Eva” e “Nús”, este que a Academia Brasileira de Letras consagrou com uma menção honrosa” (1930, p. 84).

Bernardes Júnior afirmou que não era partidário da escola antiga, e que não acreditava “nas virtudes dos castigos corporaes. Não desejamos a persistência dos exercícios mentaes na retenção de lições e nem de tantas outras praticas empíricas condemnaveis” (1930a, p. 28). O professor não aceitava o nivelamento de crianças de “compleição physica debil a outras robustas, num mesmo exercício de gymnastica, não atendendo a certos estados mórbidos” (BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 28). Embora com ressalvas, o autor reconheceu os motivos da missão de Mercedes Dantas a Alagoas. Bernardes Júnior pesquisou nos arquivos dos cinco Grupos Escolares da capital, que foram visitados por Dantas, para saber qual foi a impressão da mesma a respeito das escolas alagoanas. Sobre o Grupo Escolar D. Pedro II registrou o seguinte:

Deixo ao pessoal docente do Grupo Escolar D. Pedro, que visito em nome da Diretoria Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro e da Federação Nacional das Sociedades de Educação, as minhas congratulações pelo esforço, dedicação e ideal educativo que põe a serviço da grandeza do Estado, educando as crianças, orientando-as para a vida mesma (DANTAS, apud BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 28).

Quanto ao registro dos demais estabelecimentos de ensino; entre eles, os Grupos Escolares Diégues Júnior; Fernandes Lima na capital, e Oliveira e Silva em Pilar, conforme Bernardes Júnior, não “pôde ella dizer o mesmo que disse a respeito do Grupo Escolar João Barbalho, de Recife” (BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 28), “no qual encontrou funcionando as aulas especiaes e praticas de physica, chimica, historia natural, geografia, agronomia” (DANTAS, apud BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 28). Por fim, o autor concluiu e reconheceu os avanços dos processos reformadores implantados em Pernambuco por José Escobar, e lamentou a declaração feita pelo então governador Álvaro Paes (1928-1930) sobre a Instrução de Alagoas que “é muito elementar e distribuída por um número reduzido de menores” (PAES, apud BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 29).

A Sociedade Alagoana de Educação, presidida por Adalberto Marroquim em 1930, organizou “uma série de conferências pedagógicas da maior utilidade nesta hora de renovação

educacional em Alagoas” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 16). Em 1930, o cargo de Diretor da Instrução Pública era ocupado por Miguel Arcaño Batista, o qual reservou a última quinta-feira de cada mês para a realização das conferências para abordar temas relacionados aos processos de ensino vinculados à Escola Nova. Após o início dos trabalhos, sob a responsabilidade de Bernardes Júnior “a seguir se farão ouvir os Srs. J. Travassos Vieira, Auryno Maciel, Craveiro Costa, Luís Cerqueira, Adalberto Marroquim, Moreno Brandão e outros” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 16).

Bernardes Júnior iniciou o ciclo de conferências com o tema: “A Escola Rural” proferida no dia 31 de julho de 1930, no salão principal do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. A conferência foi publicada na *Revista de Ensino* nº 21, correspondente aos meses de maio/agosto de 1930. Um dos tópicos abordados foi “O precursor da escola ativa entre nós”. O autor informa que a prática da “escola ativa ou escola do trabalho, não é moderna entre nós”, (BERNARDES JÚNIOR, 1930b, p. 20), uma vez que o professor José Prudente já adotava o ensino ativo “na velha cidade de Alagôas, há quase um século atrás” (BERNARDES JÚNIOR, 1930b, p. 20). José Prudente utilizava lições práticas sobre o plantio e o cuidado com os animais. Segundo Bernardes Júnior, ao ensinar o cultivo das plantas e o trato com os animais, o professor José Prudente conseguia despertar a curiosidade dos alunos, porque estabelecia a relação entre o conteúdo ensinado e a realidade vivenciada pelos alunos.

O movimento pela renovação pedagógica em Alagoas ganhou maior impulso, a partir da iniciativa da Sociedade Alagoana de Educação, em organizar, e enviar ao Estado de Pernambuco a Cruzada Pedagógica de Alagoas sob a coordenação de Costa, em agosto de 1930. A Sociedade Alagoana de Educação procurou cumprir o objetivo das congêneres existentes em outros estados da federação, que realizavam um trabalho de cooperação para promover a capacitação de professores, no intuito de renovar as práticas pedagógicas. Alagoas recebeu a colaboração da Sociedade Pernambucana de Educação que ofereceu o curso de capacitação aos professores alagoanos. No Distrito Federal, para despertar o interesse do professor pelos ideais da Escola Nova

a Diretoria de Instrução organizou, a partir de 1928, cursos que tinham como objetivo expor ao magistério os métodos modernos de ensino e os princípios da nova pedagogia. [...] A iniciativa da diretoria conseguiu ressonância junto aos professores que, a partir de 1928, criaram a Cruzada Pedagógica em Prol da Escola Nova (CAMARA, 2013, p. 206-207).

Em 1930, quando a Instrução Pública de Alagoas era dirigida pelo paraibano Miguel Arcanjo Batista, ocorreu um movimento semelhante ao existente no Distrito Federal conforme foi retratado por Camara (2013). O diretor da Instrução Pública foi impulsionado pelo

nobre desejo de imprimir ao ensino primário do Estado uma orientação mais em harmonia com os modernos processos de ensino, organizou uma turma de professoras para, durante alguns dias de permanência em Recife, observar o que ali se está fazendo sob a orientação do sr. prof. José Ribeiro Escobar (*Revista de Ensino*, 1930, p. 62).

A Diretoria da Instrução Pública selecionou 15 professoras para participar de um curso de aperfeiçoamento realizado em Recife por 15 dias. O grupo de professores se deslocou até Recife para observar “*in loco*” as reformas adotados nas escolas pernambucanas, com o objetivo de “estudar os novos processos de educação e ensino postos em prática pelo eminente Sr. Professor José Ribeiro Escobar” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 50)⁴⁵.

Em entrevista concedida inicialmente para o *Jornal de Alagoas* e publicada posteriormente na *Revista de Ensino*, em 1930, Costa nos informa que durante a permanência dos professores alagoanos que participaram da Cruzada Pedagógica de Alagoas na capital pernambucana, visitaram estabelecimentos de ensino e assistiram às aulas da Escola de Aplicação, destinada ao aperfeiçoamento das normalistas, da Escola Profissional Feminina e Masculina e dos Grupos Escolares Maciel Pinheiro e João Barbalho. Neste último,

estão installadas as salas ambientes para a escola activa e que permitem aprender, fazendo, investigando, brincando, aproveitando as tendências naturais da infância. Assistimos ahi aulas admiráveis de arithmetica, geometria, geografia, historia, physica e agricultura, sem livros, inteiramente praticas, aproveitadas as actividades factivas e ludicas das crianças (COSTA, 1930b, p. 65)⁴⁶.

Na primeira parte da entrevista de Costa encontramos a lista das professoras que participaram do curso de aperfeiçoamento, que foi promovido pela Sociedade Pernambucana de Educação responsável pela recepção da Cruzada Pedagógica de Alagoas. Além das 15 professoras que foram selecionadas para participarem do curso de aperfeiçoamento, também fez parte o pintor e escultor Lourenço Peixoto.

A escolha da Diretoria recaiu nas seguintes professoras: Irene Braga Garrido e Judith Mattos, do G. E. “Diégues Junior”; Celina Batinga e Nair Cordeiro, do “Thomaz Espindola”, Flora Ferraz e Laura Wanderley, do “Fernandes Lima”; Julia Wanderley, Maria Ambrozio, Telcídia Lima, Maria do Carmo Sampaio, Anália

⁴⁵ Sociedade Pernambucana de Educação. *Revista de Ensino*. Maceió, num. 21, mai/ago., 1930, p. 50.

⁴⁶ Entrevista concedida por Costa ao *Jornal de Alagoas* e publicada, posteriormente, na *Revista de Ensino* no bimestre correspondente aos meses de maio a agosto de 1930, denominada: Cruzada Pedagógica de Alagoas: o ensino público em Pernambuco.

Leite, Carmelita Jucá, Elisabeth Serpa, Conceição Maciel e Hermelinda Fazio, do “Pedro II”, e mais o prof. Lourenço Peixoto, o nosso talentoso pintor e escultor. Chefiando essa missão de professoras, a que se ficou chamando “Cruzada Pedagógica de Alagoas”, foi o nosso confrade Craveiro Costa, director do G. E. “Pedro II”, que muito se dedica á causa do ensino popular e a quem a nossa instrução publica deve a fundação da escola montessoriana e outros relevantes serviços (*Revista de Ensino*, 1930, p. 62).

Na referida entrevista, Costa fez uma avaliação positiva a respeito das reformas nos estabelecimentos de ensino do estado vizinho, pois, “está se fazendo em Pernambuco uma grande obra de renovação pedagógica, que o tornará, dentro de pouco tempo, um centro de irradiação dos novos processos de ensino e educação para todo o norte” (COSTA, 1930b, p. 62).

A reforma educacional implantada no estado de Pernambuco em 1928, por Antônio Carneiro Leão, segundo a percepção de Costa, tornou-se uma referência a ser seguida em Alagoas. Costa falou a respeito da reforma, em entrevista concedida ao jornal *A Província* de Recife durante sua estada na capital pernambucana como coordenador da Cruzada Pedagógica de Alagoas e afirmou que:

a transição da escola tradicional para a escola moderna está sendo norteadas por uma esclarecida orientação pedagógica. Podem falhar, aqui e ali, as linhas secundárias do grandioso plano de reforma de ensino popular em Pernambuco. [...] Essa insuficiência, aliás, não é exclusiva de Pernambuco, é do Brasil, de norte a sul, empolgado ainda com a pedagogia colonial, escravizado ao regime da velha escola primária, livresca, mnemônica, com a preocupação única de uma medíocre formação intelectual, posta de lado por inútil a solução do maior problema nacional a educação do povo (COSTA, 2011, p. 188).

A reforma de Antônio Carneiro Leão, com base nos preceitos da Escola Nova em Pernambuco, contou com a orientação técnica do professor José Ribeiro Escobar que chegou a Pernambuco trazendo na bagagem a experiência adquirida na Escola Normal de São Paulo. No entanto, apesar de toda a experiência, Escobar sofreu uma dura campanha que, segundo Costa estava relacionada à oposição feita ao governo da época, ao bairrismo e “a rotina, que o professor paulista veio contrariar, obrigando-a a reformar por completo os conhecimentos profissionais e a trabalhar muito mais” (COSTA, 1930b, p. 63), duas coisas que não “supportam de boa vontade” (COSTA, 1930b, p. 63).

Auryno Maciel 1º secretário da Sociedade Alagoana de Educação em artigo escrito especialmente para o jornal *A Notícia* intitulado: “A Educação em Alagoas” (1931) demonstrou o esforço empreendido para a condução dos professores até Recife.

Fizemos a Cruzada Pedagógica de Alagoas com um heroísmo – e até podíamos dizer, com uma vezania – iluminados. Acertando o elenco de professores que deviam fazer o primeiro estágio de 15 dias nas Escolas de Recife, defrontou-se o dr. Miguel Baptista então diretor de Instrução Publica, o impasse de ‘boa vontade’ sem dinheiro (MACIEL, 1931)⁴⁷.

A partir do relato de Maciel, percebemos a importância do trabalho realizado pelos intelectuais, que estavam à frente da Sociedade Alagoana de Educação, que foram responsáveis por uma série de medidas, para auxiliar o professorado local a respeito de assuntos pedagógicos; organizando conferências e debates sobre temas relacionados aos novos métodos de ensino, com o intuito de apoiar o trabalho dos docentes, especialmente, do ensino primário. Para entendermos o trabalho da Sociedade Alagoana de Educação, transcrevemos parte da matéria publicada na seção da *Revista de Ensino* (1930) denominada Noticiário, que fazia um resumo das notícias mais relevantes, sobre temas educacionais transcorridos no bimestre correspondente ao número da Revista editada: “fundada recentemente nesta capital, a SAE já está tendo uma actuação efficiente nos assumptos que se relacionam com a sua finalidade e estão em foco no Estado, graças a criteriosa e bem intencionada orientação do actual Sr. Director da Instrucção Publica Dr. Miguel Baptista” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 78).

A Sociedade Alagoana de Educação teve um significado importante no debate sobre Instrução Pública em Alagoas no início da década de 1930. A *Revista de Ensino* publicou inúmeras conferências sobre assuntos que eram discutidos pelos associados durante as reuniões. Entre as propostas mais relevantes da Sociedade Alagoana de Educação, podemos destacar: a criação do Curso de Aperfeiçoamento e Curso Rural para professores em 1930 e a solicitação para redução no preço dos passes dos bondes escolares.

Durante a sessão ordinária realizada em 27 de abril de 1930, a Sociedade Alagoana de Educação propôs a criação do curso de aperfeiçoamento para professores, anexo à Escola Normal. Em 1930, Instrução Pública ainda era regulada pelo Decreto n. 1140, de 19 de setembro de 1925, o qual exigia para promoção do professor efetivo de 1ª e 2ª entrâncias “com direito a serem promovidos às entrâncias imediatamente superiores, dependentemente do estágio de dois annos nas localidades do interior do Estado, designados para a 1ª e 2ª entrâncias” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 86). O Curso de Aperfeiçoamento foi ofertado com vistas a atender aos professores do ensino primário que estavam em exercício na capital, os

⁴⁷ MACIEL, Auryno. A educação em Alagoas. *A Notícia*. Maceió, 1931.

quais pelo regulamento de 1925, que estava em vigor em 1930, para alcançar a promoção às entrâncias superiores precisavam deslocar-se para o interior.

O desânimo desse professorado impossibilitado de promoção: a sua falta de entusiasmo e portanto, a sua distância das idéas mais modernas no domínio da pedagogia; a necessidade da formação de uma elite do professorado alagoano; a formação técnica de candidatos masculinos que tenham o curso de humanidades e ao mesmo tempo uma orientação e promessa para obtenção de um futuro melhor, e a formação técnica de inspectores escolares: é que a S. A. E. propõe a criação do Curso de Aperfeiçoamento para Professores (*Revista de Ensino*, 1930, p. 88).

Importante destacar a preocupação demonstrada pela Sociedade Alagoana de Educação em proporcionar ao professorado alagoano formação de acordo com a nova pedagogia. Outro aspecto, relaciona-se ao incentivo de candidatos do sexo masculino para ocupar vagas no ensino primário de acordo com o Art. 3º § 2º do Curso de Aperfeiçoamento para Professores.

Afim de suprir a deficiência do pessoal masculino no professorado primário, é excepcionalmente concedida a matrícula no 1º ano a dez candidatos que tenham certificados de exame do curso seriado do Lyceu Alagoano ou o diploma de bacharel da Academia de Ciências Commercias de Alagoas, ou de outros estabelecimentos a elles equiparados, e que juntem ao requerimento atestado de sanidade, certidão de idade maior de 16 annos e atestado de conducta (*Revista de Ensino*, 1930, p. 88).

Um dos requisitos necessários para o ingresso no magistério era o atestado de conduta moral, “o Diretor poderá recusar a matrícula aos candidatos que não tenham os requisitos morais necessários” (COSTA, 2011, p. 80).

Segundo Verçosa; Madeira “a moral tinha a ver com a sexualidade conduzida segundo as regras estabelecidas pela sociedade dos “homens bons”, como aceitáveis numa profissão quase que exclusivamente feminina” (2001, p. 80).

O Curso de Aperfeiçoamento para Professores foi programado para os anos de 1931 a 1932 e constava do programa apresentado no quadro que segue:

Quadro 3 - Programa do Curso de Aperfeiçoamento para Professores

| 1º Ano | | |
|--------|--|------------------------|
| 1 | Filologia Portuguesa | Quatro lições semanais |
| 2 | Pedagogia | Uma lição semanal |
| 3 | Zoologia (anatomia e fisiologia humanas) | Idem |
| 4 | Metodologia | Idem |
| 5 | Psicologia | Idem |
| 2º Ano | | |
| 1 | Filologia e Literatura Brasileira | Quatro Lições semanais |
| 2 | Higiene (geral e escolar) | Uma lição semanal |
| 3 | Pedagogia | Idem |
| 4 | Sociologia | Idem |
| 5 | Direito Público e Privado | Idem |

Fonte: (Revista de Ensino, mar/abr, 1930, p. 88.

A análise do programa para o Curso de Aperfeiçoamento, proposto pela Sociedade Alagoana de Educação, evidencia a preocupação em ofertar ao professorado primário, formação necessária para atender ao novo papel da escola em proporcionar ao aluno uma educação integral. A inclusão da disciplina Higiene (geral e escolar) demonstra que: “para além de instruir, a escola deveria dar lições de higiene [...] educando os costumes, os hábitos e instaurando um novo perfil de aluno, de professor e de espaço escolar” (CAMARA, 2004, p. 167). Quanto à oferta da disciplina Psicologia na formação do professor, ganhou importância por estudar o comportamento e auxiliar na adequação de métodos de ensinar de acordo com a faixa etária da criança.

Segundo Costa, o número de matrículas na Escola Normal no decênio de 1921 a 1930 foi de 1370 e 203 diplomadas. O quadro seguinte demonstra que a procura masculina pelo ensino primário era insignificante. A justificativa para tal desinteresse, segundo a análise feita por Costa sobre o período, refere-se à reforma de Setembro de 1915, que “facultava a nomeação por concurso, de moços que pretendessem dedicar-se a essa profissão com as mesmas regalias dos professores de entrância” (COSTA, 2011, p. 64) ou classes. A tentativa de atrair a docência masculina não obteve êxito, porque na visão de Costa a profissão não oferecia “vantagens convidativas, não seduzia o sexo masculino [...] Ficou, por essa razão, adstrito às moças pobres, o magistério primário”. (COSTA, 2011, p. 64). De acordo com o registro do quadro nº 2, entre 1921 a 1930, seis rapazes matricularam-se na Escola Normal, no

entanto, Costa nos informa que “há vinte anos, a Escola Normal de Alagoas não diploma rapazes” (COSTA, 2011, p. 64).

Ao analisar o baixo número de alunas diplomadas em 1923, na visão de Costa representou a “prova de que acabara o regime do pistolão” (COSTA, 2011, p. 65). A afirmação do autor refere-se ao “afilhadismo político” que cercava as diplomadas da Escola Normal que aspiravam a uma vaga na capital e, para isso, buscavam apadrinhamento político.

Para Bernardes Júnior,

a Escola Normal se converteu num centro de cultura pedagógica digna de todos os elogios. [...] De facto, quando toda essa brilhante mocidade que tem cursado a Escola Normal nos ultimos annos, espalhar-se por todo o Estado, distribuindo, de povoado em povoado, de villa em villa e de cidade em cidade, o pão bento da instrucção primaria, operar-se-á, certamente, uma reforma geral dos nossos methodos educativos, annullando-se certas falhas que por ahi existem (1930, p. 31).

Segundo a avaliação feita por Bernardes Júnior, em 1930, a Escola Normal tinha se transformado em um centro de cultura pedagógica digna de elogios na formação do professorado primário. Apesar da avaliação positiva de Bernardes Júnior, do número total das matrículas efetuadas que somaram 1370 apenas 203 normalistas foram diplomadas no período compreendido entre 1921 a 1930 como demonstrou o quadro apresentado por Costa ao Ministério da Educação em 1931.

Quadro 4 - Demonstrativo de Matrícula da Escola Normal de 1921 a 1930

| Ano | Matrícula Masculina | | | | Matrícula Feminina | | | | Total | Diplomados |
|------|---------------------|----|----|----|--------------------|----|----|----|-------|------------|
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 1º | 2º | 3º | 4º | | |
| 1921 | | | | | 80 | 62 | 55 | 29 | 226 | 27 |
| 1922 | | | | | 61 | 41 | 53 | 43 | 198 | 43 |
| 1923 | | | | | 88 | 59 | 40 | 47 | 234 | 46 |
| 1924 | | | | | 64 | 70 | 52 | 28 | 214 | 15 |
| 1925 | | | | | 36 | 60 | 80 | 49 | 225 | 15 |
| 1926 | | | | | 5 | 15 | 22 | 21 | 63 | 19 |
| 1927 | 1 | | | | 17 | 3 | 14 | 18 | 53 | 16 |
| 1928 | 1 | 1 | | | 17 | 11 | 8 | 13 | 51 | 12 |
| 1929 | | 1 | 1 | | 24 | 9 | 8 | 2 | 45 | 2 |
| 1930 | | | | 1 | 27 | 17 | 9 | 7 | 61 | 8 |

Fonte: COSTA, 2011.

Em 1930, a matrícula na Escola Normal era feita “mediante requerimento do candidato acompanhado dos certificados de aprovação nos exames do curso complementar, para matrícula no 1º ano, e certificado de aprovação em todas as matérias do ano anterior, para matrícula no ano seguinte” (COSTA, 2011, p. 80). O aluno deveria pagar uma taxa de 25\$000 por cada ano de estudo.

Outro problema recorrente em Alagoas estava relacionado à formação do professor rural. O assunto foi discutido pela Sociedade Alagoana de Educação, em sessão realizada no dia 23 de junho de 1930. Uma das dificuldades apresentadas pela Diretoria da Instrução Pública foi com relação ao orçamento que o Estado dispunha para manter o elevado número de professores nas escolas rurais. A despesa com o ensino público, em 1930 pode ser visualizada no quadro nº 7, (Anexo F). Outra justificativa para a criação do curso rural, diz respeito aos baixos salários pagos aos professores formados pela Escola Normal para trabalhar no interior do Estado.

O Curso Rural foi criado pelo Decreto nº 1429, de 1º de dezembro de 1930 e funcionava anexo aos grupos escolares do interior. Segundo Costa, o objetivo do curso rural foi “evitar a continuação de nomeações de pessoas analfabetas para o professorado extranumerário” (2011, p. 67). O curso tinha duração de dois anos e exigia para a matrícula no curso

o exame do 4º ano dos grupos escolares, e consta, no primeiro ano, de português, caligrafia ambidestra, geografia geral e corografia do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, instrução cívica, aritmética, ginástica, desenho, canto e trabalhos manuais; no segundo ano – além da revisão do programa do primeiro ano, pedagogia, didática elementar e prática de organização escolar (COSTA, 2011, p. 67).

Outra iniciativa da Sociedade Alagoana de Educação foi pleitear um desconto de 50% no transporte do bonde para professores e alunos dos estabelecimentos oficiais da capital. A solicitação foi dirigida inicialmente ao prefeito da capital, Ernandi Teixeira Basto, no sentido de obter o desconto junto à Companhia de Força e Luz de Maceió. Adalberto Marroquim e Auryno Maciel, presidente e 1º secretário, respectivamente, da Sociedade Alagoana de Educação utilizaram como justificativa para a concessão do benefício⁴⁸ aos alunos e professores a situação da “população escolar relativamente pobre, como a nossa, e carecente,

⁴⁸ Não conseguimos obter informação sobre a concessão ou não do benefício aos alunos e professores.

por isso mesmo de estímulos para que a sua desanalfabetização e elevação espiritual não encontrem embaraços” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 90).

3.4 A Revista de Ensino como meio de divulgação dos novos processos de escolarização em Alagoas

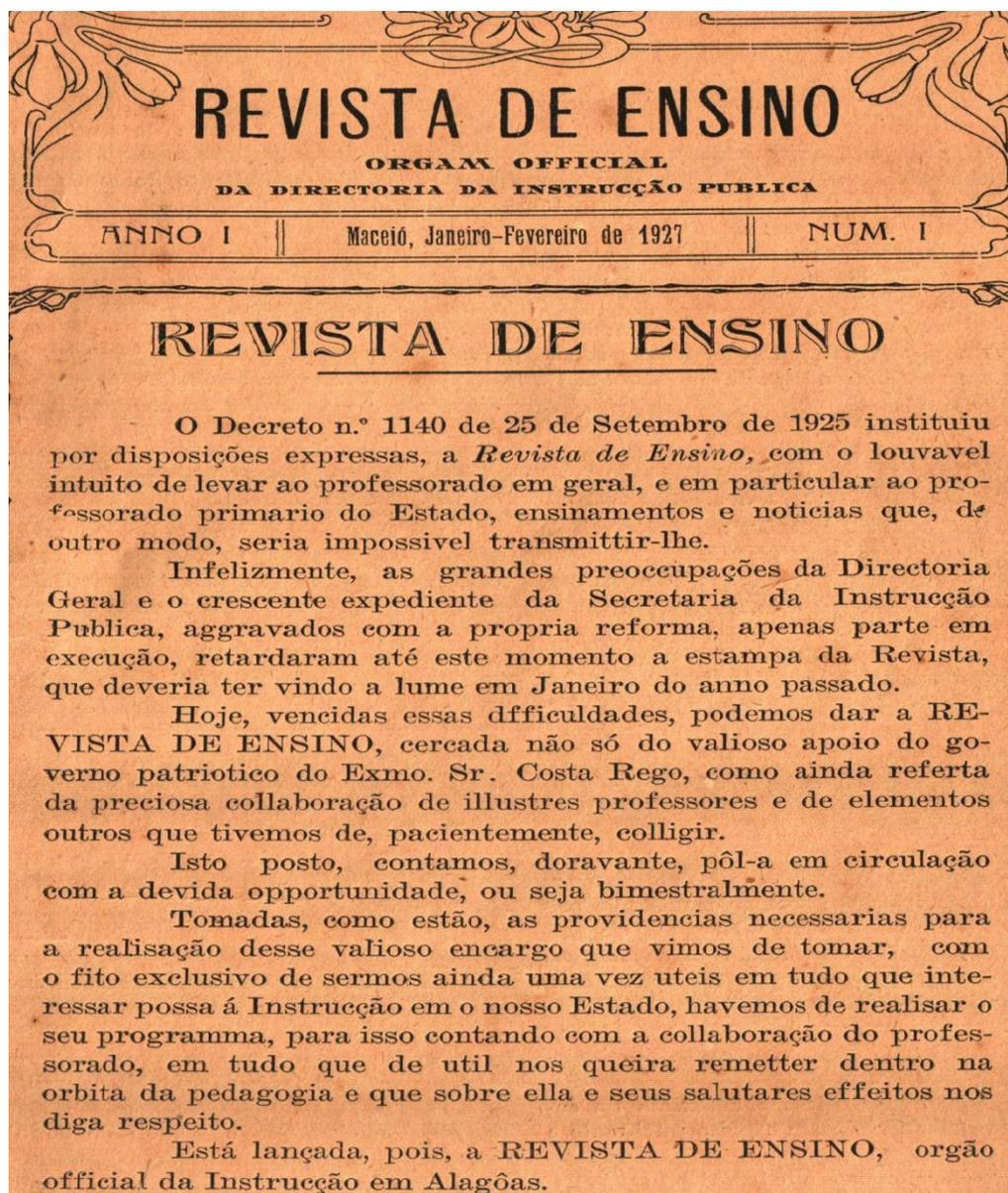
Ao analisar o quadro de mudanças e reformas implantadas em vários estados brasileiros, e os periódicos sobre educação, relacionamos ao início das publicações da *Revista de Ensino* em 1927. Costa foi o primeiro autor a publicar um ensaio no periódico educacional intitulado “O Canto nas Escolas”, no qual destaca o valor pedagógico do canto quando é bem explorado pelos professores os quais devem aprender música “não por um simples ornato de educação doméstica, mas para ensiná-la aplicada ao canto nas escolas a lograr os resultados físicos e morais que do canto pedagogicamente, resultam” (COSTA, 2011, p. 98). O autor defendeu a utilização de canções que representassem a realidade local da criança, e afirmou que solicitou a um poeta local uma composição sobre a cana, porém o que obteve como resposta foi um ar risonho por parte do poeta cujo nome não foi mencionado no artigo.

O periódico alagoano começou a circular no mesmo período da *Revista Educação* em São Paulo que publicava sistematicamente desde 1927. Esta passou a ser dirigida por Lourenço Filho, a partir de 1930 com o título: *Escola Nova*. Os periódicos sobre educação representaram um reflexo da reestruturação dos projetos educacionais entre os anos de 1920 a 1930, em alguns estados brasileiros e no estado de Alagoas não foi diferente. A *Revista de Ensino* foi instituída em 25 de setembro de 1925 pelo decreto nº 1140, como órgão oficial do Departamento Geral de Instrução Pública, com o intuito de levar informação especializada aos professores primários e secundários do Estado, e serviu como meio de divulgar assuntos relacionados ao magistério, bem como divulgar os novos processos de escolarização utilizados em outros países e outros estados da federação.

Para a concretização do projeto de oferecer ao magistério um periódico sobre educação foi importante a atuação do Diretor da Instrução Pública, Adalberto Afonso Marroquim “cujo prestígio a Instrução Pública de Alagoas deve o surto da brilhante renovação que experimenta e sob cujas inspirações se fundou esta Revista” (*Revista de Ensino*, 1928-29, p. 74).

Em 1930, a *Revista de Ensino* passou a circular como órgão da Diretoria de Instrução Pública e da Sociedade Alagoana de Educação, instalada, no ano de 1929, em Alagoas. O periódico educacional expressou no Estado o pensamento ligado aos novos processos de ensino relacionado aos ideais escolanovistas, e agregava em torno de si nomes como do jornalista e historiador Craveiro Costa e do professor Auryno Maciel, diretor e redator respectivamente do periódico. Apresentamos a contracapa do primeiro número da *Revista de Ensino* publicada em janeiro de 1927.

Imagem 3 - Contracapa do 1º número da Revista de Ensino de 1927



Fonte: *Revista de Ensino*, Maceió, jan/fev, 1927.
 Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Através do estudo do periódico educacional e sua produção “é possível reconstruir, num momento dado, estágios de funcionamento e estruturação do campo educacional, movimentos de grupos de professores, disputas e atuações”. (CATANI; SOUSA, 2001, p. 242-243). A partir da análise do material publicado pela *Revista de Ensino* entre 1927 a 1931, identificamos que, grande parte das matérias veiculadas faziam referência ao movimento da renovação escolar. Entre os colaboradores mais frequentes estavam os professores ligados a Escola Normal de Maceió e aos Grupos Escolares existentes na capital. Os professores eram convidados a colaborar com a Revista através de ensaios ou plano de aula das respectivas disciplinas que ministravam. Publicavam-se programas do pré-escolar, do ensino primário e da Escola Normal.

Entre os temas que apareciam com maior frequência estavam a Escola Ativa, Lições de Coisas, Trabalhos Manuais e os novos processos de ensino. Divulgavam-se planos de aulas explicando detalhadamente como proceder segundo os parâmetros da escola renovada, principalmente para o professorado primário.

De acordo com o Programa dos Grupos Escolares, publicado pela *Revista de Ensino* em 1930, podemos verificar o reflexo da renovação escolar ocorrida em Alagoas, assim como, a importância do periódico na divulgação da nova pedagogia. No programa do primeiro ano encontramos as lições de coisas havendo, inclusive, uma nota para chamar à atenção dos professores que: “alguns assumptos poderão ser aproveitados para o centro de interesse. [...] A professora levará sempre que fôr possível, os objetos de que tratem as lições” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 67). Além das lições de coisas, encontramos no programa dos quatro anos do ensino primário, os trabalhos manuais. Conforme foi veiculado pela *Revista de Ensino* (1930, p.70), o aluno do primeiro ano deveria aprender:

- I- Dobrar em papel commum o quadrado e o rectangulo.
- II- Construir de papel objetos usuaes em geral: chapéos, estojos, barquinhas, caixinhas, envelopes, copos, sacos, etc.
- III- Cartonagem. Construir de papel encorpado sólidos estudados no 1º anno de Geometria.
- IV- Modelagem em barro dos sólidos geométricos apredidos no 1º anno e objetos de fórmias semelhantes: laranja, limão, manga, abacate, melão etc. Modelagem de outros objetos, taes como: tamancos, botinas, copos, tijellas, chcaras etc.
- V- Composições livre.

A análise do programa demonstra que houve a remodelação do método para atender à nova pedagogia; bem como, a utilização da *Revista de Ensino* como veículo propagador das novas práticas de ensino no final da década de 1920 e início de 1930.

O projeto de proporcionar ao magistério alagoano um periódico sobre temas relacionados à educação não era novo no estado, pois, sua origem remonta ao ano de 1891, com projeto semelhante, através da *Revista do Ensino* como “órgão do Pedagogium Alagoano, redigida por Francisco Domingues, Inácio Costa e Joaquim Inacio Loureiro” (COSTA, 1931a, p. 122). Em setembro de 1907, a *Revista do Ensino* ressurgiu como “publicação oficial da Diretoria da Instrução Pública, redigida por Alfredo de Araujo Rego, Virgílio Antonino, Salvador Calmon, Democrito Gracindo, Diegues Junior, Luiz Carlos e Benedito Cunegundes” (COSTA, 1931a, p. 127).

Em circulação desde janeiro de 1927, a *Revista de Ensino* foi “extinta quando Graciliano Ramos, em 1933, era Diretor da Instrução Pública” (AZEVEDO, 2001, p. 72). O escritor “ingressou como Diretor da Instrução Pública do Estado de Alagoas em 18 de janeiro de 1933” (SANTOS, 2013, p. 47). Segundo Azevedo (2001), o periódico educacional voltou a circular através do Dec. nº. 2225, de 30 de dezembro de 1936, quando foi aprovado novo regulamento da Instrução Pública. Graciliano Ramos afastou-se da Diretoria da Instrução Pública após sua prisão pelo governo de Getúlio Vargas. A interrupção do periódico educacional, durante o período em que Graciliano Ramos esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública de Alagoas, pode estar relacionada a motivações ideológicas entre o escritor e o grupo de intelectuais que estava à frente da *Revista de Ensino*, que representava naquele momento, a concepção pedagógica da Escola Nova ligada ao pensamento liberal.

A análise do material publicado na *Revista de Ensino* (1927-1931), e nos jornais pesquisados, nos permitiu reconstruir a história sob o ponto de vista de Bloch (2002), quando nos faz refletir que “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand] um conhecimento através de vestígios.” (BLOCH, 2002, p. 73). A procura dos vestígios deixados pelo movimento, em prol da renovação escolar em Alagoas, possibilitou recuperar uma fase da história da educação alagoana que até o momento da pesquisa ainda não havia sido objeto de estudo. O início da pesquisa foi marcado pela incerteza sobre a influência dos ideais da Escola Nova em Alagoas, porém, à medida que tivemos contato com as fontes constatamos

não apenas a influência dos ideais renovadores em Alagoas como a existência de medidas efetivas realizadas sob inspiração do movimento.

João Azevedo (2001) escreveu um texto denominado “Duas Décadas de Educação”, parte integrante do livro “Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais”, no qual analisa a influência da Escola Nova em Alagoas. Azevedo utiliza como referência o trabalho de Humberto Bastos “O desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas” (1939).

Bastos (1939) ao analisar o movimento da Escola Nova no Brasil e em Alagoas afirma que

a reforma ideológica que aqueles professores tentaram disseminar em todo o país não logrou o sucesso desejado. Em Maceió foi pequena a sua influência. E basta dizer que até 1935 poucos eram os municípios que contavam com grupos escolares no Estado, e em Maceió a escola isolada, sem higiene, sem conforto, proliferava assustadoramente (BASTOS, 1939, p. 21).

Segundo Azevedo, a influência da Escola Nova em Alagoas foi tão inexpressiva, que, sobre o assunto o *Jornal de Alagoas* publicou em 1º de abril de 1930 uma simples notícia “que significava, apenas, existir alguém, por aqui, preocupado com a nova idéia” (AZEVEDO, 2001, p. 73). Durante o trabalho de coleta das fontes, especialmente na consulta à *Revista de Ensino*, nos deparamos com realidade distinta da afirmação feita por Azevedo (2001).

Importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa foi analisar os escritos educacionais de João Craveiro Costa (1874-1934) sua prática como diretor escolar, bem como os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930. Com este intuito, verificamos que no período estudado existiu em Alagoas um grupo de intelectuais entre os quais, Costa que realizou um trabalho significativo para implantar as mudanças de acordo com a proposta do movimento escolanovista.

Apesar de afirmar que a influência da Escola Nova em Alagoas tenha sido reduzida, Bastos (1939) reconheceu o trabalho desenvolvido durante o governo de Costa Rego (1924-1928), pelo grupo de intelectuais que procurou introduzir reformas no sistema de ensino vigente e fez um balanço sobre a atuação do referido governo.

Houve – não há dúvida – melhoras na máquina escolar do Estado, melhora esta que se refletia quase que inteiramente em Maceió. O governador Costa Rego foi um dos que se interessaram com certo entusiasmo pela causa do ensino e no seu govêrno notou-se um grupo forte de professores que faziam um movimento interessantíssimo na cidade, promovendo conferências, publicando revistas, realizando refórmias e

reavivando o gôsto artístico da gente.[...] Dêsse período, da administração Costa Rego, útil para Maceió, ficou muita coisa interessante, ficou, sobretudo, o exemplo do interesse pela educação do povo. Dêsse tempo foi a Sociedade Alagoana de Educação que, entre outras coisas, tentou um Curso de Aperfeiçoamento de Professores, iniciativa do mais alto alcance. Eram presidente e vice-presidente da S.A.E. os srs. Adalberto Marroquim e Sidrônio Santa Maria (BASTOS, 1939, p. 17).

Precisamos esclarecer que, entre as melhorias citadas por Bastos (1939), apenas o interesse pela educação popular e o início da publicação da *Revista de Ensino* em 1927, estão relacionadas ao governo Costa Rego (1924-1928), pois a fundação da Sociedade Alagoana de Educação em 1929 e o curso de aperfeiçoamento para professores, proposto pela Sociedade Alagoana de Educação, em 1930, ocorreram quando o executivo estadual era comandado por Álvaro Paes (1928-1930).

Durante o governo de Costa Rego (1924-1924) foi intenso o movimento pela renovação escolar em Alagoas através da atuação do diretor da Instrução Pública, Adalberto Afonso Marroquim. Na administração de Álvaro Paes (1928-1930) ganhou destaque o trabalho do Dr. Sidrônio Augusto de Santa Maria à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública e de Miguel Arcanjo Batista, Diretor da Instrução Pública, órgão responsável pelo ensino primário.

A escola baseada nos preceitos da Escola Nova em Alagoas deu os primeiros passos com a professora Maria Ambrozzio que introduziu o Método Montessori no ensino pré-escolar do Grupo Diéguas Júnior, em 1922. Portanto, o movimento pela renovação do ensino em Alagoas começou no início da década de 1920 e perpassou os anos de 1930. Outros aspectos relevantes para a divulgação dos ideais escolanovistas em Alagoas foi o início da publicação da *Revista de Ensino* em 1927 e a fundação da Sociedade Alagoana de Educação em 1929.

Destacamos que a despeito do esforço empreendido pelos intelectuais alagoanos que procuraram mudar os rumos da educação no Estado, os mesmos tiveram que enfrentar o problema da escassez de investimentos na educação. Costa apresentou um quadro com o demonstrativo das receitas e despesas do governo no decênio de 1921 a 1930 que nos auxilia a analisar o período.

Quadro 5 - Receita e despesa estaduais em relação às despesas com o ensino no decênio 1921-1930

| Ano | Receita arrecada | Despesa realizada | Despesa com o ensino | Porcentagem |
|------|------------------|-------------------|----------------------|-------------|
| 1921 | 4.834:232\$000 | 5.935:182\$000 | 709:166\$553 | 15% |
| 1922 | 5.567:145\$000 | 5.369:580\$000 | 816:291\$180 | 15% |
| 1923 | 7.619:234\$000 | 7.100:400\$000 | 793:915\$560 | 10,5% |
| 1924 | 9.239:403\$000 | 9.342:874\$000 | 871:800\$000 | 9,5% |
| 1925 | 10.181:302\$000 | 10.860:643\$000 | 995:620\$000 | 10% |
| 1926 | 9.246:294\$000 | 10.355:726\$000 | 1.259:880\$000 | 13,5% |
| 1927 | 10.819:177\$000 | 11.018:746\$000 | 1.546:440\$000 | 14% |
| 1928 | 12.047:593\$000 | 12.635:553\$000 | 1.384:980\$000 | 11% |
| 1929 | 14.445:559\$000 | 14.568:720\$000 | 1.367:710\$000 | 9% |
| 1930 | 10.739:541\$000 | 10.990:008\$000 | 1.511:380\$000 | 14% |

Fonte: COSTA, 2011.

De acordo com as informações do quadro percebemos que entre os anos de 1921 e 1922 as despesas com o ensino foi de 15% e representaram o maior percentual destinado à educação em toda a década de 1920. O índice apresentou uma queda de 4,5% em 1923 e de 5,5% em 1924. No governo de Álvaro Paes, em 1929, o percentual destinado à educação apresentou o menor índice da década com apenas 9%. No alvorecer da década de 1930, as despesas com a educação representaram um aumento de 6% em relação ao ano anterior. A variação dos percentuais direcionados ao ensino de Alagoas, nos anos de 1920 e início de 1930, é significativa para compreender o período analisado e constatar o baixo investimento na educação.

3.5 A renovação escolar em Craveiro Costa

A leitura dos escritos produzidos por Costa no campo educacional, bem como de sua atuação como diretor escolar, nos permite identificar um intelectual que acompanhou e participou do debate, em curso no Brasil, a respeito dos caminhos trilhados pela educação a partir das décadas de 1920 a 1930, com a implantação de medidas reformistas em vários estados da federação. Sobre as reformas baseadas no ideal escolanovista Miguel; Vidal; Araújo (2011, p. 2) afirmam que: “no jogo político de que se valeram os educadores e políticos da educação para implementação das propostas reformistas, os debates em torno da

correta acepção de Escola Nova demarcavam as fronteiras entre inovadores e tradicionalistas”.

Dewey (2011) trata o surgimento da educação nova como “produto do descontentamento com a educação tradicional” (DEWEY, 2011, p.21), que não considerava o aluno como centro do processo educativo.

As propostas para a renovação escolar acompanharam também as mudanças no cenário político, econômico e social do Brasil na primeira metade do século XX. O crescimento de uma nova força econômica que emerge com a nascente industrialização do país, justifica a necessidade da formação de trabalhadores para exercer as atividades manuais, que não exigiam conhecimentos considerados enciclopédicos e sem utilidade na vida prática do trabalhador.

Os escritos educacionais de Costa demonstram que o mesmo assumiu, entre as décadas de 1920 a 1930, a concepção pedagógica vinculada ao debate realizado naquele momento no Brasil. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, após o momento de efervescência política, provocada pela deposição de Washington Luís, começa a ser articulado os rumos da educação e da cultura para se alinhar aos novos tempos. Nesse sentido, foi importante a realização da IV Conferência Nacional de Educação, em 1931, no Rio de Janeiro com o título: As Grandes Diretrizes da Educação Popular.

Sob a presidência do próprio chefe do governo provisório- Getúlio Vargas- e do ministro da Educação- Francisco Campos, os educadores presentes foram convocados por essas autoridades a definirem o ‘sentido pedagógico’ da Revolução de 1930, o qual se comprometiam a adotar na obra de reorganização do País, em que estavam empenhados, no tocante aos problemas de educação e ensino (LEMME, 2004, p. 94).

Na referida Conferência, foi articulado o movimento que culminou na elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, sob a presidência de Fernando de Azevedo “e como relatores Lourenço Filho, o reformador do ensino em São Paulo, e Anísio Teixeira, que já se empenhava a fundo nas reformas escolares do Distrito Federal” (AZEVEDO, 1976, p. 177). O Manifesto pela Educação Nova recebeu, no total, 26 assinaturas, além dos intelectuais já citados, também assinaram o Manifesto nomes como Sampaio Dória, Mario Casassanta, Attilio Vivacqua, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Noemy da Silveira, Cecília Meirelles, entre outros.

Encontramos nos escritos educacionais de Costa, a influência do pragmatismo do educador norte-americano John Dewey nos ensaios “A Escola Moderna” (1927), “Ensino de História Pátria” (1927), e “A moderna concepção da Escola” (1930). No primeiro artigo citado, o autor defende a concepção de que a escola primária deve formar o cidadão para a vida e romper com a velha escola de caráter tradicional em favor de uma escola progressiva baseada no interesse pelo estudo e na relação direta entre a experiência cotidiana do aluno e o conhecimento produzido em sala de aula.

Precisa, por isso, de agir, principalmente, no sentido da educação moral, da educação cívica, da educação profissional, de maneira que o menino, ao deixá-la, seja para adquirir mais vastos conhecimentos literários, preparando-se para qualquer das profissões liberais, seja para se entregar à luta pela vida (COSTA, 2011, p. 130).

No ensaio “A Escola Moderna”, Costa reconhece os avanços alcançados pela escola, porém, constata que a mesma “conserva aquela detestável organização e aquela errônea finalidade da escola dos de minha geração”, (COSTA, 2011, p. 129). A escola descrita por Costa era baseada na memorização e representou a nítida oposição do autor com relação à organização da escola tradicional que não conseguia despertar o interesse e o prazer do aluno pelo estudo. Além da organização que não incentivava a solução dos problemas da vida diária, a escola precisava conviver com professores autoritários e sem estímulo por receberem salários baixíssimos. O fragmento abaixo demonstra a análise de Costa sobre o ensino primário ministrado nas escolas de Alagoas entre as décadas de 1920 e 1930.

Com um professor ríspido, miseravelmente pago pelo governo, para incutir na cabeça da criança os fastidiosos conhecimentos da instrução primária - desde o silabar monotonamente cantado as fatigantes regras gramaticais; desde os pesados exercícios aritméticos que tinham como ponto de partida e decoração da tabuada, à subtração martirizante das quatro operações, sem o cultivo do raciocínio pela pesquisa da solução dos problemas, com aplicação às necessidades práticas da vida (COSTA, 2011, p. 129).

Segundo Costa, o ensino baseado na memorização de pontos está fadado ao fracasso, por isso, defendia o melhor preparo dos professores para o exercício do magistério. De acordo com a concepção preconizada pela Escola Nova, a aprendizagem do aluno vai depender diretamente do interesse que ele venha a ter pelos conteúdos, sendo importante nesse aspecto o papel exercido pelo professor e sua capacidade para estimular o aprendizado da criança. John Dewey em “Democracia e Educação” (1959) afirma que “o papel do educador na empresa da educação é proporcionar o ambiente que provoque reações ou “respostas” e dirija o curso do educando”. (DEWEY, 1959, p. 199). Nesse sentido, cabe ao professor não apenas a função de transmitir os conteúdos, mas proporcionar ao aluno maior participação na

construção do conhecimento para que possa exercer um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem.

No ensaio intitulado “Ensino de História Pátria”, publicado em 1927 na *Revista de Ensino*, Costa analisa a organização dos programas de História do ensino primário, e assim como Dewey, faz uma crítica ao ensino da disciplina, com base no modelo tradicional, em que o conteúdo está associado ao estudo de acontecimentos e fatos que marcaram as gerações passadas; e, desde então os conteúdos eram trabalhados com os alunos das séries iniciais. Segundo Costa não há “nada mais fastidioso para todos os alunos dos cursos primários do que sua iniciação na História Pátria” (COSTA, 2011, p. 101), isso acontecia porque “o processo é ainda puramente mnemônico. A lição é dada por meio de pontos, à decoração, nas classes mais adiantadas, e narrativas diante da classe, nos anos inferiores”. (COSTA, 2011, p. 103). Para o autor, a metodologia do ensino da História Pátria nas séries iniciais não conseguia despertar o interesse do aluno para os estudos.

Na visão de Costa, a falta de interesse do aluno da escola primária para o estudo disciplina, acontecia porque o mesmo era obrigado a memorizar fatos sem significado para sua faixa etária. Para o estudo da História do Brasil “começam dos fatos mais remotos, evocando episódios destituídos de interesse educativo e exumando figuras coloniais sem expressão, inteiramente mortos, cuja ressurreição histórica não aproveita à infância” (COSTA, 2011, p. 101). O autor considera que o mais adequado para essa faixa etária era “começar dos fatos mais modernos”, e mais significativos da história do Brasil, pois para despertar interesse e curiosidade da criança o ensino deveria girar em torno da “Proclamação, da República. do Segundo Império; da Regência; da Independência” (COSTA, 2011, p. 102).

Ao questionar os critérios adotados na organização dos programas de História Pátria, Costa reporta-se ao educador norte-americano:

Dele, acentuando a sua erronia, disse Dewey, numa conferência notável: “Se encararmos a história como narração de fatos passados é bem difícil legitimar-se-lhe a presença do programa de instrução primária”. O passado é o passado: é preciso deixar que os mortos enterrem seus mortos” (DEWEY, apud COSTA, 2011, p. 101).

Para Dewey “a segregação que mata a vitalidade da história é o resultado de divorciá-la dos presentes aspectos e interesses da vida social. O passado em sua qualidade de passado é coisa que já não nos importa” (DEWEY, 1959, p. 235).

Segundo o filósofo norte-americano, o passado enquanto tal, somente nos interessa quando nos ajuda a compreender o presente. Nesse sentido, o autor defende uma concepção pragmática do ensino. Ou seja, todo o conteúdo a ser ministrado na escola deve ter utilidade prática na vida do aluno. De acordo com Dewey “o verdadeiro ponto de partida da história é sempre alguma situação atual com os seus problemas” (DEWEY, 1959. P. 236). Para que o ensino da história e da geografia tenham significado é necessário priorizar o interesse do aluno, a partir de suas necessidades e experiências, por que “se a geografia e a história forem ensinadas como matérias já feitas e sistematizadas que um indivíduo estuda simplesmente porque o mandaram à escola, é natural que aprenda igualmente grande número de conhecimentos, mas sobre coisas remotas e estranhas à experiência quotidiana” (DEWEY, 1959. p. 229-230).

No artigo intitulado “A moderna concepção da Escola” publicado no *Jornal de Alagoas* em 1930, Costa analisa a organização dos métodos e técnicas empregados na escola primária de Alagoas e defende a reforma dos programas e a adequação do ensino de acordo com a idade e interesse do aluno, o qual deve ser preparado desde cedo para o trabalho. Segundo Costa a escola

preciza evoluir para a escola despida daquelles processos de tortura moral e física que Montaigne já assinalava como pertencente ao período da barbárie pedagógica; precisa evoluir para a escola de que nos fala Claparède, que deve repouzar no conhecimento da criança como a horticultura repouza no conhecimento das plantas; precisa evoluir para a escola educativa, que faça desabrochar na alma infantil pendores apreciáveis para o trabalho, para as exigencias materiaes da vida (COSTA, 1930a)⁴⁹.

A alusão de Costa ao modelo da escola antiga, que foi descrita por Montaigne como o período da barbárie pedagógica, e a necessidade da mesma em evoluir para uma escola educativa para despertar na criança desde cedo o amor ao trabalho, segundo a concepção de Claparède, evidencia a influência dos ideais escolanovistas sobre o pensamento de Costa, pois, para o autor a escola deve formar para o trabalho e atender as exigências materiais da vida.

3.5.1 A construção da primeira Casa Escola de Alagoas: Grupo Escolar D. Pedro II

Em Alagoas, a falta de prédios adequados ao ensino representou um grande problema para o desenvolvimento das atividades escolares. Segundo Vilela (2001) até meados do século

⁴⁹ COSTA, Craveiro. A moderna concepção da Escola. *Jornal de Alagoas*, 1930.

XIX os inspetores paroquiais negociavam diretamente com os proprietários as casas que eram transformadas em salas de aulas para abrigar os alunos do ensino primário e secundário. A situação foi alterada a partir de 1868 quando, “tais contratos ficaram sob a responsabilidade dos professores que, para isso, contavam com gratificação fixada em lei” (VILELA, 2001, p. 49).

O Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Tomaz Espíndola, no relatório apresentado ao presidente da província, Antônio Monteiro de Barros em 1869, ao comentar sobre o aluguel das escolas pelos professores afirmou que:

Em verdade trouxe a vantagem de regular e facilitar a cobrança dos referidos aluguéis, mas, em contraposição, trouxe a desvantagem de serem alugadas casas que não têm a posição, edificação, cômodos e asseios precisos para o fim para que são destinadas. Consequentemente, ela é mais inútil do que útil (ESPÍNDOLA, apud VILELA, 2001, p. 49).

Costa (2011, p. 46), ao analisar a situação da educação em Alagoas durante o regime monárquico apresenta um quadro negativo e afirma que:

a obra educacional do Império, ou antes, a sua obra de alfabetização, na Província, foi deplorável. Quanto ao número, quanto aos resultados e quanto à ação direta do governo no mecanismo escolar - ausência de fiscalização, de instalação, de metodização e de garantia para o magistério.

A Instrução Pública de Alagoas durante o regime Imperial foi desolador, situação esta, que permaneceu após o regime republicano, pois “seguiu em matéria de instrução pública, a tradição do regime antigo” (COSTA, 2011, p. 46).

A partir de 1904, a direção da Instrução Pública ficou a cargo do Dr. Alfredo de Araújo Rego, que passou dez anos na função. Costa considerou a administração proveitosa, embora segundo palavras do próprio diretor o ensino público era considerado uma “burla, uma anomalia administrativa”. Costa fez elogios a Araújo Rego, mas tece críticas ao governo da oligarquia Malta e as constantes disputas partidárias que deixava os interesses coletivos em segundo plano sem a devida preocupação com a escola e com os professores. Costa ao retratar a situação das escolas durante a Oligarquia Malta (1900-1912) afirma que:

as casas escolares eram ‘infectos casebres’, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam, diante de um indivíduo arvorado de professor, algumas dezenas de crianças, a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silabário, da tabuada e do catecismo. Não havia uma só escola instalada em prédio próprio; todas funcionavam em casas comuns, de aluguel, desprovidas dos requisitos mais elementares de higiene (COSTA, 2011, p. 49).

Costa foi um grande opositor da Oligarquia Malta (1900-1912). No trabalho apresentado ao Ministério da Educação em 1931, não minimizou as críticas ao estado lastimável das escolas no período governado pelos irmãos Malta.

De acordo com Vilela (2001), a construção da primeira Casa Escola de Maceió começou a ser articulada em 1879, durante a presidência de Cincinato Pinto da Silva (1878-1880), que diante da falta de instalações para o funcionamento das escolas, promoveu uma campanha com o objetivo de arrecadar donativos junto à população para construir o primeiro prédio destinado a Instrução na capital alagoana. Foram nomeadas duas comissões, uma em Maceió, e outra em Penedo. O imponente prédio foi inaugurado em nove de junho de 1881, onde funcionou inicialmente a Escola Prática da Praça das Princesas (seção masculina e feminina).

Durante algum tempo ali esteve instalada a Escola Prática para ambos os sexos, cumprindo assim os desejos do povo.

Porém anos após, houve um governo que resolveu acabar com a importantíssima instituição escolar e a Escola Prática fora substituída no velho e pequeno edifício pelo Senado Estadual; a infância cedia seu lugar á velhice (MARQUES, apud VILELA, 2001, p. 59).

Imagem 4 - Grupo Escolar D. Pedro II



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1924.

Em maio de 1892, o prédio foi cedido ao Supremo Tribunal do Estado. As atividades escolares voltaram a ocupar o prédio no final da década quando foi instalada “a seção feminina da Escola Graduada, a esta sucedendo-se a seção feminina da Escola Modelo” (VILELA, 2001, p. 60). Finalmente a Escola Modelo foi transformada em Grupo Escolar Modelo Pedro II “através do decreto n. 43, de 2 de dezembro de 1925” (VILELA, 2001, p. 60), em comemoração ao centenário de nascimento do Imperador. O pavilhão Montessori foi construído em 1926, nos fundos do edifício para abrigar o Jardim de Infância. O quadro que segue apresenta o número de edifícios escolares em Maceió e demonstra que apenas 10 prédios haviam sido construídos para abrigar escolas.

Quadro 6 - Prédios Escolares existentes em Maceió em 1930

| | | |
|------|--|--------------------------|
| I | Construídos pelo governo do Estado | 10 |
| II | Adquiridos pelo governo do Estado | 6 |
| III | Alugados pelo governo do Estado | Não conseguimos o número |
| IV | Cedidos gratuitamente pelos governos municipais | 1 |
| V | Cedidos gratuitamente por particulares | 0 |
| VI | Onde funcionam dois turnos escolares | 4 |
| VII | Destinados exclusivamente a jardins de infância | 0 |
| VIII | Destinados exclusivamente a escolas primárias | 16 |
| IX | Destinados exclusivamente a escolas complementares | 0 |
| X | Destinados exclusivamente a escolas normais | 1 |
| XI | Destinados a fins mistos | 0 |

Fonte: COSTA, 2011.

Conforme o “Documentário de uma administração: 1934-1940”⁵⁰, lançado em 1995, a construção de prédios escolares apresentou melhores índices a partir do governo do Presidente Getúlio Vargas (1934-1937), durante a gestão de Osman Loureiro de Farias (1934-1940). No período foram construídos em Alagoas “vinte e oito grupos, inclusive dois na capital, onde outras duas escolas foram adaptadas às novas exigências didáticas”. Osman Loureiro governou Alagoas “primeiramente como Interventor, depois, em decorrência da Constituinte de 1934, no período que vai de 27 de maio de 1935 a 24 de novembro de 1937, como Governador constitucionalmente eleito, e finalmente com o golpe de 1937, [...] mais uma vez como Interventor” (VERÇOSA, 2006, p. 133). Nesse governo, “o sistema primário de Educação vai conhecer certo desenvolvimento, graças, sobretudo à ajuda federal que, a partir

⁵⁰ Edição comemorativa do centenário de nascimento de Osman Loureiro. O documentário foi organizado para enfatizar a administração do Interventor. O material foi produzido em 1995 e não possui paginação.

do movimento de 30, assumirá finalmente seu papel de suplência no desenvolvimento da rede escolar de Estados pouco desenvolvidos como Alagoas.” (VERÇOSA, 2006, p. 133).

De acordo com os dados fornecidos pelo Departamento de Instrução Pública publicado na *Revista de Ensino*, no bimestre de janeiro a fevereiro de 1930, a estatística dos cinco grupos escolares que existiam em Maceió e dos cinco no interior de Alagoas em 1929, contava com 1267 alunos matriculados na capital com a frequência média de 1001 alunos. Entre os cinco grupos do interior, o número de matrículas correspondia a 1125 alunos com frequência média de 858 alunos.

Para maiores informações sobre a matrícula e frequência dos alunos entre 1929, 1930 e 1931, apresentamos os quadros (5, 6 e 7), para acesso aos dados.

Quadro 7 - Estatística dos Grupos Escolares da capital e do interior no 2º Semestre de 1929

| Nº | Municípios | Denominações | Número de alunos matriculados | | Total | Freq. Média | | Total |
|-------------|---------------------|-------------------|-------------------------------|------|-------|-------------|------|-------|
| | | | Masc. | Fem. | | Masc. | Fem. | |
| 1 | Maceió | D. Pedro II | 107 | 171 | 278 | 82 | 148 | 230 |
| 2 | Maceió | Fernandes Lima | 143 | 149 | 292 | 118 | 127 | 245 |
| 3 | Maceió | Cincinato Pinto | 56 | 87 | 143 | 32 | 59 | 91 |
| 4 | Maceió | Diegues Júnior | 109 | 208 | 317 | 87 | 168 | 255 |
| 5 | Maceió | Tomaz Espindola | 79 | 158 | 237 | 57 | 129 | 180 |
| Sub-total | | | 494 | 773 | 1267 | 370 | 631 | 1001 |
| Interior | | | | | | | | |
| 1 | Capela | Torquato Cabral | 139 | 136 | 275 | 112 | 118 | 230 |
| 2 | Camargibe | Ambrozio Lira | 71 | 91 | 162 | 35 | 72 | 107 |
| 3 | Pilar | Oliveira e Silva | 120 | 57 | 177 | 38 | 95 | 183 |
| 4 | S. Luís do Quitunde | Messias de Gusmão | 118 | 112 | 260 | 96 | 112 | 208 |
| 5 | União | Rochá Cavalcante | 114 | 137 | 251 | 77 | 103 | 180 |
| | | | 562 | 563 | 1125 | 358 | 500 | 858 |
| Total Geral | | | | | 2392 | | | 1859 |

Departamento Geral da Instrução Pública de Alagoas.

Fonte: *Revista de Ensino*, jan/fev, 1930, p. 94.

O quadro que segue apresenta o demonstrativo dos grupos escolares existentes no Estado de Alagoas em 1930, assim como, o número de alunos matriculados que frequentaram a escola durante o ano.

Quadro 8 - Quadro Comparativo do 1º Semestre de 1930

| Nº | Municípios | Grupos Escolares e Escolas Reunidas | Matrícula | | Total | Freq. Média | | Total |
|----|---------------------|-------------------------------------|-----------|------|-------|-------------|------|-------|
| | | | Masc. | Fem. | | Masc. | Fem. | |
| 1 | Maceió | D. Pedro II | 130 | 183 | 313 | 98 | 153 | 251 |
| 2 | Maceió | Fernandes Lima | 156 | 188 | 344 | 119 | 160 | 279 |
| 3 | Maceió | Cincinato Pinto | 67 | 93 | 160 | 38 | 53 | 91 |
| 4 | Maceió | Diéguas Júnior | 130 | 210 | 340 | 99 | 168 | 267 |
| 5 | Maceió | Tomaz Espíndola | 78 | 173 | 251 | 57 | 136 | 193 |
| | | | 561 | 847 | 1.048 | 411 | 670 | 1081 |
| 1 | Capela | Torquato Cabral | 113 | 99 | 212 | 83 | 82 | 165 |
| 2 | Camaragibe | Ambrozio Lira | 60 | 66 | 126 | 35 | 60 | 95 |
| 3 | Pilar | Oliveira e Silva | 143 | 89 | 232 | 116 | 67 | 183 |
| 4 | S. Luís do Quitunde | Messias de Gusmão | 89 | 119 | 208 | 68 | 91 | 159 |
| 5 | União | Rochá Cavalcante | 81 | 153 | 234 | 62 | 114 | 176 |
| | | | 500 | 535 | 1.035 | 374 | 417 | 791 |
| | | 1930 | | | 2.443 | | | 1.872 |
| | | 1931 | | | 3.552 | | | 2.728 |

Fonte: COSTA, 2011.

Segundo Costa (2011), em 1930, a população de Alagoas somava 1.113.100 habitantes. A capital contava com 89.000 habitantes e possuía 42 escolas estaduais, 25 particulares e municipais. Costa nos informa que no demonstrativo geral de matrícula e frequência das Escolas Isoladas e Grupos Escolares do mesmo ano, havia 333 Escolas Isoladas e 10 Grupos Escolares em Alagoas. No total, havia 12.349 alunos matriculados nas Escolas Isoladas, e 2.936 nos Grupos Escolares, que somados correspondem a 15.285 alunos matriculados pelo sistema estadual, com a frequência média de 10.482 estudantes.

No fim do regime oligárquico, Alagoas possuía “uma população em idade escolar de mais de 100.000 crianças e jovens” (VERÇOSA, 2066, p. 132). De acordo com tal realidade, o percentual de alunos que frequentavam a escola primária em 1930 atingia a cifra de 10,48%, número que apresenta um *déficit* de 89,52% de alunos que estavam fora da escola. A análise

dos números demonstra que a educação em Alagoas era um privilégio reservado a uma pequena parcela da população no final da década de 1920 e início de 1930.

Quadro 9 - Estatística dos Grupos Escolares de Maceió e do interior em 1931

| Nº | Municípios | Grupos Escolares e Escolas Reunidas | Matrícula | | Total | Freq. Média | | Total |
|-----------|---------------------|-------------------------------------|-----------|------|-------|-------------|------|-------|
| | | | Masc. | Fem. | | Masc. | Fem. | |
| 1 | Maceió | D. Pedro II | 138 | 267 | 405 | 90 | 187 | 277 |
| 2 | Maceió | Fernandes Lima | 148 | 166 | 314 | 122 | 172 | 294 |
| 3 | Maceió | Diéguas Júnior | 119 | 156 | 275 | 99 | 132 | 231 |
| 4 | Maceió | Tomaz Espíndola | 93 | 168 | 261 | 43 | 136 | 179 |
| 5 | Maceió | Cincinato Pinto | 42 | 71 | 113 | 25 | 52 | 77 |
| 6 | Maceió | Tavares Bastos | 146 | 176 | 322 | 97 | 130 | 227 |
| Sub-total | | | 686 | 1004 | 1690 | 476 | 809 | 1285 |
| 1 | Capela | Torquato Cabral | 130 | 186 | 316 | 114 | 160 | 274 |
| 2 | Camaragibe | Ambrozio Lira | 52 | 87 | 139 | 30 | 49 | 79 |
| 3 | Pilar | Oliveira e Silva | 78 | 169 | 247 | 54 | 109 | 163 |
| 4 | S. Luís do Quitunde | Messias de Gusmão | 89 | 119 | 208 | 68 | 91 | 159 |
| 5 | União | Rochá Cavalcante | 115 | 141 | 256 | 79 | 111 | 190 |
| 6 | Alagoas | Deodoro | 80 | 100 | 180 | 64 | 80 | 144 |
| 7 | Leopoldina | Aristeu de Andrade | 40 | 40 | 80 | 20 | 32 | 52 |
| 8 | Penedo | Gabino Bezouro | 178 | 258 | 436 | 142 | 240 | 382 |
| | | | 762 | 1100 | 1862 | 571 | 872 | 1443 |

Fonte: COSTA, 2011.

Em agosto de 1931, quando apresentou os números sobre a Instrução Pública de Alagoas ao Ministério da Educação, Costa, atualizou as informações sobre a quantidade de grupos escolares da capital e do interior em relação a 1930. Maceió contava em 1931, com seis grupos escolares e oito no interior. O Tavares Bastos, que até 1929 era Escola Reunida, foi reconstruído e transformado em Grupo Escolar com a mesma denominação. Entre 1930 e 1931, o interior do Estado foi contemplado com mais três unidades escolares nos municípios de Alagoas, Leopoldina e Penedo. O quantitativo de grupos escolares da capital e do interior do Estado no final da década de 1920 e início de 1930 demonstram que, a despeito do projeto republicano em que a proposta era reunir o maior número de alunos no Grupo Escolar, com objetivo de ampliar a oferta de vagas na escola pública, para atender às massas populares, ainda não constituía uma realidade em Alagoas.

3.5.2 A atuação de Craveiro Costa na direção dos grupos escolares Diéguas Júnior e D. Pedro II (Escola Modelo)

Souza (2006) ao estudar a origem dos Grupos Escolares no Brasil afirma que:

foi implantada pela primeira vez no país em 1893, no estado de São Paulo, e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular (SOUZA, 2006, p. 35).

A renovação da escola primária, ocorrida no final do século XIX, em São Paulo, “teve um profundo significado político, social e cultural” (SOUZA, 2006, p. 51) e fez parte do ideal republicano para modernizar a sociedade brasileira. No contexto social, vivenciado nas primeiras décadas do Brasil republicano, a criação dos Grupos Escolares tinha como objetivo “a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios” (SOUZA, 2006, p. 67), e principalmente, a diminuição dos custos com a educação popular.

A análise feita por Souza (2006) a respeito do projeto republicano para a educação das massas populares demonstra que houve uma valorização do papel do professor, porque este passou “a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica” (SOUZA, 2006, p. 70). De acordo com a autora, o Grupo Escolar passou a representar um espaço de afirmação dos profissionais ligados à educação, e também “favoreceu a multiplicação de outra categoria profissional: o diretor” (SOUZA, 2006, p. 70).

Recorremos à perspectiva de análise de Souza (2006) para compreender o *status* adquirido por quem ocupava o cargo de diretor escolar naquele período. Nesse sentido, analisamos o trabalho de Costa como diretor de dois Grupos Escolares da capital alagoana: Diéguas Júnior e D. Pedro II (Escola Modelo).

Costa assumiu a direção do Diéguas Júnior em “1º de outubro de 1922” (SILVEIRA, 1983, p. 128), após seu retorno do Acre, onde trabalhou no Departamento do Alto Juruá, de onde trouxe na bagagem a experiência adquirida através de sua atuação como Inspetor Escolar, lente de História Universal, Diretor do Liceu Afonso Pena e do Grupo Escolar Brasil. No Acre, atuou também como Inspetor de Instrução Pública. As funções exercidas no extremo norte do país ofereceram a Costa as credenciais necessárias para o desenvolvimento de seu

trabalho na educação alagoana como diretor escolar. No ensaio “Escola Mista”, publicado em 1931, pela *Revista de Ensino*, Costa fez referência ao seu trabalho como diretor e afirma que: “organizei e dirigi, durante cinco anos o grupo escolar Diéguas Júnior”, entre 1922 a 1927.

O historiador Manuel Diéguas Júnior nos ajudou a situar o começo do trabalho de Costa como diretor escolar na capital alagoana.

Seu retorno a Maceió, vindo do Acre onde passara longo tempo, coincidiu com a morte de meu pai, a quem então substituiu como Diretor do Grupo Escolar ‘Diéguas Júnior’, de onde nos meus dez anos, era eu aluno. Fundado por meu pai, como escola primária, recebeu o título de Grupo Escolar e o nome de seu fundador, por ato do Governador Batista Accioly, que igualmente construiu prédio próprio para abrigá-lo (DIÉGUES JÚNIOR, 1973)⁵¹.

Para analisar os escritos educacionais e a atuação de Costa, como diretor dos Grupos Escolares Diéguas Júnior e D. Pedro II, foi necessário compreender o significado que as novas propostas pedagógicas adquiriram entre as décadas de 1920 a 1930, na tentativa de romper com o ensino tradicional. De acordo com as fontes consultadas, Costa desenvolveu seu trabalho com base nos princípios da escola renovada, procurando despertar o interesse do aluno pelo aprendizado. Sua administração no Diéguas Júnior, também foi marcada pelas festividades que promovia entre a família e a comunidade escolar no bairro da Pajuçara.

Imagem 5 - Grupo Escolar Diéguas Júnior



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1924.

⁵¹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Orelha. In: COSTA, Craveiro. *A Conquista do Deserto Ocidental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Camara (2013, p. 202), ao discorrer sobre os princípios básicos da Escola Nova afirma que:

o ponto de partida da escola era o princípio da observação. A partir das disciplinas de observação e das práticas desenvolvidas nas escolas os professores ensinavam os alunos a observar [...] Excursões escolares às fábricas, às oficinas, aos jardins botânicos, às lavouras, aos museus, e o cinema educativo constituíam os novos meios de atividades e campos de observação.

O método intuitivo, ou lições de coisas, surgiu na Alemanha no final do século XVIII “e consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação” (SOUZA, 2006, p. 42). Como diretor do Grupo Escolar Diégues Júnior, Costa procurou renovar o ensino meramente instrucional baseado na memorização de conteúdos para um ensino que permite ao aluno aprender fazendo, para aproveitar a curiosidade natural da criança. O fragmento extraído da *Revista de Ensino* nos informa que:

O grupo escolar Diegues Junior iniciou no dia 19 uma série de lições de coisas por meio de demonstrações praticas, nas nossas fabricas. A utilidade dessas lições não precisa encarecimento; ressalta, e realiza o velho preceito pestalozziano de que a melhor lição é a que entra pelos olhos (*Revista de Ensino*, 1927, p. 73).

Adepto do ensino ativo, Costa adotou práticas escolares para estimular o interesse dos alunos como ficou demonstrado na visita que organizou a uma fábrica de sabão e sabonete, conforme foi publicado pela *Revista de Ensino* em 1927.

o diretor daquele estabelecimento de ensino e educação, o nosso confrade Craveiro Costa, acompanhado das professoras do 3º e 4º annos e alumnos dessas duas classes, de ambos os sexos, fez uma visita à importante fabrica de sabão e sabonete dos srs. Loureiro Barbosa e C^a. (*Revista de Ensino*, 1927, p. 73).

Durante a visita às instalações da fábrica, os alunos deveriam fazer as anotações “para descrições, que terão de apresentar ao director da escola” (*Revista de Ensino*, 1927, p. 73). Segundo Costa, a escola deve oferecer ao aluno a possibilidade de realizar aulas práticas, através de experiências reais de acordo com a disciplina e conteúdo ministrado, uma vez que na escola exclusivamente livresca,

a preocupação do mestre não vae além – comprovar que meia duzia de meninos, ao findar do ano letivo, decorou regularmente algumas regras de gramatica, algumas teorias de aritmetica, algumas datas e alguns episodios da historia nacional, embora esses meninos só fiquem sabendo isso mesmo, isso que a memória pôde reter sem assimilar, para a fita pedagógica do exame, e sem utilidade alguma para os efeitos imediatos da vida prática (COSTA, 1930)⁵².

⁵² COSTA. Craveiro. A moderna concepção da escola. *Jornal de Alagoas*, 1930.

Segundo a concepção de Costa, o método expositivo da escola tradicional, em que o aluno era um mero expectador, que precisava estudar e decorar lições, para prestar o exame do final do ano, não possuía finalidade prática, pois não apresentava relação com a vida do aluno.

3.5.3 A criação do Jardim de Infância e a adoção do Método Montessori no Grupo Escolar Diéguas Júnior

No livro “Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & Outros Ensaio” (2011), Costa classifica as escolas primárias em infantis e fundamentais segundo a legislação de 1925.

As escolas infantis, denominadas jardim de infância, servem de intermediárias entre a família e a escola, iniciam a educação pré-escolar das crianças de ambos os sexos, num curso de dois anos. Essa instituição foi fundada no Estado em 1923 pelo autor desse trabalho, quando diretor do grupo escolar ‘Diéguas Júnior’ (COSTA, 2011, p. 81).

Segundo Costa, até o momento não havia instituições para atender especificamente o Jardim de Infância e, por esta razão, funcionavam junto aos grupos escolares a exemplo do Pavilhão Montessori, construído em 1926, que funcionava em prédio anexo ao Grupo Escolar Pedro II. Sem possuir instalações próprias para seu funcionamento o Jardim de Infância “tal como está funcionando, vai correspondendo ao seu objetivo e é servido por professores hábeis na especialidade, que seguem rigorosamente os processos educativos de Montessori e Decroly” (COSTA, 2011, p. 82). Com a reforma do Regulamento de Instrução Pública em 1925, através do Decreto nº. 1140, de 19 de setembro “criou cursos idênticos em mais dois grupos escolares da capital e, ultimamente, foi fundado curso semelhante no grupo escolar ‘Oliveira e Silva, na cidade do Pilar” (COSTA, 2011, p. 81).

Em 1930, a *Revista de Ensino* publicou o programa do curso pré-escolar⁵³, no qual encontramos a informação que “o material didactico adoptado é o da insigne educadora italiana Dra. Maria Montessori. Esperamos variá-lo mais adiante com os interessantes jogos de Decroly, considerados hoje os melhores diversorios educativos infantis” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 120).

Ovide Decroly (1871-1932) “estudou longamente a psique infantil, partindo justamente dos anormais, que ele considerava muito interessante para a educação, em vista

⁵³ O programa do curso pré-escolar, de 1930, pode ser lido na íntegra em Anexo A.

não só de sua recuperação através de um ensino ‘acurado’ e ‘prolongado’ (CAMBI, 1999, p. 527)”. Contrário ao programa uniforme e verbalista da escola tradicional, para o psicólogo, a criança precisa ser conhecida individualmente, para se respeitar “tanto as épocas de amadurecimento das várias crianças quanto os comportamentos afetivo-cognitivos típicos da mente infantil” (CAMBI, 1999, p. 527). Segundo o psicólogo belga, a criança deve ser estimulada “por um interesse que se caracteriza pelo vínculo que se estabelece com as necessidades fundamentais do homem” (CAMBI, 1999, p. 528). Nesse sentido, o professor deve estimular o aprendizado das crianças através de exercícios de vida prática e para “desenvolver o espírito de colaboração e cooperação, a educadora criará também um centro de interesse, escolhendo assuntos fáceis para servirem de thema, taes como os alimentos, os meios de transporte, os peixes, as aves, os quadrúpedes etc.” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 120). De acordo com a pedagogia da Escola Nova, a atividade educativa deve partir da realidade vivida pela criança.

O Método Montessori foi adotado no Grupo Escolar Diégues Júnior em 1922, no período em que Costa era diretor do estabelecimento, através do trabalho da professora Maria Rosália de Ambrozzio, que se tornou uma referência na utilização da pedagogia empregada pela educadora italiana. Conforme a matéria publicada na *Revista de Ensino* em 1929 “coube á nossa distincta collega, Sta. Maria Rosalia de Ambrozzio, nossa assídua colaboradora, então encarregada da classe pré-escolar daquelle Grupo, a incumbência de inaugurar entre nós os trabalhos da insigne preceptora romana” (*Revista de Ensino*, 1929, p. 96).

Segundo a referida matéria, antes do trabalho realizado por Costa na diretoria do Diégues Júnior, o nome da educadora italiana ficava restrito a uma pequena parcela da elite intelectual do Estado como demonstra o fragmento:

Quando o Grupo Escolar “Diégues Junior”, em 1922, então sob a direção do Sr. Craveiro Costa, pela primeira vez em Maceió tornou conhecidas as lições de cousas de acordo com o material montessorico, o nome da gloriosa mestra era apenas familiar da nossa elite, através dos encarecimentos críticos e literários do seu famoso livro “O Método da Pedagogia Scientifica...” (*Revista de Ensino*, 1929, p. 96).

Imagem 6 – Classe pré-escolar do Grupo Diéguas Júnior



Fonte: *Revista de Ensino*, Maceió, nov/dez-jan/fev, 1928/29.

A classe pré-escolar do Diéguas Júnior, sob a regência da professora Maria Rosália de Ambrozzio, nos possibilita analisar vários aspectos sobre o ensino ministrado no referido Grupo Escolar. O primeiro, diz respeito ao número de alunos com a média de 23 por sala. O segundo refere-se à utilização do uniforme, com os meninos usando uma espécie de touca e camisa de mangas compridas, enquanto as meninas usavam gravata. Diferentes modelos de uniformes podem está associados às atividades diversificadas que eram ministradas, de acordo com a classe feminina ou masculina. A imagem nos remete a uma escola que era freqüentada por um grupo seletivo de alunos, provenientes de famílias com condições de custear as despesas na compra do material escolar e do uniforme exigidos pela direção do Grupo Escolar. Outro aspecto importante refere-se à localização do Diéguas Júnior, no bairro da Pajuçara, área central de Maceió, frequentado por alunos de famílias mais abastadas economicamente. Tais informações nos permitem traçar o perfil sócio-econômico dos alunos que eram matriculados no referido estabelecimento de ensino em Maceió e demonstra que o ideal defendido pelo movimento renovador de uma escola para todos, sem distinção social, era uma realidade distante de ser alcançada em Alagoas na década de 1920.

A professora Maria Rosália de Ambrozzio, que aparece ao lado dos alunos, trabalhou no Diéguas Júnior quando Costa assumiu a direção do Grupo Escolar em 1922 e,

posteriormente, no Grupo Escolar D. Pedro II, onde ficou responsável pelo ensino do pré-escolar. Não conseguimos obter informação sobre o ano de transferência de Maria de Ambrozzio para o Grupo Escolar D. Pedro II, porém de acordo com o material consultado a remoção da professora pode ter ocorrido por volta de 1926, quando foi construído o Pavilhão Montessori anexo ao D. Pedro II.

Bernardes Júnior em “As Idéas Novas da Instrucção”, ao mencionar a prática do Método Montessori por Maria Rosália de Ambrozzio fez o seguinte questionamento: “Onde aprendeu? Quem lhe ensinou a executar com tanto carinho a obra da immortal pedagoga italiana? Ninguém. Correspondeu apenas a uma sugestão do sr. Craveiro Costa, quando director do Grupo Escolar ‘Diégues Junior’” (BERNARDES JÚNIOR, 1930a, p. 30-31). A partir da afirmação de Bernardes Júnior, podemos inferir que Maria de Ambrozzio começou a estudar e praticar o Método Montessori por sugestão de Costa e, nos permite afirmar que o trabalho desenvolvido por Costa no campo educacional ganhou repercussão na capital alagoana.

O trabalho realizado pela professora Maria de Ambrozzio e a prática do Método Montessori nos Grupos Escolares Diégues Júnior e D. Pedro II recebia elogios, através da imprensa local, com matérias e reportagens publicadas sobre o assunto.

Em 02 de junho de 1934, o *Jornal de Alagoas* publicou matéria denominada “O Método Montessori: uma ligeira visita ao nosso Jardim de Infância” assinada por Lygia Menezes, a qual informou que Maria de Ambrozzio fez uma viagem à Europa para aprimorar seus conhecimentos “onde teve a oportunidade de observar diversos Jardins de Infância, desde 1932, ella vem batendo pela criação de um Jardim Infantil em Maceió (*Jornal de Alagoas*, 1934)⁵⁴. A visita foi feita ao Pavilhão Montessori que funcionava anexo ao Grupo Escolar D. Pedro II. Lygia Menezes fez observações importantes sobre a organização do ensino e nos informa que o Pavilhão Montessori era subdividido em três pavilhões. O primeiro pavilhão era “destinado ao primeiro período da idade infantil, isto é: ás creanças de 3 a 4 annos.” (*Jornal de Alagoas*, 1934). Havia o segundo pavilhão sob responsabilidade da professora Elza Costa Ferreira, destinado às crianças de 4 a 5 anos. Em sua visita Lygia Menezes fez um balanço favorável e ficou admirada com a aula que assistiu –A do Repouso.

⁵⁴ O Methodo Montessori: uma ligeira visita ao nosso ‘Jardim de Infância. *Jornal de Alagoas*, Maceió, jun., 1934.

A um sinal da professora, todos os alunos se conservavam quietinhos, caladinhos e de olhos fechados como se estivessem dormindo. Passados cinco minutos, a professora fez novo sinal e eis-os novamente em actividade. – Aulas de cartonagem, desenhos de imaginação, etc. (*Jornal de Alagoas*, 1934).

A visita terminou no último pavilhão destinado ao terceiro período, isto é: às crianças de 5 a 6 anos.

Ahi, o talento e abnegação de Celeste de Pereira não medem sacrifícios ou esforços. Foi nesse pavilhão que me prendi por mais tempo, porque foi nelle, que Maria Ambrozzio, Diretora do Estabelecimento, teve a gentileza de mostrar-me todo o material da escola, explicando-me como são feitas as licções, e pondo em relevo, o encanto e a efficiencia do famoso Methodo Montessori, da qual é discipula conhecedora e devotada (*Jornal de Alagoas*, 1934).

Podemos afirmar que, a implantação do Método Montessori, enquanto Costa esteve à frente do Grupo Escolar Diégues Júnior (1922-1927), e o trabalho da professora Maria de Ambrozzio, representaram um marco para a educação pré-escolar e primária do Estado, porque rompeu com o modelo baseado na educação tradicional para adotar o modelo da escola ativa. Importante destacar que, a adesão à escola ativa encontrou sérias dificuldades com relação à estrutura física dos prédios escolares, os quais não atendiam às necessidades exigidas, com relação ao espaço adequado para o desenvolvimento das atividades educativas.

No sistema Montessori as atividades educativas com a criança devem ser desenvolvidas de acordo com a faixa etária. A criança deve descobrir o mundo pelo toque, daí ser essencial a utilização dos materiais concretos para auxiliar no aprendizado. Entre os materiais utilizados temos o material dourado, os blocos maciços de madeira para encaixe, os blocos lógicos, o ábaco e outros. Para a educadora italiana, o aprendizado deve partir do concreto para o abstrato. Para Lourenço Filho (2002, p. 279) “no sistema Montessori, acredita-se na formação atomística da inteligência, o que leva, forçosamente, pelas exigências da rotina didática, a uma contradição com os princípios de liberdade e atividade, seu ponto de partida”.

As ideias de Montessori influenciaram a educação em várias partes do mundo, mas a essência do sistema que prega a liberdade da criança sofreu críticas de educadores como Lombardo Radice, William Boyd e Teresa de Sanctis que apontaram contradições entre a técnica e sua efetivação na prática escolar.

Apesar das críticas ao Método Montessori, o mesmo representou uma inovação educacional sem precedentes ao romper com o modelo tradicional de ensino, e ao propor a

transformação da escola em um ambiente agradável para o aluno. No trabalho do Jardim de Infância, a educadora “foi uma continuadora de Froebel. Para o educador alemão, a educação pré-primária deveria dar-se em jardins” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 279).

Conforme a estatística apresentada na monografia sobre o “Ensino Público em Alagoas”, em 1931, “dos quatro cursos infantis que atualmente funcionam no Estado têm matriculadas para mais de 200 crianças de ambos os sexos” (COSTA, 2011, p. 82). Como percebemos, o número de alunos matriculados na educação infantil era reduzido em Alagoas no início da década de 1930.

Em 1930, o Diretor da Instrução Pública, Miguel Arcanjo Batista programou para o encerramento do ano letivo a exposição dos trabalhos dos alunos sob a coordenação do corpo docente dos Grupos Escolares da capital, como o D. Pedro II, Fernandes Lima, Thomaz Espíndola e Diéguas Júnior. O evento contou com a presença de autoridades políticas e representantes da Diretoria de Instrução Pública como demonstra o fragmento:

na manhã de 16, o Sr. Dr. Secretário do Interior esteve no Pedro II, fez a entrega dos certificados de habilitação dos 39 alumnos que terminaram o curso do estabelecimento, examinou minuciosamente tudo quanto estava exposto. [...] À tarde, S. Exa. Voltou ao Pedro II em companhia do Sr. Governador do Estado. O Dr Freitas Melro demorou-se mais de uma hora na escola, manifestando a cada momento a sua alegria por aquella grande obra educativa e declarando que era indispensável que esse espírito de renovação pedagógica se irradiasse por todo o Estado (*Revista de Ensino*, 1930, p. 62).

Durante a programação de encerramento do ano letivo de 1930, houve exposição dos trabalhos pedagógicos de linguagem, aritmética, geografia, geometria e dos trabalhos manuais como vestidos, toalhas, almofadas, crochet, rendas e bordados. O sucesso das exposições escolares de 1930 foi creditado “ao esforço do professorado, a eficiência dos processos activos adotados, de setembro para cá” (*Revista de Ensino*, 1930, p. 60). Após o curso de aperfeiçoamento realizado pelos professores dos Grupos Escolares da capital havia sempre a referência sobre a adoção dos métodos ativos na prática escolar. O Grupo Escolar D. Pedro II ganhou destaque em relação aos demais Grupos existentes na capital, em 1930, por ter enviado à Cruzada Pedagógica de Alagoas em Recife, o maior número de professores.

Com o intuito de divulgar o trabalho da médica e educadora italiana Maria Montessori, a *Revista de Ensino* começou a publicar matérias sobre o “Método Montessori” de M. de Poew, o qual foi traduzido a partir da edição espanhola especialmente para o periódico. A biografia de Montessori e as bases psicológicas e biológicas do Método foram veiculadas pela

primeira vez na Revista nº 8 de março/abril de 1928. As duas primeiras traduções sobre o Método Montessori ficaram sob a responsabilidade da professora Carmem Novaes, da Escola Normal de Maceió. As traduções subsequentes ficaram a cargo de Nair Cordeiro dos Santos, professora do 4º ano do Grupo D. Pedro II. A última parte da tradução sobre o Método Montessori saiu na *Revista de Ensino* correspondente ao bimestre de novembro/dezembro de 1929. O periódico educacional também anunciava em suas páginas que o livro “Pedagogia Científica” organizado em dois volumes, poderia ser adquirido na Casa Ramalho em Maceió que ficava na rua Dr. Rocha Cavalcante.

A professora Maria de Ambrozzio, que se tornou a maior divulgadora do Método Montessori em Maceió, publicou dois ensaios baseados na pedagogia da médica italiana. Em 1928, a edição da *Revista de Ensino* correspondente aos meses de março/abril publicou: “Pequena palestra sobre a cultura dos sentidos” e na edição de setembro-outubro “A disciplina da Liberdade”, ambos ressaltavam a prática do sistema Montessori no ensino infantil.

Segundo Lourenço Filho (2002, p. 274) “as idéias de Montessori foram primeiramente aplicadas a crianças de 4 a 6 anos, ou seja, em jardins de infância. Em 1911, por iniciativa de Maria Mariani Guerrieri, delas se fez uma adaptação ao ensino primário, e mesmo aos estudos de nível médio”. Na concepção pedagógica de Maria Montessori o aprendizado deve respeitar a autonomia do aluno, suas tendências, sua atividade manual e espiritual. Lourenço Filho (2002) ao se reportar ao Método Montessori afirma que para haver uma verdadeira mudança no sistema de ensino, “a transformação do ambiente escolar era o primeiro passo. Nada de carteiras fixas: mesas e cadeiras. De outro a abolição de prêmios e castigos” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 276).

Na Itália, a escola baseada no Método Montessori recebeu o nome de Casa dei Bambini (Casa dos Meninos). A primeira escola foi “aberta em janeiro de 1907 no populoso bairro de San Lorenzo, num imenso edifício que abrigava mil famílias” (*Revista de Ensino*, 1929, p. 15).

Para o desenvolvimento do Método Montessori é necessário

a constituição dum meio apropriado em que os meninos se possam mover livremente e arrumar os brinquedos e material didactico adoptado á sua necessidade inata de agir e exercitar-se, segundo suas disposições momentaneas e ao agrado do seu desenvolvimento (*Revista de Ensino*, 1929, 19).

A professora Maria Rosália de Ambrozio no ensaio escrito para a *Revista de Ensino* intitulado “A disciplina da Liberdade”, afirma que:

O alumno é senhor de si, pòde levantar-se quando quizer e conversar com quem entender; escolher o brinquedo que mais lhe agradar, trabalhar sentado, deitado no tapete; na classe ou fora no galpão, conduzir sua cadeirinha para onde lhe convier, mas tudo isto dentro das normas da disciplina. A professora não poderá privar-o desta satisfação, mas deverá observá-lo cuidadosamente, impedindo-o de maneira delicada que elle se entregue a actos inconvenientes (AMBROZZIO, 1928, p. 34).

A liberdade do aluno proposta pelo movimento da Escola Nova contrasta com o modelo da escola antiga, que foi retratada por Graciliano Ramos na obra “Infância”, publicada pela primeira vez em 1945, na qual o autor recorre às suas memórias para falar sobre a escola.

Ramos reporta-se à escola, onde o aluno era refém do medo, na qual o professor recorria a castigos físicos, como o uso da palmatória para impor sua autoridade. Ao narrar o clima estabelecido em sala de aula com um de seus professores, o escritor reproduz a situação de medo vivenciada com seus colegas, pois quando “arriava na cadeira, agitava-se, parecia mordido de pulgas. Tudo lhe cheirava mal. Segurava a palmatória como se quisesse derrubar com ela o mundo. E nós, meia dúzia de alunos, tremíamos da cólera maciça, tentávamos esconder-nos uns por detrás dos outros (RAMOS, 1998, p. 179).

O conceito de escola para o garoto que vivia no interior do nordeste estava associado a um lugar de sofrimento. Para Ramos, “a escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam as crianças rebeldes”. (RAMOS, 1998, p. 104). A escola longe de ser um lugar de prazer ou liberdade era relacionada a um local que submetia o aluno a uma espécie de tortura psicológica e a constantes humilhações. O aprendizado era adquirido através da repetição do que era ministrado pelo professor. A criança frequentava a escola com o intuito de aprender a ler, escrever e contar, sob a vigilância do professor que estava pronto a castigar a qualquer erro cometido pelo aluno que não fosse capaz de repetir na ponta da língua as lições e a tabuada. Tudo isso, sob os olhares curiosos dos demais colegas que ficavam aterrorizados à espera da sabatina. Na tentativa de romper com o modelo da escola retratada por Ramos os educadores alinhados com a proposta da Escola Nova procuraram construir um novo modelo de educação baseada na escola ativa, na liberdade do aluno e no interesse pelo aprendizado.

Miguel Aguayo em “Didática da Escola Nova” (1935) afirma que “a criança goza de ampla liberdade, as tarefas infantis não são impostas como obrigação. O escolar não trabalha

pelo receio de castigo, que seria cruel e injusto tratando de faltas de aplicação, nem pela consciência do dever, que nele se forma muito lentamente” (AGUAYO, 1935, p. 38). Nesta concepção, o aluno desenvolve o prazer pelos estudos de acordo com os centros de interesse que devem ser estimulados pelo professor.

Joaquim Moreira de Souza, ex-diretor da Instrução Pública do Ceará, durante sua visita a Maceió, em 1931 “feita sem formalidade e por simples curiosidade, de oficial do mesmo ofício” (MACIEL, 1931)⁵⁵, demonstrou a intenção de “conhecer as nossas escolas e para isso, esteve demoradamente nos grupos escolares “D. Pedro II” e “Diegues Junior” (*Jornal de Alagoas*, 1931)⁵⁶. Durante a visita ao D. Pedro II, Moreira de Souza reservou atenção especial ao Pavilhão Montessori que funcionava em prédio anexo.

[...] notando a exiguidade do edifício e alguma deficiência de aparelhos educativos. Mas quanto á parte pedagógica propriamente dita S. S. manifestou-se inteiramente surpreendido, afirmando nos que em todo o norte não há melhor do que em Alagoas e que mesmo no Sul, não são muitas as professoras especializadas com a orientação e a capacidade profissional da professora Maria Ambrozio (*Jornal de Alagoas*, 1931).

A constatação feita por Moreira de Souza, a respeito da precariedade dos aparelhos educativos do Grupo Escolar D. Pedro II em Maceió, é importante para ilustrar as dificuldades encontradas na implantação das propostas para a renovação do ensino, uma vez que, para a adoção dos novos métodos pedagógicos era necessário o aparelhamento das escolas com mobiliário apropriado, oficinas e laboratórios. A respeito das novas práticas de ensino adotadas no D. Pedro II, e no Diégues Júnior; Souza destacou que, “o plano geral da educação primária e a respectiva orientação pedagógica, nos dois grupos visitados, é o que se vae praticando em S. Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, com as devidas proporções” (*Jornal de Alagoas*, 1931). Com relação à orientação pedagógica, Souza fez elogios, porém verificou “a deficiência do prédio do “Pedro II”, a pobreza do seu mobiliário, da qual participa o “Diegues Junior” e o desaparelhamento completo dos dois estabelecimentos para prática rigorosa e eficiente dos processos escolares que elas estão utilizando” (*Jornal de Alagoas*, 1931). Segundo a avaliação de Souza, a metodologia empregada pelos referidos Grupos Escolares estava de acordo com os parâmetros da renovação escolar, no entanto, lamentou que o

⁵⁵ MACIEL. Auryno. A educação em Alagoas. *Jornal de Alagoas*, 1931.

⁵⁶ O ensino em Alagoas, *Jornal de Alagoas*, 1931.

Estado não pudesse dar ao professorado dessas duas escolas os elementos necessários ao desenvolvimento da orientação que eles estão seguindo, ‘pondo de parte os metodos rotineiros, de puro verbalismo, que faziam doutores, mas não formavam verdadeiros fatores vivos de grandeza e prosperidade no paiz (*Jornal de Alagoas*, 1931).

A estrutura precária dos prédios escolares representou um obstáculo para a adoção dos novos métodos de ensino, devido à necessidade por espaços mais amplos e adequados para a realização das aulas práticas. Apesar das dificuldades encontradas pela falta de investimentos na educação, ainda assim, não constituiu um empecilho para o grupo de intelectuais e professores que se lançaram na tentativa de renovar a escola antiga.

Hygino Belo, professor de pedagogia e de psicologia da Escola Normal de Maceió, no artigo intitulado “O ensino da Escola Normal: seus novos aspectos.” (1932) discorre sobre a importância da formação do professor para atuar na escola dos novos tempos e a necessidade de reformar a escola pela base e para tal afirma que “a criação dos jardins de infância ou escolas montessorianas é a primeira preocupação que se deve ter, porquanto esta é a primeira fase da tarefa educativa, o preparo para o trabalho que mais tarde se refletirá nos domínios da escolaridade” (BELO, 1932)⁵⁷.

As palavras proferidas por Belo (1932) expressam o sentimento e a preocupação do grupo de intelectuais, que lançaram as bases de uma reforma educacional em Alagoas no início de 1930, com a pretensão de renovar a educação, a partir de sua base, na tentativa de romper com o modelo tradicional, e oferecer um ensino ativo para o nível primário e secundário.

3.5.4 O Grupo Escolar D. Pedro II como referência dos novos processos de ensino em Alagoas na década de 1930

Segundo Silveira, a nomeação de Costa como diretor do Grupo Escolar D. Pedro II, ocorreu “em 22 de maio de 1929” (1983, p. 128). Durante nossa pesquisa, não conseguimos confirmar tal informação e tão pouco a data da posse de Costa como diretor do referido estabelecimento. Porém, de acordo com o material pesquisado na *Revista de Ensino* referente ao bimestre janeiro/fevereiro de 1930 consta informação sobre a reunião do Conselho de Ensino, ocorrida em 18 de dezembro de 1929, a qual contou com a presença dos cinco diretores dos Grupos Escolares existentes naquele ano em Maceió. Na referida reunião, o

⁵⁷ BELO. Hygino. O ensino da Escola Normal: seus novos aspectos. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 1932.

nome que apareceu como diretor do Pedro II foi do bacharel José Jerônimo de Albuquerque e não o de Costa. A partir de tal constatação, podemos inferir que este assumiu a direção do Grupo Escolar D. Pedro II, em 1930. A menção de Costa como diretor do Grupo Escolar D. Pedro II, apareceu na edição n° 21 do periódico educacional correspondente aos meses de maio/agosto de 1930.

Para analisar a gestão escolar de Costa no D. Pedro II, a partir das fontes consultadas, recorreremos inicialmente à matéria que foi publicada pelo jornal *A Notícia* em 20 de novembro de 1930 a respeito do mencionado Grupo Escolar. A matéria discorre sobre a exposição dos trabalhos dos alunos organizada pelos professores em 1930 e enfatiza a remodelação do ensino realizada no estabelecimento de ensino após a Cruzada Pedagógica de Alagoas. A mesma reportagem saiu na edição n° 22 da *Revista de Ensino* em 1930.

Os métodos activos da moderna orientação pedagógica tiveram neste estabelecimento de ensino oficial um êxito completo e tornaram-na a escola padrão desses novos processos.

Até agosto a orientação do ensino seguia a marcha da velha escola livresca e memorisante para o efeito do exame de fim de ano, com os meninos prodígios arditamente preparados para o exhibicionismo escolar, com que se regulava a vaidade dos pais e se enganava as autoridades do ensino.

Estas, aliás, eram as únicas culpadas da fraude profissional, pela exigência da execução integral dos martyrisantes programas primários.

Depois da Cruzada Pedagógica, em boa hora organizada pelo actual Diretor da Instrução Pública, a orientação escolar, nos grupos da capital, se vae modificando sensivelmente e, no Pedro II, passou por uma transformação radical. Essa transformação deve-se ao facto de ter esse grupo escolar fornecido á Cruzada maior numero de professoras, com o fito muito intelligente de se ter no Estado pelo menos um estabelecimento que se pudesse facilmente adaptar ás exigências de uma escola de applicação, para prática pedagógica das normalistas (*A Notícia*, 1930).

De acordo com o fragmento da matéria, há evidencia que o ensino de caráter livresco baseado na memorização de conteúdos, ensino este, criticado por Costa em seus escritos, sofreu modificações durante sua gestão no Grupo Escolar. A implantação das referidas mudanças ganhou maior impulso a partir da realização da Cruzada Pedagógica de Alagoas realizada em Recife, em agosto de 1930, que contou com a participação de professoras do D. Pedro II. Outro aspecto, que contribuiu para a renovação pedagógica Grupo Escolar D. Pedro II, relaciona-se à quantidade de professoras que o estabelecimento de ensino enviou para participar do curso de aperfeiçoamento na capital vizinha. A composição da lista das

professoras⁵⁸ nos chamou atenção porque do total das quinze professoras que foram selecionadas para curso em Recife, nove atuavam no D. Pedro II. As demais professoras atuavam nos Grupos Escolares Diéguas Júnior, Thomaz Espíndola e Fernandes Lima, que enviaram cada um, duas professoras até Recife. Importante destacar que, o D. Pedro II tornou-se referência para as aulas práticas das alunas-mestras da Escola Normal de Maceió a partir de 1930.

Embora tenha encontrado adeptos, o movimento de renovação escolar sofreu resistência, principalmente de pais de alunos preocupados com as conseqüências da implantação de novas medidas no processo de escolarização, em especial do ensino primário. Em sintonia com a metodologia de ensino proposta pelo movimento da Escola Nova, Costa causou grande impacto ao adotar o regime de co-educação no ensino primário. A mudança causou tanta indignação que foi motivo de debate nas páginas do jornal *A Notícia*, havendo inclusive, troca de farpas entre o diretor do Grupo Escolar D. Pedro II e uma colaboradora do jornal que se tornou a porta voz das mães que demonstraram preocupação com as conseqüências do novo regime adotado inicialmente por dois Grupos Escolares da capital: Fernandes Lima e Pedro II, este último sob a direção de Costa.

A personagem em questão atende pelo nome de Maria e se pronunciou através do jornal *A Notícia* como uma mãe preocupada com as conseqüências do sistema de Escolas Mistas, adotado a partir de 1931, pelos grupos escolares Fernandes Lima e D. Pedro II. Costa no ensaio “Escolas Mistas” (1931), referiu-se à Maria como “colaboradora da *A Notícia*”. Aflita com as mudanças adotadas no sistema de educação dos grupos mencionados, Maria demonstrou sua opinião através de dois artigos que foram publicados no jornal *A Notícia* para confrontar o sistema de escola mista e em especial a gestão de Costa no D. Pedro II.

O primeiro ensaio foi intitulado “Escola Mista: Com os Grupos D. Pedro II e Fernandes Lima”. O segundo artigo foi “Escola mista: Ainda como os Grupos Escolares D. Pedro II e Fernandes Lima”. Os ensaios foram publicados pelo Jornal *A Notícia* respectivamente em 28 de março e 4 de abril de 1931.

Em resposta ao questionamento feito por Maria, Costa escreveu dois ensaios “Escolas mistas” publicado em 30 de março e “Escola mista” publicado em 9 de abril de 1931. A

⁵⁸ A lista completa com o nome das professoras escolhidas pela Diretoria de Instrução Pública para participarem do curso de aperfeiçoamento em Recife, pode ser visualizada nas páginas 80-81.

Revista de Ensino publicou a série com o embate entre Maria e Costa no bimestre correspondente aos meses de abril/maio de 1931.

Ao falar sobre o regime da co-educação dos sexos, a colaboradora d' *A Notícia* fez a seguinte afirmação: “parece á primeira vista bem orientado o novo systema de escola mixta adoptado nos grupos “D. Pedro” e “Fernandes Lima”. Entretanto, está ao alcance de toda dirigente de família o escrupulo que deve haver no convívio misto que o nosso meio e o nosso clima não comportam” (MARIA, 1931, p. 74).

De acordo com Maria “o Sr. Diretor tem a sua opinião fundamentada pelos autores que aplaudem a Escola Mixta, como a criação da Escola Activa, que é a escola Social, a Escola do trabalho, a Escola da colaboração, ou outro nome bonito e parecido de acordo com a Escola Nova” (MARIA, 1931, p. 76). A grande preocupação da mãe, que se pronunciou com a justificativa de resguardar os valores morais, está relacionada com a pretensa precocidade sexual que tal mudança poderia promover entre as crianças de diferentes sexos dividindo a mesma sala de aula. Sobre tal assunto chega a afirmar que “nas aulas os meninos “engraçadinhos” escondem o rosto no livro aberto e contam baixinho para a pequena ao lado: - Esta noite eu não dormi, só pensando em ti...” (MARIA, 1931, p. 76).

Em resposta a opinião da colaboradora do jornal *A Notícia* sobre as possíveis conseqüências da “promiscuidade” (termo usado na época para expressar a junção das classes entre meninos e meninas), nas salas de aulas, Costa escreveu o segundo ensaio denominado “Escola Mista” (1931), no qual defendeu as vantagens da co-educação para o ensino, como uma das garantias do direito de todos à educação independente do sexo ou da condição social.

Há da parte da ilustre senhora que, pela *A Notícia*, combate o sistema de promiscuidade dos sexos, um zelo maternal para louvar: o zelo pela conservação do regimen educativo a que submete seus filhos. Mas para muita gente ha apenas a malicia em encarar a promiscuidade escolar. E esse espírito de malignidade no que se apresenta revestido de um caráter eminentemente educativo, que se torna preciso combater com energia, para que o menino, seja qual for a classe social a que pertença, se acostume a olhar a menina sem sombra de maldade, vendo nella, na escola, unicamente uma companheira de estudos, e fora da escola, uma criatura que deve respeitar a proteger (COSTA, 1931c, p. 78).

A interpretação de Costa sobre opinião de Maria, que era contrária ao regime de escolas mistas, e sua provável preocupação com a precocidade sexual das crianças que dividiam a mesma sala de aula, vai muito além da motivação apresentada pela ilustre senhora. Segundo Costa, a verdadeira razão tem sua origem na questão social, ou seja, na convivência

entre os filhos dos ricos com os filhos dos pobres na escola pública, que foi criada para atender àqueles que não podiam pagar pelo estudo, porém, estava sendo usurpada pelos mais ricos. A esse respeito, afirmou o seguinte:

A escola publica, porém tem ampliado consideravelmente a esfera de transformação de conhecimentos e dilatado o circulo de sua utilidade educativa. Desde que isso sucedeu, entre nós e por toda parte, os doutores, os coronéis, os homens considerados de boa sociedade e de barriga cheia começaram a usurpar na escola publica o lugar que pertencia aos filhos da gatinha para melhor aferrolhar economias, embora não preserve seus lindos e interessantes pimpolhos da inevitável promiscuidade escolar tendo-os em colégio de boa fama (COSTA, 1931c, p. 77).

A análise de Costa sobre a escola pública e a usurpação da mesma pelos ricos, demonstra o nível da exclusão social vivenciada em Alagoas durante o período estudado aspecto este, largamente criticado pelo diretor. A defesa pela escola pública, gratuita, laica, obrigatória, a co-educação dos sexos, assim como a defesa pelo direito de todos à educação, representaram os principais pilares do movimento da Escola Nova.

Anísio Teixeira em “Educação não é privilégio” (1994) afirma que a educação obrigatória, gratuita e universal “só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a protegidos) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las” (TEIXEIRA, 1994, p. 81). Para Teixeira a escola pública é “um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras” (TEIXEIRA, 1994, p. 81). Neste aspecto há uma proximidade entre o pensamento de Costa e Teixeira, uma vez que ambos demonstraram preocupação com a formação do trabalhador, ou seja, a escola pública deve atender as classes trabalhadoras para garantir o direito de todos à educação.

Como diretor do Grupo Escolar D. Pedro II, Costa procurou realizar um trabalho de acordo com as propostas de renovação escolar que foram implantadas em outros estados da federação relativos à instrução. Em matéria publicada na *Revista de Ensino* em 1931, sobre o D. Pedro II, verificamos a intenção de Costa em trazer para Alagoas inovações como a Festa do Livro que era realizada em São Paulo. Costa recebeu elogios pelo trabalho desempenhado à frente do D. Pedro II.

O sr. Craveiro Costa, brilhante homem de letras e diretor do Grupo Escolar “D. Pedro II”, levou a efeito uma festa escolar de grande significação patriótica, com a entrega das cartilhas de leitura aos meninos do primeiro anno do seu Grupo.

A essa solenidade chamou elle de a festa do livro, pela primeira realizada no nosso meio. Em São Paulo, onde se sabe que a instrução chegou á mais alta perfeição, faz

essa festa com grande aparato, como convem a uma ephemeride que deve ser dominadora e perdurável na vida dos escolares (*Revista de Ensino*, 1931, p. 76).

A realização da primeira Festa do Livro no D. Pedro II ocorreu em 22 de março de 1931 e contou com a participação de autoridades como o Secretário do Interior, o dr. Amando Sampaio Costa, do Diretor da Instrução Pública, Dr. Miguel Batista, do coronel Luís de França Albuquerque, que ocupava o cargo de comandante da Força Policial Militar e do professor Luís Cerqueira, Inspetor Técnico de Ensino, além da presença de professores da Escola Normal, do Liceu Alagoano, da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e demais Grupos Escolares da capital. A festa obedeceu ao seguinte programa: I- Uma lição no Curso Pré-Escolar, pela professora Maria Ambrozzio; II- Uma lição de Leitura Analítica, pela professora Analia Leite, para entrega da Cartilha do Prof. José Scaramelli para os alunos do primeiro ano; III- Fundação do Círculo de Colaboração Educacional D. Pedro II ⁵⁹; IV- Hino de Alagoas, pelos alunos do 4º ano; V- Jogos Infantis, pelos alunos do 1º ano, sob a direção da professora Hermelinda Fazio.

Auryno Maciel, professor da Escola Normal de Maceió, ficou responsável pelo discurso da fundação do Círculo de Colaboração Educacional. Em seu pronunciamento destacou a importância da instituição na condição de pai, educador e como membro da Sociedade Alagoana de Educação.

Falando-vos como amigo da Instrução Popular, como professor, como pae, e sobretudo como membro da Sociedade Alagoana de Educação, trago no olhar scintillante de alegria o sentido todo desta solennidade, em que se reflecte um ápice do pensamento dos espíritos bons, amigos do nosso Estado e do seu futuro, que levantaram a bandeira da S. A. E. em prol da Escola Nova (MACIEL, 1931, p. 4).

O discurso de Auryno Maciel também retratou as dificuldades encontradas pelos educadores alagoanos que trabalharam para implantar reformas na instrução do estado ao falar das resistências enfrentadas pelo grupo que sob os olhares desconfiados dos opositores encontraram

a resitencia da opinião fundada em mero senso comum de que, sem dinheiro, não se podia ou não se devia tratar da Instrucção.

Devia-se certamente esperar que, não sendo mais tempo de cair mana do CEO, os pedregulhos das estradas florescessem e frutificassem.

⁵⁹ O Regulamento do Círculo de Colaboração Educacional D. Pedro II pode ser consultado na íntegra em Anexo B.

O que é certo é que o caso de Alagoas é único na política educacional do Brasil.

Porque, na verdade, não tínhamos dinheiro, não devíamos pretender uma reforma integral, de cima para baixo, do nosso aparelho pedagógico.

Não podíamos gastar com a nossa Instrução nem o que gastava Pernambuco antes da benemérita reforma Escobar! (MACIEL, 1931, p. 4).

A Festa do Livro realizada pelo Grupo Escolar D. Pedro II, ganhou destaque na imprensa alagoana como o *Jornal de Alagoas*. A mesma reportagem foi publicada na *Revista de Ensino*.

É certo que já tínhamos a Sociedade Alagoana de Educação, constituída dos amigos da instrução de Alagoas, com os mesmos propósitos; mas a instituição criada pelo sr. Craveiro Costa terá projeção mais directa sobre a vida e os interesses dos escolares, proporcionando-lhes festas, auxílios que nem sempre o Governo tem possibilidades de dar-lhes. (*Revista de Ensino*, 1931, p. 76).

A atuação de Costa como diretor do Grupo Escolar D. Pedro II, teve como principal característica, a tentativa de aproximar a escola da família.

No ensaio “Círculo de pais e professores” publicado inicialmente na *Revista de Ensino* em 1931, Costa afirma que: “uma das feições mais simpáticas da moderna orientação escolar é a que procura a colaboração da família na obra educativa da escola” (COSTA, 2011, p. 177). Para promover a integração da família e da escola, o diretor organizava eventos escolares como a Festa do Livro e criou o Círculo de Colaboração Educacional do Grupo Escolar D. Pedro II. Costa incentivou à fundação de associações de Colaboração Educacional porque em sua visão, os pais deveriam auxiliar os professores na educação dos filhos. Costa, também se mostrou preocupado com os alunos que os pais não tinham condições financeiras para aquisição do material escolar e, nesse sentido, incentivou a doação de livros para alunos do 1º ano do Pedro II, além de incentivar o hábito da leitura na criança.

A escola precisa ser um prolongamento natural do lar. Isso se conseguirá com relativa facilidade, por meio da fundação de círculos de relações cordiais entre pais e professores, conjugação de esforços que estabelecerá a necessária colaboração educativa das duas forças formadoras do caráter do povo. Outro fim dessa combinação de esforços é o da assistência aos meninos reconhecidamente pobres (COSTA, 2011, p. 179).

Para finalizar o trabalho de análise dos escritos educacionais de Costa e sua atuação como diretor escolar, é importante destacar que o autor criticou a organização da escola antiga, que adotava castigos físicos e ficava limitada à formação de uma “falsa mentalidade religiosa, pela imposição mnemônica do catecismo católico, e a tirania da disciplina terrorista

pelo silêncio e pela passividade” (COSTA, 2011, p. 177). Na defesa da escola com disciplina humanizada e sem a adoção de castigos físicos, Costa fez referência ao pensamento do escolanovista português Faria de Vasconcelos ao afirmar que: “em vez da palmatória, a persuasão, a compreensão do fato, o apelo ao interesse e ao amor próprio, o culto metódico da personalidade, como recomenda Faria de Vasconcellos” (COSTA, 2011, p. 178). Ciente da sociedade conservadora que predominava em Alagoas no final dos anos de 1920 e início de 1930, Costa fez críticas às famílias que mantinham em seus lares o costume dos castigos físicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do trabalho de análise dos escritos educacionais de João Craveiro Costa (1874-1934) e sua prática como diretor escolar, constatamos que, no período compreendido entre as décadas de 1920 a 1930, os ideais da Escola Nova ecoaram em terras alagoanas. Importante ressaltar que, apesar de não ter contado com um grande reformador na implantação de mudanças, como ocorreu em outros estados da federação, a exemplo da vizinha capital de Pernambuco com a Reforma Carneiro Leão (1928-1930); os ideais escolanovistas repercutiram durante os governos de Costa Rego e Álvaro Paes entre 1924 a 1930, através do envolvimento de Adalberto Afonso Marroquim, Diretor da Instrução Pública no governo Costa Rego, de Sindrônio Augusto de Santa Maria, Diretor do Departamento Geral da Instrução Pública e Miguel Arcanjo Batista, Diretor da Instrução Pública no governo Álvaro Paes, do jornalista e historiador Craveiro Costa, de professores ligados à Escola Normal de Maceió como Auryno Vieira Maciel, Moreno Brandão e Higino Belo. Do professor da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, José Bernardes Júnior, do professor do Aprendizado Agrícola de Satuba J. Travassos Vieira e Luís de França Cerqueira e outros.

Constatamos que, houve a influência do ensino ativo em sua vertente européia através da educadora italiana Maria Montessori, e do pragmatismo do educador norte-americano John Dewey na defesa de um programa escolar que atendesse as necessidades práticas dos alunos.

Em 1922, Costa assumiu a direção do grupo escolar Diégues Júnior e criou o Jardim de Infância em Maceió. No mesmo ano, implantou o Sistema Montessori no ensino pré-escolar e primário. Quando assumiu a direção do D. Pedro II em 1930, em sintonia com a Escola Nova, adotou o sistema de Escola Mista, organizou a Festa do Livro e inaugurou o Círculo de Colaboração Educacional do D. Pedro II com o objetivo de integrar a escola e a família.

Em 1929, foi instalada no Estado a Sociedade Alagoana de Educação que se tornou um espaço privilegiado para discussão dos problemas da educação de Alagoas.

Com o intuito de propagar os ideais da Escola Nova, a Diretoria da Instrução Pública e a Sociedade Alagoana de Educação organizaram, em 1930, uma série de conferências pedagógicas com a colaboração de Craveiro Costa, Adalberto Marroquim, Auryno Maciel,

Bernardes Júnior, Luís de França Cerqueira entre outros. Essas conferências eram realizadas na última quinta-feira de cada mês no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas ou na Escola Normal de Maceió.

Além das conferências pedagógicas, a Sociedade Alagoana de Educação apresentou, em 1930, proposta para criação do curso rural, que deveria funcionar anexo a cada um dos grupos escolares do interior do Estado para diminuir a carência de professores nas localidades distantes. A Sociedade Alagoana de Educação, também lançou a proposta para a criação do curso de aperfeiçoamento para professores realizado entre 1931 e 1932. Por iniciativa da referida Sociedade, com apoio da Diretoria de Instrução Pública, foram selecionadas 15 professoras para participar do Curso de Aperfeiçoamento, realizado em Recife no período de 15 dias, oferecido pela Sociedade Pernambucana de Educação em 1930, o qual recebeu a denominação de Cruzada Pedagógica de Alagoas. Costa, que era diretor do Grupo Escolar D. Pedro II, ficou responsável pela coordenação das professoras em Recife.

Após a Cruzada Pedagógica de Alagoas, o modelo da escola ativa foi amplamente divulgado entre os grupos escolares da capital, principalmente, no D. Pedro II e no Diéguas Júnior. A explicação para a implantação da escola ativa, com maior ênfase em tais grupos escolares, está relacionada ao trabalho desenvolvido por Costa na diretoria dos referidos estabelecimentos de ensino, nos quais procurou implantar métodos de ensino com base na Escola Nova. É importante também destacar, o trabalho desenvolvido pela professora Maria de Ambrozzio na implantação e divulgação do Método Montessori, inicialmente no Diéguas Júnior e, posteriormente, no D. Pedro II.

No desenvolvimento da pesquisa, constatamos a importância da *Revista de Ensino* como mecanismo de divulgação dos novos processos de ensino. O periódico educacional, sob a direção de Craveiro Costa e redação de Auryno Maciel, foi utilizado na defesa da renovação escolar em Alagoas, através da publicação de trechos de livros e ensaios de autores ligados ao movimento da Escola Nova, além de incentivar a divulgação de planos de aula que atendessem às diretrizes do ensino ativo.

Costa era defensor do ensino profissional para a formação da massa trabalhadora; que, segundo sua visão, precisava de um ensino que os preparasse para a vida; uma vez que, a maioria dos alunos pela sua condição social não passaria do ensino primário. Nesse sentido, defendia um ensino de base utilitária em oposição ao ensino intelectualista. Costa demonstrou

em seus escritos a defesa pela educação popular. Acreditava na educação como regeneradora social. O pensamento do autor se aproxima dos maiores representantes da Escola Nova no Brasil como Fernando de Azevedo, Antônio Carneiro Leão, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

Costa fez severas críticas à escola tradicional e ao excesso de memorização cobrado aos alunos, principalmente, do ensino primário. Para o autor, a escola deve oferecer ensino apropriado, para que o filho do trabalhador rural aprendesse escolher a melhor terra, a melhor semente, e pudesse transformar a terra improdutiva em terra produtiva. Em relação à escola urbana, defendia a adoção de um conteúdo que pudesse ser aproveitado para o trabalho no comércio, nas fábricas ou nas profissões técnicas.

Conforme a concepção de Costa, o ensino ministrado na escola deve preparar o aluno para a vida prática, ou seja, para o campo profissional. Nesse sentido, foi influenciado pelo pragmatismo de John Dewey ao afirmar que o estudo tem que apresentar um significado prático na vida cotidiana do aluno. Segundo Costa, a escola organizada nos moldes tradicionais não contribuía o suficiente para a formação do aluno, que era proveniente das camadas populares; porque, este, não encontrava oportunidade de utilizar o que aprendera na escola. Para Costa, a escola antiga não despertava o interesse do aluno pelo estudo, porque não conseguia estimular a participação ativa do estudante no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, os conteúdos não apresentavam relação direta com a vida dos alunos.

Portanto, a partir da análise dos escritos educacionais de João Craveiro Costa, da sua prática como diretor escolar e das fontes consultadas, constatamos que, nas décadas de 1920 a 1930, em Alagoas, o movimento pela renovação escolar estava atrelado ao momento histórico brasileiro no campo político, social e pedagógico, através da proposta de educação vinculada à Escola Nova.

REFERÊNCIAS

A FESTA do livro. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 24, p.76, fev./mar., 1931.

AGUAYO, Alfredo Miguel. **Didática da escola nova**. Trad. e notas de J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre a história de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.

AMBROZZIO, Maria Rosália de. A disciplina da Liberdade. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 2, p. 34-35, set./out., 1928.

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. A reforma Carneiro Leão em Pernambuco. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **Reformas Educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1976.

_____. **Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, João. Duas décadas de educação. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão. (Org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió: Catavento, 2001.

BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da instrução pública em Alagoas**. Maceió: Departamento Municipal de Estatística de Maceió, 1939.

BELO, Hygino. O ensino da escola normal: seus novos aspectos. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28 jan. 1932.

BERNARDES JÚNIOR, José. As ideias novas da instrução. **Revista de Ensino**, Maceió: Imprensa Oficial, n. 20, p. 27-32, mar./abr.1930a.

_____. A escola rural. **Revista de Ensino**, Maceió: Imprensa Oficial, n. 21, p. 16-35, maio/ago., 1930b.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. A presença visível e invisível de Durkheim na historiografia brasileira. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). **Pensadores sociais e história da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3. ed. Arapiraca: EDUAL, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito..

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 26 set. 1909.
<Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>.
Acesso em: 5 nov. 2013.

CALDERARO, José. O exame e suas conseqüências. **Revista de Ensino**, n. 22, p. 26-28, set./dez., 1930.

CAMARA, Sônia. A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, p. 159-180, jul./dez., 2004.

_____. A reforma Fernando de Azevedo e as colmeias laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

_____. **Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; ASSIS, Raquel Martins; LOURENÇO, Erika. Lourenço Filho. A escola nova e a psicologia. In: **Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 14. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ: 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. A reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados, Uberlândia; EDUFU, 2011.

CASTELLANI, José. **Os primeiros tempos e a luta pela independência**. Disponível em: <<http://bibliot3ca.wordpress.com/historia-do-gob/>>. Acesso em: 26 de mar. 2014.

CATANI, Barbara Denice; SOUSA, Cynthia Pereira de. A geração de instrumentos de pesquisa em história da educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CAVALCANTE, Pedro Teixeira. **A Imprensa Alagoana no Arquivo de Pernambuco (1899-1900)**. Maceió: FEMAC, 1977.

- CERQUEIRA, LUÍZ. Círculo de pais e professores. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 22, p.51-57, set./dez. 1930.
- CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CLAPARÈD, Edouard. **A escola sob medida e estudos complementares sobre Claparèd e sua doutrina**, por Jean Piaget, Louis Meylan e Pierre Bovet. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- CONFERÊNCIAS Sanitárias. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 21, p.79, maio/ago. 1930.
- CONSELHO de Ensino. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 21, p.79, maio/ago. 1930.
- CORDÃO, Francisco Aparecido. A educação profissional no Brasil. In: PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- COSTA, João Craveiro. Hábitos a proscrever. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 6, jan. 1923a.
- _____. **Discurso**: Loja Capitular Virtude e Bondade. Maceió: Oficinas Gráficas da Casa Ramalho, 1923b.
- _____. A Educação popular. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 8, maio, 1923c.
- _____. A inconfidência mineira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano**. Maceió, v. 11, p. 39-57, 1926.
- _____. A moderna concepção da escola. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 29, jan. 1930a.
- _____. Cruzada pedagógica de Alagoas: o ensino público em Pernambuco. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 21, p.62-66, maio/ago. 1930b.
- _____. Cem anos de jornalismo (memória histórica sobre o jornalismo em Alagoas). **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, Maceió, v. 15, p. 78-130, 1931a.
- _____. As carpideiras do constitucionalismo. **A Notícia**. Maceió, 25, maio, 1931b.
- _____. Escola Mista. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 25, p, 77-78, abr./maio, 1931c.
- _____. Caça ao diploma. **A Notícia**. Maceió, 19, maio, 1931d.
- _____. **A emancipação das Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1967.
- _____. **História das Alagoas**: resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.
- _____. **Maceió**: Maceió: Catavento, 2001.
- CURSO de Aperfeiçoamento para Professores. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 20, mar./abr., 1930.

CURSO de professores rurais. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 21, p.52-54, maio/ago., 1930.

CURSO rural. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 22, p. 64-66, set./dez., 1930.

DANTAS, Mercedes. A escola ativa. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 20, p. 3-12, mar./abr., 1930.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Experiência e educação**. 3. ed. Tradução de Renata Gaspar, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Orelha. In: COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

_____. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

ALTAVILLA, Jayme Lustosa de. et al. (Org.). **Documentário de uma administração: 1934-1940**. Maceió: SERGASA, 1995. Edição comemorativa do centenário de nascimento de Osman Loureiro.

DUARTE, Abelardo. **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: dados históricos**. Maceió: 2008. Discurso.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Nobert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1995.

O ENSINO em Alagoas. **A Notícia**, Maceió, 20, jun. 1931.

EXPOSIÇÕES escolares. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 22, p.60-61, set./dez., 1930.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. Apresentação. In: COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

GRUPO Escolar D. Pedro II. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 22, p. 61-63, set./dez., 1930.

GRUPOS escolares: programa do curso pré-escolar. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 20, p. 63-83, mar./abr., 1930.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO. **Ata de admissão do consócio Craveiro Costa realizada no dia 18 de março de 1923**. Maceió, 1923.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO. **Ata de posse dos consócios Craveiro Costa, Antônio Valente, Jayme de Altavila e Hermínio Barroca realizada no dia 11 de setembro de 1923**. Maceió, 1923.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **História**. Disponível em: <<http://www2.ifal.edu.br/portal/ifal/reitoria/historia>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

JAMES, William. **Pragmatismo**: textos selecionados. São Paulo: V. Civita, 1974.

LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador**: vida de família, formação profissional, opção política. 2. ed., Brasília: Inep, 2004.

LOCKE, John. **Alguns pensamentos sobre a educação**. Coimbra: Almedina, 2012.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da escola nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 14. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MACIEL, Auryno. Circulo de colaboração educacional. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 23, p. 3-10, fev./mar., 1931.

_____. A educação em Alagoas. **A Notícia**. Maceió, 17, ago. 1931.

_____. Prefácio. In: COSTA, João Craveiro. **O Visconde de Sinimbu**: sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

_____. Prefácio. In: COSTA, João Craveiro. **História das Alagoas**: resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.

MARIA. Escola mista: com os grupos D. Pedro II e Fernandes Lima. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 25, p. 74, abr./maio, 1931.

_____. Escola mista: ainda com os grupos D. Pedro II e Fernandes Lima. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 25, p. 75-76, abr./maio, 1931.

MARTINS, Iane Campos. Positivismo e escolanovismo em Craveiro Costa: notas sobre o Ensino de História. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ : Discursos, Ritos e Símbolos da Educação Popular, Cívica e Religiosa, 2011, Juazeiro do Norte. **Anais...** Fortaleza: Impreco, 2011. Disponível em: <www.urca.br/.../trabalhos aprovados>. Acesso em: 5 nov. 2013.

_____; DIÓGENES, Maria Elione Nogueira. A renovação escolar: ditos e significados em João Craveiro Costa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/>>. .. Acesso em: 5 nov. 2013.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola**: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru: Edusc, 2002.

MELO, Isaac. **O legado de Craveiro Costa ao Acre antigo**. Disponível em: <<http://almaacreana.blogspot.com>>. Acesso em: 6 de nov. 2013.

MEMÓRIA Histórica sobre a instrução pública e as instituições culturais. **A Notícia**. Maceió, n. 14, 1931.

O MÉTODO Montessori: uma ligeira visita ao nosso Jardim de Infância. **Jornal de Alagoas**, Maceió, jun., 1934.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.), **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

MINISTÉRIO da Educação e Saúde Pública. **A Notícia**. Maceió, 21, ago., 1931.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **Sociedade de educação e ABE: conflitos na organização da III Conferência Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/009_ana_clara.pdf>. Acesso em : 15 out. 2013.

NOSSAS Escolas. **Revista de Ensino**, Maceió, p.73-74, mar./abr., 1927.

NOTA sobre Adalberto Marroquim. **Revista de Ensino**. Maceió, p. 74, nov/dez, jan/fev., 1928-29.

NOTICIÁRIO. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 20, p. 84, mar./abr., 1930.

PASSES de Bondes Escolares. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 20, p. 90-92, mar./abr., 1930.

PERES, Eliane. A escola ativa na visão de Adolphe Ferrière: elementos para compreender a escola nova no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **História e memórias da educação no Brasil: século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. v. 3.

PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **Filosofia da escola nova: do ato político ao ato pedagógico**. Niterói: Tempo Brasileiro; Rio de Janeiro: EDUFF, 1986.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. 33. ed. Rio, São Paulo: Record, 1998.

SANTOS, Mônica Luise; ROSILDA, Germano da Silva. O ensino de ofícios em duas instituições do século XIX em Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão. (Org.). **Intelectuais e processos formativos em Alagoas (séculos XIX e XX)**. Maceió: EDUFAL, 2008.

SANTOS, Aline da Silva. **Graciliano Ramos: literato e gestor: contribuições à educação alagoana (1920-1940)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SANT'ANA, Moacir Medeiros. Introdução. In: COSTA, Craveiro. **A emancipação das Alagoas**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1967.

_____. **História da imprensa em Alagoas (1831-1981)**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SILVA, Adnilson José da. **Depreensões sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova, seus principais representantes e sua base liberal**, 2004. Disponível em: <<https://www.docstoc.com>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

SILVEIRA, Paulo de Castro. **Craveiro Costa**. Maceió: Sergasa, 1983.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: **O legado educacional do século XIX**. Demerval Saviani (et al). 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006.

SOCIEDADE Alagoana de Educação. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 21, p. 78, maio/ago. 1930.

SOCIEDADE Pernambucana de Educação. **Revista de Ensino**, Maceió, n.21, p. 50-52, maio/ago., 1930.

SOUSA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da Educação e práticas disciplinares**: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista de Ensino (1925-1930). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br>. Acesso em: 20 out. 2013.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009.

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto. A relação entre filosofia e pedagogia no pensamento de John Dewey. In: TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto (Org.). **Leituras sobre John Dewey e a educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas**: história, histórias. Maceió: EDUFAL, 2006.

_____; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. (Coord.) In: COSTA, João Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & outros ensaios**. Maceió: EDUFAL, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILELA, Humberto. A primeira casa escolar das Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio Gusmão (Org.). **Caminhos da educação em Alagoas**: da Colônia aos dias atuais. Maceió: Catavento, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Programa do curso pré-escolar de 1930

Esse curso, organizado para crianças de 5 a 7 anos de idade, tem por fim educar-lhes os sentidos, desenvolvendo-lhes as faculdades intellectuaes.

É formado de uma classe mixta de 40 alumnos, dividida em dois anos, sendo o primeiro para as crianças de 5 a 6 annos e o outro para as de 6 a 7.

Por enquanto o material didactico adoptado é o da insigne educadora italiana Dra. Maria Montessori. Esperamos variá-lo mais adeante com os interessantes jogos de Decroly, considerados hoje os melhores diversorios educativos infantis.

Começam os trabalhos ás 8 horas da manhã e terminam ás 13, sendo interrompidos por dois recreios ao ar livre, um parcial e outro total, liçõesinhas de silencio, brinquedos na sala de classe, lanche e repouso.

As crianças devem achar-se na escola um pouco antes de 8 horas e esperar no galpão, sob a vigilância da professora, a hora da entrada para a classe, que deverá ser feita em marcha com batimento de palmas.

De pé em circulo cantam a saudação e toma seus logares sem fazerem barulho e sem arrastarem cadeiras.

Depois, a um signal dado pela educadora, vestem as crianças seus aventaes com o auxilio mutuo, as maiores ajudando as menores. É intuitivo começar os trabalhos da manhã pro exercícos de vida pratica e exercícos intellectuaes, pequenas lições seguidas de movimento para evitar que as crianças fiquem sentadas ou de pé durante longo tempo.

A opinião quase geral é que as lições sejam individuaes, porém, há exercícos, como os de linguagem a vista de cartas, com gravuras coloridas, que attraem logo a attenção de todos.

São lições muito interessantes que os alumnos muito apreciam.

Como pelo regimen da actividade espontânea, todas as manifestações com fim útil devem ser permitidas á criança, é lógico que a educadora, embora comece os trabalhos da manhã pelos exercícos de vida pratica ou exercícos intellectuaes, consinta que o alumno siga o exercíco que no momento mais lhe agrade.

No intuito de desenvolver nas crianças o espirito de colaboração e cooperação, a educadora criará também um centro de interesse, escolhendo assumptos fáceis para servirem de thema, taes como os alimentos, os meios de transporte, os peixes, as aves, os quadrúpedes etc.

1.Exercicios de vida pratica:

Desfazer e fazer nós e laços; desabotoar e abotoar colchetes e presilhas; desatacar e atacar cordões: desunir e unir colchetes (bastidores Montessori); segurar objectos sem deixá-

los cahir; mover cadeiras sem fazer ruido; arrumar os objetos nas respectivas caixas; trasportar objetos a certa distancia; descalçar e calçar sapatos e meias; pôr o lanche na mesa; dobrar o guradanapo; arrumar a sala; fazer o asseio das mãos e do rosto; pentear os cabellos; levantar-se e senta-se em silencio; embrulhar pequenos pacotes etc.

2. Exercicios intellectuaes. Linguagem:

Estes exercícos devem ser feitos a vista de cartas com gravuras ou em conversação, procurando a educadora um assumpto que mais interesse revele á criança; fale com muita simplicidade para ir despertando o espirito da criança e desenvolvendo-lhe o habito da observação.

Converse sem formalidades sobre objectos de uso diário e praticamente sobre seus brinquedos: como são, qual o de que mais gosta, quem lho deu, o que faz com elle; se conhece algum animalzinho, como se chama e o que faz com elle; quantos pés tem o seu animalzinho, quantos olhos, para que serve elle; quem mais possui animaes; quantos dias tem a semana, como se chamam; qual o dia de que mais gosta, porque; que faz a criança nesse dia; quantos amiguinhos tem; de seus colleguinhas qual o que é mais bem comportado; com qual delles gosta mais de brinquedos etc.; poesias infantis e pequenos recitativos.

3. Educação muscular ou gymnastica:

Esses exercícos tendem a auxiliar o desenvolvimento physiologico normal da criança e por isto não devem ser violentos, não podendo exceder a 10 a 12 minutos por dia.

A gymnastica mais recomendada é marcha acompanhada de canto.

Esta sim, não só exercita a respiração, como aperfeiçoa a linguagem das crianças.

Os jogos ao ar livre agradam muito ás crianças e são de grande utilidade: apostar carreiras curtas, saltar, subir escadas, trepar para alcançar qualquer cousa, equilibrar objectos na mão espalmada, na ponta dos dedos, caminhar sobre linhas traçadas no solo; movimentar os braços, as mãos e os pés para frente e para trás, o direito primeiro, depois o esquerdo e ambos ao mesmo tempo, salto acompanhando os movimentos com melodias faceis.

Brinquedos imitativos (vozes dos animaes).

Mostrar com o indicador direito as partes do corpo. Pequenos hymnos civicos.

4. Exercicios tácteis:

Material didactico: Pranchetas, collecção de cartões e tecidos.

Exercicios: Distinguir o áspero, o liso, o macio, tocando, com os olhos vendados, apalpando, perlustrando com os dedos; distinguir objectos grandes e pequenos, finos e

grossos, escorregadios e pegajosos, sem o auxilio da vista. (Ter a educadora o cuidado de evitar que a venda dos olhos atraia demais a atenção das crianças).

Para tornar o exercicio mais interessante, a educadora porá num saquinho diversos objectos: botões, moedinhas, chaves, bolinhas, lápis, caroços de milho, feijão etc., e mandará que uma das crianças introduza a mão no saco, segure um dos objectos que lá encontre e adivinhe-lhe o nome antes de tirá-lo.

Proferido o nome pelo alumno, tire o objecto; se a criança acertar, guarde-o, e continue do mesmo modo com os outros alumnos.

Se um dos meninos errar, voltará novamente o objeto para o saco.

Antes de começar esses exercícos, deve-se recommendar ás crianças banharem as mãos em agua morna, tornando por isso mais sensível o tacto.

5. Exercicios baricos:

Perceber e comparar pesos com o auxilio das taboinhas do material Montessori, ou com qualquer objecto que, tendo o mesmo volume e igual aspecto, seja de peso diferente; ou, sendo de igual peso, forme volume diferente.

As taboinhas do material Montessori variam de cor, de peso e de qualidade de madeira.

A criança, observando a cor, reconhece as diferenças de peso, por isto convem fazê-la distinguir de olhos vendados unicamente pela diferença de peso.

6. Exercicio para educar o olfacto e o paladar

Fazer a criança, de olhos vendados, reconhecer somente pelo paladar alimentos communs: pães, doces, biscoitos, frutas, batatas, queijos, substancias azedas, adstringentes, picantes, salgadas, amargas e doces; e pelo olfacto; flores, folhas, aromáticas, substancias de cheiro intenso, como a camphora, a ortelã-pimenta, a cebola, o alho e a alfazema; liquidos: a água de colônia, o vinagre, o álcool, a creolina etc.

7. Exercicios sensoriaes e educação do sentido visual

I – Percepção visual diferencial das dimensões, Material didactico;

1º - Encaixes sólidos;

- a) Engastes da mesma altura e diametro diferentes;
- b) Engastes diferentes em todas as dimensões;
- c) Engastes decrescentes pelas alturas.

2º - Uma colecção de dez paralelepípedos da mesma altura e grossura variável

3º - Uma colecção de dez varas tendo a primeira um metro de comprimento e a última um decímetro.

4º - Uma colecção de dez cubos semelhantes na forma e de volumes diferentes.

Com estes objectos a criança, trabalhando por si (processo de autoeducação), aprende a diferenciar os objectos conforme a grossura, altura e volume.

É um exercício de grande utilidade, que estimula a criança a observar, desenvolvendo-lhe o raciocínio e educando-lhe a atenção e a inteligência.

II- Percepção visual diferencial da forma e percepção visual-táctil-muscular.

Material didáctico: Encaixes planos de madeira e uma colecção de cartões brancos quadrados com três séries de figuras geométricas de aspectos diferentes.

III- Percepção visual diferencial das cores. Educação do sentido cromático.

Para as lições sobre cores a educadora arranjará retalhos de fazendas de cores vivas, listadas, quadriculadas, com bolas, com flores, e para educar o sentido cromático, o material Montessori traz duas caixinhas, cada uma contendo 64 pranchinhas de cores diferentes em duplicata; cada caixa com oito compartimentos iguais, onde são colocadas as oito cores, cada uma com oito gradações.

Segue-se a seguinte ordem:

- a) Reconhecimento das cores;
- b) Emparelhamento das cores;
- c) Escala das cores.

8. Exercícios para educar o ouvido:

Distinguir objectos pelo som e por este a situação daqueles; distinguir sons altos, baixos, fortes e brandos; distinguir pessoas pela voz; comparar sons; reconhecer a voz dos animais (imitação); lição de silêncio; experiência da voz aphonica.

9. Exercícios para aprender a ler e a escrever:

Material didáctico: Duas mesinhas inclinadas com um rebordo para proteger o que nella se coloca; oito encaixes de metal; quatro dos quais cobrem cada uma das mesas, cartões com letras e grupos de letras recortadas em lixa, lápis de cor e caixas com grupos de letras lisas.

Exercícios: Composição de palavras e pequenas frases com o alfabeto móvel. Leitura e escrita das mesmas frases em ambidextria.

10. Exercícios de iniciação arithmetica:

Material dicactico: As varas (escala de comprimento); duas bandejas de madeira, dividida cada uma em cinco compartimentos com os números correspondentes de 0 a 9; uma coleção de bastonetes; 10 cartões com números recortados em lixa e outros lisos; dois cartões rectangulares onde estão impressas as dezenas completas.

Exercicios: Reconhecimento, contagem de números até 100 pelo processo Montessori;

associação e memória dos números; noção de par, duzia, meia duzia e dezena; operações arithmeticas iniciadas com a escala de comprimento.

11. Trabalhos manuaes:

Desenho de imaginação: reproduzido por copia; dobraduras simples; perfuração e alinhavos em cartões; tesselação; modelagem espontânea; desenho de encher figuras esboçadas; recortes com tesouras; desenho de chapas; aquarella, trabalhos em contas e palhinhas; reconstituição de figuras decompostas em partes por meio de encaixes.

ANEXO B – Regulamento do Círculo de Colaboração Educacional “D. Pedro II”

DOS FINS

Art. 1º – O Circulo de Collaboração Educacional D. Pedro II, fundado em 22 de março de 1931, nesta cidade de Maceió, tem por objectivo estabelecer a collaboração dos paes e professores na educação dos alumnos do Grupo Escolar D. Pedro II, de modo que a actuação educativa do lar esteja sempre em uniformidade com a da escola.

Art. 2º – Para realização desse objetivo o Circulo se obriga a:

1º –Interessar as famílias dos sócios na vida diária da escola;

2º – Promover a aproximação dos paes e professores, chamando aqueles a uma inspecção directa do movimento escolar;

3º –Promover torneios de cultura physica, instituindo prêmios aos vencedores;

4º – Contribuir para a educação moral, civica e hygienica dos sócios por meio de palestras mensaes, circulares e inquéritos;

5º – Concorrer para a educação esthetica da família, despertando e desenvolvendo o sentimento do conforto do lar;

6º – Contribuir para o desenvolvimento da matricula escolar e augmento da frquencia, auxiliando os alumnos reconhecidamente obre com roupas, calçados, material didactico e medicamentos, quando enfermos;

7º – Interessar-se pelo ex-alumno, encaminhando-o ás escolas profissionais nocturnas, estabelecimentos fabris ou commerciaes;

8º – Manter, para uso dos sócios, uma bibliotheca em que figurem, de preferênciã, obras sobre educação e hygiene;

9º – Velar pela saúde do associado e sua família, encaminhando-o quando preciso, aos postos de prophylaxia, dispensários, etc.

DA ADMINISTRAÇÃO E DOS SÓCIOS

Art. 3º–A administração do Circulo ficará a cargo de um Conselho, eleito no dia 1º de março, empossado no dia 22 do mês.

§Único. – O conselho será composto de tres paes e dois professores, que entre si escolherão u m presidente, um secretario e um thesoureiro.

Art. 4º – O numero de sócios é ilimitado, sendo considerados como taes todos os paes, ou responsaveis pelos alumnos, e os professores da escola.

§ único. – Poderão ser também admitidos como sócios, por deliberação do Conselho, os ex-alunos, e os professores da escola.

Art. 5º – Haverá também a classe dos Benfeitores, que será composta de pessoas que fizerem donativos ao Circulo.

Art. 6º – Cada socio contribuirá com a importância de 1\$000 mensalmente, excepto aquelles reconhecidamente pobres.

Art. 7º – Os sócios obrigam-se a:

1º – Attender ás instrucções do Circulo e fornecer-lhe informações quando solicitadas;

2º – Manter a hygiene no seu lar;

3º – Zelar pela assiduidade e pontualidade dos alumnos, cooperando com a escola na obra da educação;

4º – Fazer a propaganda do Circulo e da Escola;

5º – Comparecer, independente de convite, ás festas escolares;

6º – Acompanhar com interesse a obra educativa da escola;

7º – Aproximar-se o mais possível dos professores, mantendo com elles relações cordiaes.

DO CONSELHO

Art. 8º – compete ao Presidente; presidir ás sessões, tomar parte nas discussões dos assumptos propostos, designar commissões auxiliares, despachar o expediente, assignar as actas, organizar o relatório annual, que será lido no dia 31 de março de cada anno, convocar sessões extraordinárias e ser o interprete, junto á directoria da escola, das suggestões do Circulo.

Art. 9º – Compete ao Secretario: fazer a correspondência social, redigir as actas, ter sob sua guarda o achivo, redigir circulares e organizar o questionário dos inquéritos.

Art. 10º – Obriga-se o Thesoureiro: a ter sob sua guarda os bens e valores do Circulo e os livros da bibliotheca, receber donativos e effectuar os pagamentos autorizados pelo Conselho, dar informações sobre as finanças sociaes e apresentar, na sessão de eleição do Conselho, o balancete geral da receita e despesa do anno administrativo.

Art. 11º – O Conselho fará uma reunião ordinária no dia 15 de cada mês e reunir-se-á extraordinariamente sempre que for convocado pelo Presidente.

Art. 12º – O Conselho será eleito pela assembléa geral dos sócios, que para esse fim se reunirá no dia 1º de março de cada anno.

DOS FUNDOS SOCIAES

Art. 13º – Destinam-se os fundos sociaes:

1º – A auxiliar os alumnos reconhecidamente pobres, fornecendo-lhes o que for necessário á freqüência escolar e proporcionando-lhes soccoros médicos, quando enfermos.

2º – A criar um serviço de assistência dentaria para todos os alumnos da escola;

3º – A concorrer para a aquisição de material escolar, ajudando, deste modo, a acção dos poderes publicos.

Art. 14º – Além dos recursos provenientes da contribuição mensal dos sócios e dos donativos que se fizerem, o Conselho promoverá festas escolares, nas quaes serão vendidos

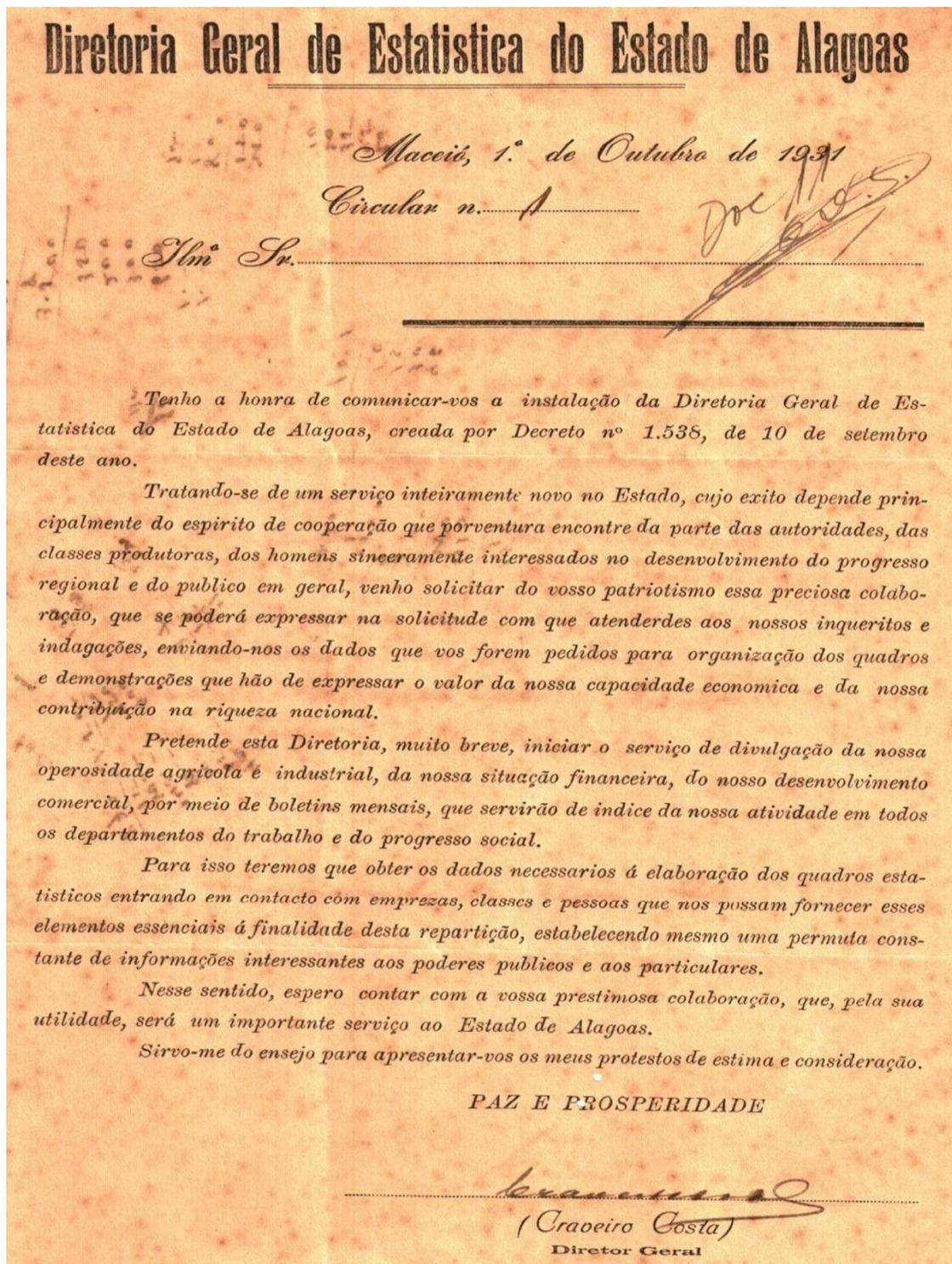
trabalhos dos alumnos e outros que forem offerecidos para esse fim.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 15º – Os casos omissos deste regulamento serão decididos pelo Conselho.

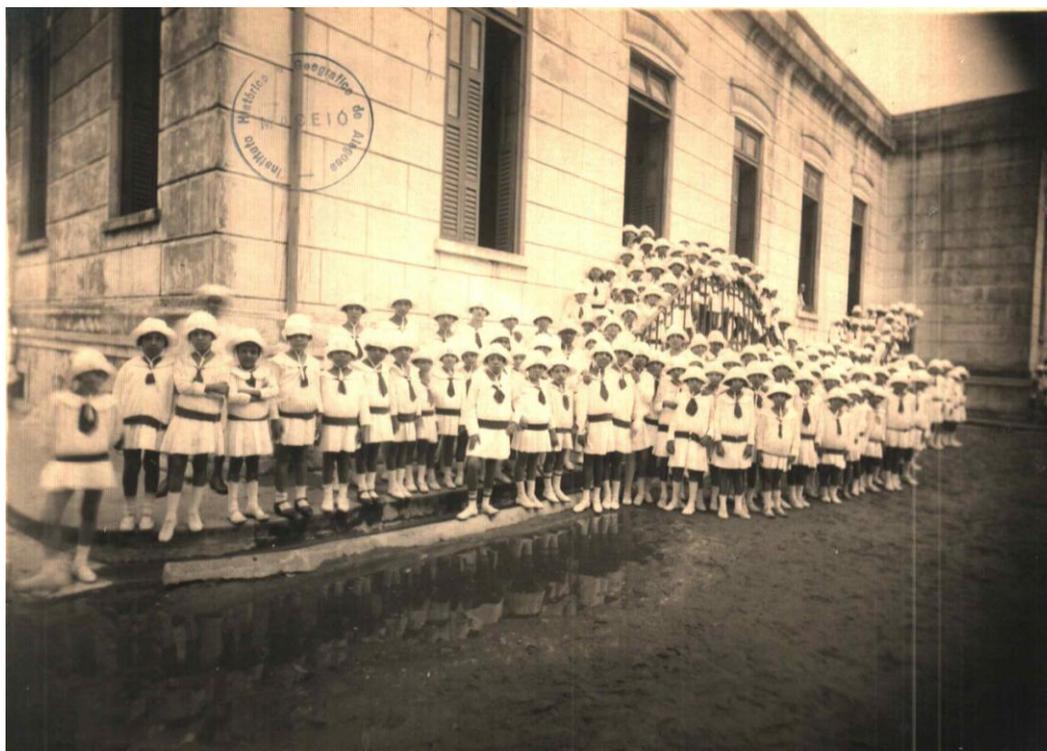
Art. 16º – Os membros componentes do primeiro Conselho serão de livre escolha da direcção da escola.

ANEXO C Imagem 7 – Circular de Criação da Diretoria Geral de Estatística do Estado de Alagoas



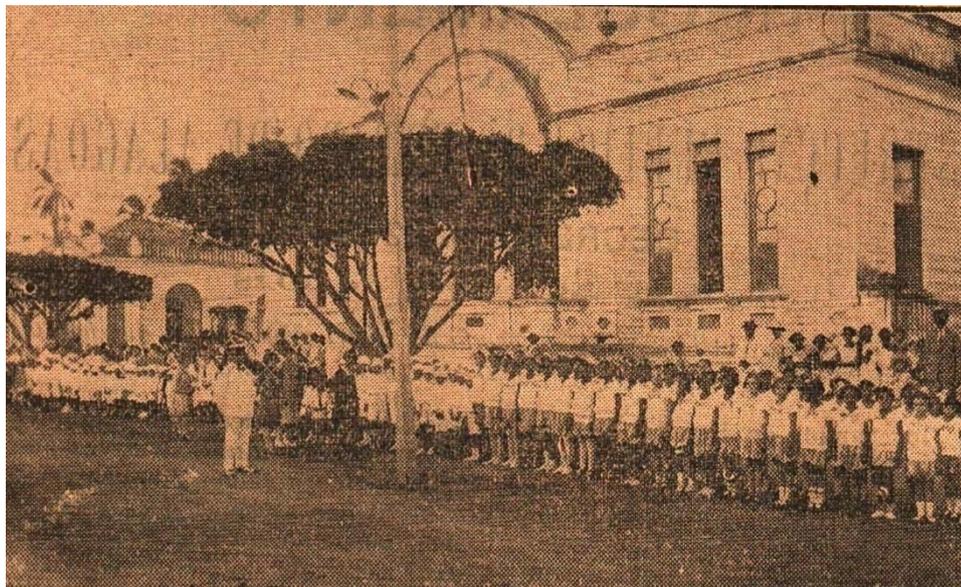
Fonte: Arquivo da Loja Maçonica Capitular Virtude e Bondade, 1931.

ANEXO D - Imagem 8 – Alunos do Grupo Escolar Diégues Júnior



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1924.

**ANEXO E Imagem 9 – Formatura no Grupo Escolar Messias de Gusmão
em São Luís do Quitunde**



Fonte: *Revista de Ensino*, Maceió, nov/dez- jan/fev, 1928/9, nº 12/12, p.50.

ANEXO F Quadro 10 – Despesas estaduais com o ensino no decênio de 1921-1930

| Ano | Ensino Primário | Ensino Normal | Ensino Secundário | Direção de Ensino | Inspeção Escolar | Total de Despesas |
|------|-----------------|---------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| 1921 | 536:463\$513 | 52:400\$000 | 91:675\$520 | 28:727\$520 | - | 709:166\$553 |
| 1922 | 616:309\$000 | 46:200\$000 | 123:471\$040 | 25:835\$520 | 4:475\$520 | 816:291\$180 |
| 1923 | 619:769\$000 | 46:200\$000 | 97:635\$520 | 25:835\$520 | 4:475\$520 | 793:915\$560 |
| 1924 | 675:400\$000 | 53:000\$000 | 109:400\$000 | 29:000\$000 | 5:000\$000 | 871:800\$000 |
| 1925 | 806:820\$000 | 53:800\$000 | 101:000\$000 | 29:000\$000 | 5:000\$000 | 995:620\$000 |
| 1926 | 943:600\$000 | 69:800\$000 | 124:220\$000 | 44:260\$000 | 78:000\$000 | 1.259:880\$000 |
| 1927 | 1.136:620\$000 | 122:180\$000 | 173:060\$000 | 58:180\$000 | 56:400\$000 | 1.546:440\$000 |
| 1928 | 1.003:260\$000 | 117:580\$000 | 171:060\$000 | 47:180\$000 | 45:900\$000 | 1.384:980\$000 |
| 1929 | 980:580\$000 | 119:980\$000 | 171:060\$000 | 47:180\$000 | 45:900\$000 | 1.364:700\$000 |
| 1930 | 1.084:600\$000 | 133:400\$000 | 183:680\$000 | 63:800\$000 | 45:900\$000 | 1.511:380\$000 |

Fonte: (COSTA, 2011, p. 196).

ANEXO G Imagem 10 – Homenagem d' A Notícia ao Primeiro Centenário da Imprensa Alagoana



Fonte: *A Notícia*, 17 ago, 1931.

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

ANEXO H Imagem 11 – Capa da edição comemorativa do primeiro aniversário d'A Notícia



Fonte: *A Notícia*, 14, out, 1931.

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas